



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA**

**GEICE QUEILA DE LIMA SILVA**

**CLASSE, PATRIARCADO E RAÇA NO DISCURSO MIDIÁTICO DO  
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

**MACEIÓ  
2021**

**GEICE QUEILA DE LIMA SILVA**

**CLASSE, PATRIARCADO E RAÇA NO DISCURSO MIDIÁTICO DO  
IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, área de concentração em Linguística, linha de pesquisa em Discurso – Sujeito, História e Ideologia, como requisito para obtenção do grau de Doutorado em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Belmira Rita da Costa Magalhães

**MACEIÓ  
2021**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Lívia Silva dos Santos – CRB-4 – 1670

S586c Silva, Geice Queila de Lima.

Classe, patriarcado e raça no discurso midiático do impeachment de Dilma Rousseff /  
Geice Queila de Lima Silva. – 2021.  
100 f.:il.

Orientadora: Belmira Rita da Costa Magalhães.

Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-  
Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 93-100

1. Análise do discurso. 2. Impeachment – Política - Brasil. 3. Materialismo do discurso.  
4. Racismo estrutural. 5. Luta de classe. I. Título.

CDU: 81'42: 323.4

À Mirtes Renata Santana de Souza e à memória de seu filho, Miguel Otávio Santana da Silva, que teve a vida encerrada pela práxis do discurso de “belas, recatadas e ‘do lar’”, no dia em que a Lei do Trabalho Doméstico completou 5 anos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, pela resistência de classe.

À Professora Belmira, por todo o aprendizado proporcionado.

Aos professores que compuseram as bancas de qualificação e defesa, respectivamente, Maria do Socorro Aguiar, Lígia Ferreira, Sóstenes Ericsson, Débora Massmann e Helson Sobrinho; aos membros externos, Ana Fireman e Amanda Macedo. Muito obrigada pela presença, de todas as formas, em um momento e processo tão difíceis de resistência científica, dos anos de 2020 e 2021.

A todos os meus amigos e companheiros nessa trajetória, sem vocês eu não estaria inteira.

Obrigada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) – colegiado, coordenação e servidores técnicos –, por toda a rede que oportunizou este trabalho.

Meus agradecimentos, por fim, ao Instituto de Federal de Alagoas (IFAL), pelo suporte à realização da pesquisa que resultou neste trabalho.



*Post que circula nas redes sociais (2016).*

Não me foi ofertada a possibilidade de ficar em casa, me resguardando e recebendo meu salário.

Não só comigo, mas com outras funcionárias lá do prédio. O governo mesmo disse que as empregadas domésticas eram essenciais, porque eles não podem ir para uma pia lavar um prato, a esposa deles não pode ficar na beira do fogão preparar uma comida para não desmanchar as unhas, deixar o cabelo com cheiro de gordura.

Mirtes Renata Santana de Souza (GALVANI, 2021).

O indivíduo não está na fonte do sentido. E o sentido é explicável por um dispositivo que não é transparente nem às intenções, nem às mensagens dos interlocutores (MAZIÈRE, 2007, p. 63).

## RESUMO

Apresentamos uma análise do discurso midiático do *impeachment* de Dilma Rousseff, em sua relação dialética de classe, patriarcal e de raça, a fim de compreender as bases ideológicas, políticas e econômicas do ascenso do conservadorismo no Brasil. Com o estudo, buscamos compreender a agenda política subjacente aos discursos analisados no que tange à interseção com diferentes formações discursivas. A partir da coleta de materiais publicados naquela conjuntura, construímos a problemática de investigação: quais discursos patriarcais racistas funcionaram ideologicamente no golpe de 2016? A teoria materialista do discurso e ontológica do ser social, articulada à teoria decolonial, fundamenta nossa análise de que o ascenso político apoia-se no racismo estrutural (ALMEIDA, 2020) da divisão sexual do trabalho da família de classe dominante no Brasil. O percurso analítico inicia-se com o texto *Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”*, veiculado pela revista *Veja* em abril de 2016, e nosso ponto de chegada é o acontecimento enunciativo no qual Mirtes Souza, mulher negra e na condição de empregada doméstica, perde seu filho em ato criminoso cometido pela primeira-dama de Tamandaré, então sua patroa, na relação de trabalho estabelecida na pandemia de Covid-19, já no ano de 2020. Analisamos um conjunto de materialidades que compõem 41 sequências discursivas, articulando diferentes perspectivas teóricas: a teoria e a metodologia da Análise de Discurso (AD) de Pêcheux (2014) e Orlandi (2002; 2008); o materialismo histórico dialético fundamentado em Marx (1985; 2008a; 2008b; 2011), bem como sua parceria com Engels (2009), nos aprofundamentos de Lukács (2013) e Mészáros (2002); as teorias do trabalho reprodutivo de Stolcke (1980), Saffiotti (1970) e Cisne (2014); e as teorias interseccionais e decoloniais de Gonzales (1984), Ribeiro (2019), Quijano (2005; 2009), Cowling (2012), Hita (2014) e Almeida (2020). Com uma abordagem discursiva interseccional, analisamos diferentes formações discursivas e ideológicas em entrelaçamento, concluindo, apenas para antecipar alguns resultados, que uma memória discursiva foi reatualizada não só no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, mas também na vida cotidiana. Um exemplo são as representações sobre mulher e raças publicadas pela revista *Veja*; outro são as relações de trabalho entre a primeira-dama pernambucana e Mirtes Souza. Compreendemos que o discurso estruturante do golpe é patriarcal e racista, de sentido ideológico colonialista, e seu funcionamento mobiliza ambiguidades, mecanismos de silenciamento. Além disso, os equívocos nos discursos de resistência motivaram gestos de leitura sobre as disputas de significações de poder em torno do que seja “feminino” e “masculino”, diferentes das relações forjadas pelo racismo e sexismo estruturantes da luta de classes no Brasil.

**Palavras-chave:** Discurso. Impeachment. Silenciamento. Luta de Classes. Patriarcado. Racismo Estrutural.

## ABSTRACT

In this paper we present an analysis of the media discourse of Dilma Rousseff's impeachment, in its dialectical relationship of class, patriarchy and race, in order to understand the ideological, political and economic bases of the rise of conservatism in Brazil. With this study, we seek to understand the political agenda underlying the analyzed discourses in relation to the intersection with different discursive formations. From the data collected published at that juncture, we built our research problem: which racist patriarchal discourses worked ideologically in the 2016 coup? The materialist discourse and ontological theory of social being, articulated with the decolonial theory, ground our analysis that the political rise is based on the structural racism (Almeida, 2020) of the sexual division of labor of the dominant class family in Brazil. Our analytical journey begins with the text *Marcela Temer: beautiful, modest and "from home"*, published by *Veja* magazine in April 2016, and our point of arrival is the enunciative event in which Mirtes Souza, a black woman and in the condition of maid, loses her son for the criminal act committed by the first lady of Tamandaré, then her employer, in the employment relationship established in the pandemic, in 2020. We analyzed a set of materialities that make up 41 discursive sequences, articulating different theoretical perspectives: the theory and methodology of Discourse Analysis (DA) by Pêcheux (2014) and Orlandi (2002; 2008); the dialectical historical materialism based on Marx (1985; 2008a; 2008b; 2011), and his partnership with Engels (2009), in the deepening of Lukács (2013) and Mészáros (2002); the theories of reproductive work by Stolcke (1980), Saffiotti (1970) and Cisne (2014); and the intersectional and decolonial theories of Gonzales (1984), Ribeiro (2019); Quijano (2005; 2009), Cowling (2012), Hita (2014), Almeida (2020). With an intersectional discursive approach, in which we analyzed different intertwining discursive and ideological formations, we could conclude, just to anticipate some results, that a discursive memory was updated not only in Dilma Rousseff's impeachment process, but also in everyday life. An example are the representations about women and races published by *Veja* magazine; another example are the working relationships between the first lady from Pernambuco and Mirtes Souza. We understand that the structuring discourse of the coup is racist patriarchal, with a colonialist ideological sense, whose functioning mobilizes ambiguities, silencing mechanisms. Besides this, the mistakes in the resistance discourses motivated reading gestures about the disputes of power meanings around what is "feminine" and "masculine", different from the relations forged by racism and sexism that structure the class struggle in Brazil.

**Keywords:** Discourse. Impeachment. Silencing. Class Struggle. Patriarchy. Structural Racism.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – “Cartaz na Paulista pede intervenção militar. GUSTAVO MONIZ / EL PAIS” .....	12
FIGURA 2 – “Manifestação pelo <i>impeachment</i> em São Paulo, na avenida Paulista. S. MOREIRA /EFE” .....	13
FIGURA 3 – “Câmara dos Deputados abre o processo de <i>impeachment</i> contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) - Evaristo Sá-AFP” .....	13
FIGURA 4 – Capa de revista <i>Veja</i> sobre votação pró- <i>impeachment</i> .....	43
FIGURA 5 – Capa de Revista <i>Veja</i> sobre abertura do processo de <i>impeachment</i> .....	44
FIGURA 6 – Cartaz contra o <i>impeachment</i> .....	47
FIGURA 7 – Cartaz contra o <i>impeachment</i> .....	48
FIGURA 8 – Cartaz contra o <i>impeachment</i> .....	48
FIGURA 9 – Cartaz contra o <i>impeachment</i> .....	49
FIGURA 10 – Manifestação contra o <i>impeachment</i> .....	50
FIGURA 11 – Manifestação contra o <i>impeachment</i> .....	50
FIGURA 12 – Capas de <i>Veja</i> .....	52
FIGURA 13 – Família de manifestantes a favor do <i>impeachment</i> .....	52
FIGURA 14 – Matéria de <i>Veja</i> .....	54
FIGURA 15 – Capa da Revista <i>Istoé</i> .....	60
FIGURA 16 – Cartaz “Quem mandou matar Marielle?” .....	83
FIGURA 17 – Capa da Revista <i>Veja</i> , 2018 .....	83
FIGURA 18 – Quem é Marielle Franco?.....	84

## LISTA DE SIGLAS

AD	Análise de Discurso
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
Fenatrad	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTTQI+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, <i>queer</i> e intersexo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG's	Organizações não governamentais
PT	Partido dos Trabalhadores
Sars-Cov-2	Severe acute respiratory syndrome coronavírus 2
SD	Sequência discursiva

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>APONTAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS .....</b>	<b>17</b>
2.1	Trabalho na atual conjuntura política brasileira .....	17
2.2	Trabalho e condição feminina .....	19
2.3	O trabalho simbólico do discurso.....	20
<b>3</b>	<b>DA TEORIA MATERIALISTA DO DISCURSO.....</b>	<b>25</b>
3.1	Da constituição do sentido: língua, sujeito e história .....	30
3.2	A língua na Análise do Discurso.....	34
<b>4</b>	<b>DISCURSO SOBRE FAMÍLIA E RELAÇÕES DE CLASSES .....</b>	<b>38</b>
4.1	Posição histórica: das condições de produção à posição sujeito.....	40
4.2	Bela, recatada e “do lar”: ambiguidades.....	54
4.3	Discurso, família e classes: silenciamentos .....	67
4.4	Família neocolonial e discursos de resistência .....	74
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>87</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>93</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*Não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos (ORLANDI, 1999, p. 9).*

Peço licença à comunidade acadêmica para iniciar a apresentação de minha pesquisa a partir de quatro cenas fundamentais para engendrar a problemática de investigação apresentada na sequência.

**Cena 1:** Brasil, 2015. Pessoas saem às ruas pedindo o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Vemos multidões em passeatas, portando a bandeira nacional, cujas cores se multiplicam pelas camisetas da seleção brasileira de futebol e pelos cartazes em alusão à volta da ditadura militar (figura 1). Vemos também inusitados patos infláveis da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP<sup>1</sup>) – uma referência à campanha da instituição denominada “Não vou pagar pelo pato” – o que indica um caráter de classe social à manifestação (figura 2). Atos pró e contra o *impeachment* aconteceram em todas as regiões do país, mas nos referimos nesse momento aos atos a favor. (Trecho do diário de pesquisa).

**Cena 2:** Plenário da Câmara, 2016. A maioria dos deputados eleitos votam “sim” à abertura do processo de *impeachment* da então presidenta Dilma. Aglomerados, disputam o microfone em aparente alegria (figura 3). No momento em que pronunciam-se a favor, percebemos um enunciado que se repete: “por minha família”. Um dos deputados, Jair Messias Bolsonaro, acrescenta a seu voto o enunciado “homenagem ao general Brilhante Ustra, o terror de Dilma Rousseff” – o que indica um atravessamento das questões de gênero atreladas à defesa da ditadura militar. O recinto assemelha-se à manifestação da FIESP (cena 1): cartazes e os símbolos nacionais verde e amarelo. (Trecho do diário de pesquisa).

**Cena 3:** Revista Veja, dia seguinte à votação. Publicação de edição extra sobre o *impeachment*. Uma matéria dessa edição circula amplamente nas redes sociais: “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”. O texto propõe representar a família, apresentando Marcela Temer como “quase primeira dama”<sup>2</sup>. A revista coloca a mulher no papel de esposa e mãe como função basilar do gênero e, assim sendo, pré-condição para a estruturação de uma família aos modos do patriarcado. Isto é, Marcela é, nesta representação, alijada do espaço público (Trecho do diário de pesquisa).

<sup>1</sup> A entidade atuou publicamente em apoio ao *impeachment*, com o dizer “Não vamos pagar o pato” – ver: [fiesp.com.br](https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/com-pato-gigante-empresarios-protestam-contr-aumento-de-impostos-bigj1q86wdx71vpah3kk56jmy). Patos infláveis foram distribuídos nas manifestações de apoio ao *impeachment* desde dezembro de 2015, em várias capitais - ver: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/com-pato-gigante-empresarios-protestam-contr-aumento-de-impostos-bigj1q86wdx71vpah3kk56jmy>. Acesso em 13 dez 2015. A imagem do pato amarelo inflável foi usada pela FIESP em suas propagandas de página inteira em edições da revista *Veja* que trataram do *impeachment*. E em março de 2016, foram distribuídos 5 mil patos infláveis em frente ao Congresso Nacional - ver: <https://noticias.r7.com/brasil/fiesp-coloca-5000-patos-inflaveis-em-frente-ao-congresso-nacional-29032016>. Acesso em 29 mar. 2016

<sup>2</sup> É importante lembrar que a votação dos deputados era apenas um dos momentos para o julgamento do pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Essa matéria foi publicada no dia 18 de abril de 2016, mas o processo final de *impeachment* ocorreria quatro meses após. Portanto, pode-se inferir uma conclusão precipitada daquela revista, atribuindo um desfecho favorável ao processo que acabara de ser aberto.

**Cena 4:** Pernambuco, junho de 2020. Pandemia. A primeira-dama da cidade de Tamandaré, estado de PE, aperta o botão do andar L no elevador em que abandona Miguel Otávio, de 5 anos, enquanto sua mãe, Mirtes de Souza, fazia o serviço de passear com a cadela da primeira-dama pernambucana. Nas palavras da trabalhadora Mirtes de Souza, por não ter sido liberada do trabalho durante a pandemia e pelo fechamento das escolas, precisou, como diz em entrevista a um programa televisivo (“Melhor da tarde”, 2020), pela “primeira e única vez”, pedir à patroa que olhasse seu filho enquanto fazia o serviço. Em evidente descaso com o menino, com sua empregada doméstica e com a vida humana, permitiu que o garoto fosse encontrar sua mãe, sozinho, o que resultou num acidente fatal. A tragédia ocorrera justamente no aniversário de cinco anos da Lei do Trabalho Doméstico, que, como por ironia das relações de classe no Brasil, coincidira com a idade de Miguel. (Trecho do diário de pesquisa).

**FIGURA 1 – “Cartaz na Paulista pede intervenção militar. GUSTAVO MONIZ / EL PAIS”**



Fonte: ALESSI; MONIZ; MARTÍN (2015).

**FIGURA 2 – “Manifestação pelo *impeachment* em São Paulo, na avenida Paulista. S. MOREIRA /EFE”**



Fonte: ALESSI; MONIZ; MARTÍN (2015).

**FIGURA 3 – “Câmara dos Deputados abre o processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) - Evaristo Sá-AFP”**



Fonte: CARVALHO (2021).

Essas cenas nos provocaram a profunda inquietação que motivou a proposta de investigação: por que os deputados estão votando por suas famílias e não pelo país (como sugerem seus materiais de campanha pelo “sim”, fazendo uso das cores da bandeira nacional)? Por que a forte manifestação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp),

explicitamente favorável ao *impeachment*? Qual a relação entre o verde e amarelo, a Fiesp e as famílias dos deputados? E de que forma essas cenas estão ligadas, discursivamente, à publicação sobre a “quase primeira-dama<sup>3</sup>” e ao episódio dramático de Mirtes, desencadeado por outra primeira-dama (cenas 3 e 4)?

A partir de tais indagações, começamos a fazer uma leitura prévia de que as manifestações da Fiesp e dos deputados realmente se comportaram como uma torcida (uma única torcida), sendo a votação do *impeachment* um jogo, analogia reforçada pelo uso de camisas da seleção brasileira de futebol na esplanada, como já foi dito. Percebemos, ainda, que os discursos presentes no golpe<sup>4</sup> relacionavam-se, de alguma forma, à tragédia de Mirtes e seu filho, tomada aqui como retrato da sociedade brasileira. A morte de Miguel, provocada pelas relações precárias de trabalho (agravadas na pandemia), também representou a morte simbólica da Lei do Trabalho Doméstico, ameaçada pelas políticas resultantes do golpe de 2016. A relação aparentemente desconexa entre essa cena e as demais será explicitada no capítulo de análise.

Portanto, a partir das cenas e considerações precedentes, chegamos a nosso objeto de investigação: *o discurso patriarcal racista estruturante do golpe*. O recorte está relacionado ao próprio processo de construção da pesquisa, no qual percebemos o entrelaçamento de vários discursos, posteriormente entendidos como uma memória discursiva que era reatualizada não só no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, mas também na vida cotidiana. Um exemplo são as representações sobre mulher e raças publicadas pela revista *Veja*, bem como as relações de trabalho entre a primeira-dama pernambucana e Mirtes.

Na aproximação do objeto, utilizamos várias materialidades em nosso *corpus*:

- Imagens e legendas das manifestações, veiculadas na imprensa;
- Matéria da revista *Veja* sobre Marcela Temer;
- Capas da revista *Veja* sobre raça;
- Enunciados de Mirtes e da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), publicados em diversas mídias *on-line*.

<sup>3</sup> Expressão da Revista *Veja* na matéria “[...] bela, recatada e do ‘do lar’” (2016).

<sup>4</sup> Nesta tese entendemos o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff como um golpe parlamentar consoante as análises propostas por Lowy (2016), Santos e Szwako (2016); Braz (2017); Domingues (2017); Bastos (2017); Galvão, Zaidan e Salgueiro (2019).

Ainda para aproximarmos-nos do objeto e das materialidades escolhidas, na busca por compreender os efeitos de sentido dos enunciados presentes no processo de *impeachment* e sua relação com episódios da vida cotidiana, propusemos a seguinte indagação:

- Quais discursos patriarcais racistas foram utilizados para legitimar o golpe de 2016?

Tomando como núcleo de investigação enunciados publicados na revista *Veja* e nas mídias on-line com o intuito de analisar o discurso patriarcal racista, objetivamos:

- compreender as intersecções entre as cenas apresentadas;
- observar qual agenda política subjacente aos discursos analisados;
- analisar as relações de classe, gênero e de raça vinculadas ao golpe de 2016.

Para responder à pergunta de investigação, mobilizamos diferentes aportes teóricos, ao serem discutidos em profundidade nos capítulos 1 e 2:

- Análise de discurso (AD) – Pêcheux (2014), Orlandi (2002; 2008);
- Materialismo histórico-dialético – Marx (1985; 2008a; 2008b; 2011), Marx e Engels (2009), Lukács (2013), Mészáros (2002);
- Teorias do trabalho reprodutivo – Stolcke (1980), Saffiotti (1970), Cisne (2014);
- Teorias interseccionais e decoloniais – Gonzales (1984), Ribeiro (2019); Quijano (2005; 2009), Cowling (2012), Hita (2014), Almeida (2020).

Dentre as teorias listadas, destacamos a AD por ter sido a escolha teórica e metodológica para alcançarmos a resposta para a pergunta de pesquisa e, desse modo, compreendermos os discursos legitimadores do golpe de 2016. Tal aporte teórico nos auxilia a pensar a linguagem atravessada pela ideologia, pela história e pelo simbólico. A abordagem foi adotada porque permitir-nos-ia compreender quais discursos são colocados em pauta e seus possíveis efeitos de sentido para a manutenção do conservadorismo.

A partir das considerações precedentes, acreditamos que o contributo desta investigação é a realização de uma análise discursiva interseccional, em que as materialidades foram pensadas no atravessamento destas três formações discursivas: de classe social, a patriarcal e a racista, as quais, juntas, têm desenhado uma agenda política.

Em resumo, nos parágrafos anteriores apresentamos as questões motivadoras da construção do problema de investigação, o objeto e as materialidades eleitas para análise, a pergunta e os objetivos de pesquisa e, por fim, os principais eixos teóricos e metodológicos.

A seguir, no capítulo 1, compartilhamos com o leitor o percurso teórico e metodológico trilhado para a construção desta tese. No capítulo 2 realizamos uma leitura materialista do discurso, orientada pelo *real da história* na investigação da processualidade discursiva, cujos fundamentos analíticos articulam a teoria materialista do discurso de Michel Pêcheux (1975) e o materialismo histórico-dialético de Marx e Engels (2009), Lukács (2013) e Mészáros (2002).

Avançando em nossa reflexão, no capítulo 3, dedicamo-nos à análise do texto “*Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’*”, publicado na revista *Veja* em 18 de abril de 2016, e de capas de outras publicações da mesma publicação com enunciados sobre raça. Mais adiante, apresentamos enunciados sobre trabalho reprodutivo, a partir de materialidades discursivas sobre o trabalho doméstico em circulação na mídia.

## 2 APONTAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Neste capítulo discutiremos algumas categorias que se mostraram relevantes, ao longo do estudo, para a compreensão da problemática de investigação: o trabalho na atual conjuntura política brasileira; o trabalho e a condição feminina; o trabalho simbólico do discurso.

### 2.1 Trabalho na atual conjuntura política brasileira

Para compreendermos as questões de trabalho na atual conjuntura política, consideramos o golpe de Estado de 2016 (LOWY, 2016; SANTOS e SZWAKO, 2016; BASTOS, 2017; BRAZ, 2017; DOMINGUES, 2017; GALVÃO, ZAIDAN e SALGUEIRO, 2019) como processualidade histórica e discursiva do acirramento político da luta de classes no Brasil. Esse conflito, que tem como marco inicial as *jornadas de junho* de 2013 (SAMPAIO, 2014), culminou no pleito eleitoral de 2018 e segue marcando a condução política da pandemia de *Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2* (SARS-COV-2). Nos próximos parágrafos apontamos algumas mudanças no ordenamento jurídico concernentes aos gastos públicos e ao trabalho, tópicos centrais para a compreensão da atual conjuntura política.

A condução política atual (2020) não está isolada das decisões do governo anterior (2017-18), importante para refletir sobre a processualidade do golpe. Em 2016, por exemplo, a “Proposta de Novo Regime Fiscal” limitou “durante 20 vinte anos” o investimento em serviço público, que o texto oficial chamou de limite ao “ritmo de crescimento dos gastos da União à taxa de inflação” “em termos práticos” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016). A Proposta de Emenda Constitucional nº 241” (PEC 241/2016) foi a primeira medida de impacto do governo pós-golpe contra os direitos sociais, sancionada ao apagar das luzes de 2016. Isso implica maior sucateamento dos serviços públicos e engessamento da disputa por políticas públicas básicas que já não são minimamente garantidas, como é o caso da ausência de projetos de creches, núcleos de desenvolvimento infantil e/ou espaços infantis.<sup>5</sup>

Outra medida de impacto contra a classe trabalhadora foi a chamada “Reforma Trabalhista” do governo pós-golpe (BRASIL, 2017), revogando direitos expressos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)<sup>6</sup> e facilitando as prerrogativas do capital para baixar

---

<sup>5</sup> Ver Projeto Espaço Coruja, de autoria da então vereadora Marielle Franco e do vereador Tarcisio Motta da cidade do Rio de Janeiro (2017). Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/249cb321f17965260325775900523a42/aa1053ede21ab6fe832580c800561d65?OpenDocument>. Acesso em: 15 mar. 2018.

<sup>6</sup> Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

os custos da produção sob o custo da vida das(os) trabalhadoras(es). Como exemplo das alterações, podemos citar a revogação do artigo 384 da CLT, que estabelecia descanso de 15 minutos antes do início de horas extras de trabalho, num processo de controle do tempo ao limite extremo de contar os minutos. Conforme o texto da lei: “Art. 384 - Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho. (Revogado pela Lei nº 13.467, de 2017)” (BRASIL, 2017a). O revogado artigo 384 da CLT era um direito ao “intervalo da mulher” trabalhadora, quando da exigência de prorrogação da jornada (MARTINS; PEDREIRA, 2017).

Outra medida foi a alteração do tempo de aposentadoria para as mulheres trabalhadoras. Até 2019, a condição laboral destas era reconhecida também pelo Sistema de Seguridade Social<sup>7</sup>, quando a diferença de idade para aposentadoria entre mulheres e homens era de 5 anos – com a alteração de 62 anos para a mulher e 65 anos para o homem, da “Emenda Constitucional nº 103/2019”, a “Reforma da Previdência” (BRASIL, 2019) do segundo governo que dá continuidade à processualidade do golpe político. Para a economista Juliane Furno, em entrevista concedida no ano de 2019 (GUIMARÃES, 2019),

[...] o motivo para essa redução que o governo apresenta é baseado em premissas equivocadas. Embora as mulheres tenham consolidado sua participação no mercado de trabalho, elas ainda são responsáveis por todo o trabalho doméstico e cuidados nas suas casas, o que as ocupa com uma média de 20 horas semanais a mais de trabalho. Essa dupla ou, às vezes, tripla jornada de trabalho não consta nas estatísticas macroeconômicas oficiais e nem tem contribuição previdenciária. Assim, o “bônus” de cinco anos a menos era apenas o pagamento de uma parte de uma dívida social gigantesca com as mulheres, cujo trabalho é, em grande parte, invisível (GUIMARÃES, 2019, s/p).

Até 2019, essas horas de trabalho eram implicitamente reconhecidas pela Seguridade Social no Brasil, quando as mulheres recebiam salário (aposentadoria) por idade cinco anos antes da população masculina, pela realização de uma jornada de trabalho semanal não paga durante toda a vida produtiva. Segundo o IBGE (AGÊNCIA IBGE, 2020), em 2019 “[...] a população com 14 anos ou mais de idade dedicava, em média, 16,8 horas semanais aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas, sendo 21,4 horas semanais para as mulheres e de 11 horas para os homens”. É uma informação histórica, negligenciada pelo projeto político ascendente a

---

<sup>7</sup> Conhecido por INSS, sigla para Instituto Nacional do Seguro Social, administrador do sistema.

partir de 2016. Esse projeto político é conservador em relação à desigualdade de gênero no trabalho e acaba por discriminar as mulheres em todas as áreas da vida pública.

A reforma da previdência, sancionada em 2019, é uma política de agravamento das desigualdades em geral, aumentando o tempo de horas laborais de produção-reprodução social sem qualquer custo adicional para o capital<sup>8</sup>. Torna lei o aumento das horas de trabalho não pago, somando mais desigualdade para as mulheres, em especial as mulheres negras, população com as maiores jornadas de trabalho mal pago e não pago.

## 2.2 Trabalho e condição feminina

Nesta seção apresentamos um enunciado da revista *Veja* (2016), compondo uma das materialidades analisadas na pesquisa. Antecipamos aqui para mostrar ao leitor a razão de considerarmos o entrelaçamento entre o golpe de 2016, trabalho e questões de gênero, questões teóricas relevantes na tessitura do estudo.

Considerando o exposto na seção anterior, e direcionando nosso olhar ao texto publicado na *Veja*, observamos a operação de um discurso sobre família em acordo com a política econômica pós-golpe. O enunciado “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’” (*Veja*, 2016), pertence à formação imaginária da divisão sexual de papéis, que silencia o trabalho reprodutivo ao qual é submetida a mulher trabalhadora, que sustenta com sua mão-de-obra o modo de vida da família discursivizada pela elite brasileira.

Nas condições de produção dessa discursividade, vale destacar, um ano antes do golpe político de 2016 e quase 130 depois da abolição *formal* da escravatura, o Brasil de 2015 assistiu à aprovação da “Lei do Trabalho Doméstico” (BRASIL, 2017b). No processo de votação desta, houve dois votos contrários, um deles do atual ocupante da presidência da República, Jair Bolsonaro, então deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Em campanha eleitoral, o parlamentar enfatizou sua posição: “Fui o único deputado, nos dois turnos, que votou contra todos os direitos trabalhistas das empregadas domésticas” (FÓRUM, 2018).

É importante notar que a Lei do Trabalho Doméstico resulta de uma longa processualidade histórica e discursiva de embate político e resistência. É no espaço de afirmação política do trabalho doméstico que encontramos a valoração do trabalho, além do discurso de resistência, especialmente, na atuação da Fenatrad. Nas palavras da entidade, trata-se de resistência contra

---

<sup>8</sup> Ver nossa dissertação de mestrado em Sociologia, “Jornada no plural, gênero no feminino” (2013). Disponível em: [http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFAL\\_950734917e3279deb6dd26214302ed0a](http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFAL_950734917e3279deb6dd26214302ed0a).

[...] direitos ignorados, vários tipos de assédio e trabalho ainda mais precarizado durante a pandemia [...] violações que trabalhadoras domésticas têm enfrentado no Brasil, o que coloca em risco a saúde dessa categoria formada por 4,7 milhões de pessoas, a maioria mulheres negras (FENATRAD, 2020).

O modo como vivemos é uma totalidade dialética cuja produção carrega uma finalidade reprodutiva. Determinado modo de produzir, por sua vez, é ressignificado quando o revolucionamos dialeticamente com o modo como vivemos. Revolucionar o trabalho significa revolucionar sua finalidade, isto é, questionar o modo como vivemos para vermos sentido no modo como trabalhamos. Em outras palavras, o modo como produzimos é central no discurso sobre a família: no Brasil, trata-se de um discurso capitalista de tipo colonial-escravagista sobre cultura, trabalho, raça, gênero e sexualidade.

### 2.3 O trabalho simbólico do discurso

Para finalizar o capítulo sobre os apontamentos teórico-metodológicos, apresentamos uma introdução sobre o trabalho simbólico do discurso.

É a ontologia do ser social, fundada por Marx e Engels e desenvolvida em Lukács, que fundamenta a compreensão da realidade social como *práxis*: ação humana, atividade social. Dentro desta dinâmica, é o funcionamento entre Língua e Ideologia que realiza o trabalho simbólico do discurso<sup>9</sup>, que opera a rede de memória dos sentidos que produzem-reproduzem e transformam as ações históricas – trazendo aqui a conceituação pecheutiana (PÊCHEUX, 2014)<sup>10</sup>.

Desse modo, a totalidade dialética do ser social é histórica também por ter regularidades discursivas que não conjugam coincidências, transparências ou obviedades, mas produções e disputas de sentidos, como nos orienta a teoria materialista do discurso pecheutiana, que

[...] Ao opor base linguística e processo discursivo, inicialmente estamos pretendendo destacar que, como foi apontado por P. Henry, todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o subordina a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da linguística (PÊCHEUX, 1975, p. 91, grifo nosso).

Nessa perspectiva, a teoria materialista do discurso considera a autonomia relativa das leis internas da língua (PÊCHEUX, 2014), porém a estuda no funcionamento dos sentidos

<sup>9</sup> Trabalho simbólico do discurso, conceito de Orlandi (2002).

<sup>10</sup> Produção-reprodução-transformação (PÊCHEUX, 2014).

concebidos como coprodutores de práticas sociais. A relação dialética entre Língua e Ideologia define de qual maneira a linguagem não escapa às determinações histórico-sociais.

Na clássica obra marxista “A dialética do concreto”, Karel Kosik (1976) aborda essa questão desde as primeiras linhas do primeiro capítulo, defendendo que “[...] a dialética trata da ‘coisa em si’. Mas a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem. [...] Por este motivo o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa [...]” (KOSIK, 1976, p. 13). Adiante, cita um comentário de Marx para Engels em carta de 1867: “[...] Se os homens apreendessem imediatamente as conexões, para que serviria a ciência?” (MARX, 1867 apud KOSIK, 1976, p. 17).

Em discussão sobre *A ciência em Marx*, o economista Ricardo Feijó faz uma afirmação sobre contradição dialética a nós particularmente interessante. Citando outro economista, diz que

[...] a contradição dialética trata-se de uma tentativa de adequar o discurso a um objeto intrinsecamente contraditório: “A contradição dialética não deve ser entendida como um puro formalismo, mas sim como uma tentativa de adequar o discurso ao objeto – a contradição do discurso só é válida se ela reflete uma contradição no objeto mesmo” (OLIVEIRA, 1992, p. 98 apud FEIJÓ, 2015, p. 308).

Pêcheux (2014), contra a força das elaborações stalinistas de sua época, critica o materialismo cindido entre histórico *ou* dialético. Desse modo, o autor francês discute o tabu do stalinismo contra a semântica: “[...] a ideologia se constituía, evidentemente, uma das questões privilegiadas” (2014, p. 14), das interrogações que se colocavam pela “[...] *liberdade de lutar contra uma concepção stalinista voluntarista da ciência* em que ‘o marxismo’ ditaria, previamente, a uma ciência seus princípios e seus resultados de uma ciência, em nome do Materialismo Dialético ou das Leis da História” (2014, p. 15, grifo do autor). Nesse sentido, afirma ainda:

Isso significa que nosso propósito aqui é o de *questionar as evidências fundadoras da “Semântica”*, tentando elaborar, na medida dos meios de que dispomos, as bases de uma teoria materialista. Nosso ponto de partida é duplo. *Queremos mostrar que: 1. a Semântica*, que se apresenta, como acabamos de ver, como uma “parte da Linguística” – ao mesmo título que a Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe – *constitui, de fato, para a Linguística, o ponto nodal das contradições que a atravessam e a organizam sob a forma de tendências, direções de pesquisa, “escolas linguísticas” etc., as quais, em um mesmo movimento, manifestam e encobrem* (tentam enterrar) essas contradições; 2. se a Semântica constitui *para a Linguística* tal ponto nodal, é porque *é nesse ponto, e mais frequentemente sem reconhecê-lo, que a Linguística tem a ver com a Filosofia* (e, como veremos, com a *ciência das formações sociais ou materialismo histórico*) (PÊCHEUX, 2014, p. 18, grifos nossos).

A compreensão histórica de que a língua é opaca, não transparente, é apresentada por Pêcheux desde o questionamento das “evidências fundadoras da *Semântica*”, pois as contradições existem e se organizam em tendências e direções de pesquisa, como demonstrado acima. Esse problema se estruturou na medida em que a linguística foi sendo tomada categoria da *subjetividade* (PÊCHEUX, 2014, p. 47-48), silenciando as contradições da objetividade, ao separar a ciência da linguagem da linguagem cotidiana.

É suficiente para nosso propósito salientar que o círculo ideológico sistema/sujeito-falante constitui o invariante das diferentes formas que “a Semântica” toma hoje. Isso explica, com efeito, que a Linguística atual conceba espontaneamente o campo da linguagem como distribuído sobre um eixo, cujos pólos seriam, respectivamente, o conjunto dos enunciados científicos, de um lado, e a conversação (ou linguagem cotidiana), de outro (PÊCHEUX, 2014, p. 59).

Por um lado, Pêcheux está afirmando que a ideologia atravessa todos os lugares de enunciação, todos os discursos, quer seja o dizer científico, quer seja o dizer cotidiano; por outro, sobre os campos de pesquisa serem tomados de modo subjetivo – em sua aparência ideológica, sem relacioná-la à sua história –, trata-se de uma crítica à abordagem gnosiológica<sup>11</sup>, que estabelece um limite ao conhecimento, recorta o fenômeno de sua história pondo critérios subjetivos, fora do devir do fenômeno.

Para o autor, os sujeitos posicionam-se em lugares ideológicos da produção-reprodução-transformação<sup>12</sup> das relações sociais (PÊCHEUX, 2014), de modo que a linguagem é produzida nessas relações e a língua tem na semântica sua dimensão mais dinamizada pelas contradições do processo histórico. Assim, desvelar a contradição do significado relacionando-o com sua produção material é uma percepção filosófica, ideológica e científica que inaugura a teoria materialista do discurso.

Pêcheux elabora tanto uma crítica à leitura estruturalista quanto à leitura stalinista acerca do que seja a semântica. Compreende-as presas ao “círculo ideológico sistema/sujeito-falante”, à disjunção ideológica entre dizer científico e dizer cotidiano, e que são diferentes os caminhos metodológicos de cada dizer. Contudo, nada escapa à memória dos sentidos materializados na língua.

O autor defende a ampla reflexão filosófica sobre o papel da *interpretação* no processo do conhecer – processo esse que implica, necessariamente, ideologia. Um dizer científico ou

<sup>11</sup> *Gnosis* em grego é conhecimento. A gnosiologia estuda a problemática do conhecimento delimitando possibilidades e limites ao conhecer, tem no sujeito o polo regente do conhecimento (TONET, 2016).

<sup>12</sup> *Idem*.

político pode não perceber a si próprio ideologicamente, criando um efeito de evidência de neutralidade impossível nas práticas sociais, sempre heterogêneas, marcadas por contradições.

Embora Pêcheux não opere com a teoria ontológica<sup>13</sup> do ser social, seu esforço de interpretar os processos de significação no escopo histórico o aproxima da leitura articuladora de história e dialética, contrariamente à interpretação stalinista ainda dominante em sua época – que retirava a dialética da história, separando-as em métodos diferentes. Elementos presentes em suas obras críticas, como *Estrutura ou Acontecimento* (2015) e *Semântica e Discurso* (2014).

Por outra via, Lukács trabalhou uma interpretação da obra de Marx articulando a dialética da atividade humana em seu devir histórico. Sem querer aproximar o projeto de Pêcheux ao de Lukács, afirmamos apenas que os caminhos de interpretação histórica desenvolvidos pelo autor francês o posicionam em defesa da ciência que não nega o atravessamento ideológico em toda a prática social. Enquanto isso, o filósofo húngaro ergueu a maior interpretação da obra de Marx no século XX, elevando a importância da subjetividade em toda a ação histórica e, portanto, do papel central da interpretação no funcionamento do ser social. Cabe a nós a atenção à regência da objetividade histórica na determinação dos sentidos, das interpretações.

Em análise de discurso, a observância da regência objetiva se dá em grande medida pelo estudo do discurso em suas relações com a ideologia, isto é, com as posições dos sujeitos e efeitos de sentido daí interessados e não controlados. Conforme Orlandi em *Texto e Discurso* (1995),

São vários os procedimentos de análise — como relação de paráfrases, observação dos diferentes enunciados de ocorrência, relação com diferentes discursos, etc. —, mas qualquer que seja o procedimento, o ponto de partida é sempre o mesmo na relação entre unidade e dispersão: o postulado de que o sentido sempre pode ser outro e o sujeito (com suas intenções e objetivos) não tem o controle daquilo que está dizendo. Isto nos leva a duas ordens de conclusões também muito importantes: 1. Um sujeito não produz só um discurso 2. Um discurso não é igual a um texto. Daí que a relação proposta na AD é: a. Remeter o texto ao discurso b. Esclarecer as relações deste com as FD, pensando as relações destas com a ideologia (ORLANDI, 1995, p. 116).

---

<sup>13</sup> O estudo do ser (onto) busca explicar o que é o ser, seu modo de funcionamento. A abordagem pode ser de caráter metafísico ou histórico-social (TONET, 2016, p. 14). Na abordagem histórico-social, o objetivo é que o modo de ser do objeto seja por nós entendido para descrevermos o fenômeno explicando sua essência, suas contradições e regularidades.

Para tanto, o dispositivo de análise é composto fundamentalmente pelos conceitos de: condições de produção, posição sujeito, memória discursiva, formação ideológica e formação discursiva – inicialmente elaborado por Foucault (PÊCHEUX, 2014).

Assim, articulando discurso, sujeito e história, realizamos o *gesto de leitura* (ORLANDI, 2015) de uma discursividade sobre família, relações de raça e classes, seguindo o movimento dos sentidos na língua, em seu encontro com a ideologia, cuja materialidade é o modo como hoje se dão as relações de produção e reprodução da vida.

Convidamos o/a leitor/a a pensar conosco a materialidade dos sentidos discursivos a partir da perspectiva da centralidade da categoria trabalho. O que Lukács (2013) nomeia *protoforma do trabalho* funciona em todos os fenômenos sociais. Para Orlandi (2002, 2015), discurso é trabalho simbólico dos sentidos nas mais diversas linguagens das práticas sociais, produzidas em cada formação social historicamente dada, em relações de desigualdade-contradição-subordinação, como discute Pêcheux em *Semântica e Discurso* (1975).

Em resumo, o materialismo histórico-dialético, fundado por Marx e Engels, abre uma perspectiva materialista na qual sujeito e objeto estão em relação de construção do novo, como desenvolve Lukács (2013). Assim, tal perspectiva de análise discursiva nos coloca diante do questionamento sobre a posição social do sujeito falante enunciador. A existência do implícito, do silenciado, dos esquecimentos, dos equívocos, do que pode e deve ser dito, do dito e do não dito, pedem uma prática científica interpretativa, qual seja a análise de discurso.

Em resumo, neste capítulo apresentamos algumas categorias que foram se revelando, ao longo do estudo, pertinentes para a análise que pretendíamos realizar, entre as quais: o trabalho na conjuntura política pós-golpe, as questões de divisão sexual do trabalho e aquelas relacionadas à língua, ideologia e discurso. Outras categorias surgiram no próprio fazer da análise e, portanto, serão tratadas no capítulo dos resultados. Entre elas constam as questões de raça e a própria ideia de análise interseccional. No próximo capítulo faremos uma revisão teórica sobre a metodologia escolhida para a realização de nosso estudo.

### 3 DA TEORIA MATERIALISTA DO DISCURSO

Para a teoria materialista do discurso de linha pecheutiana, a entrada do simbólico nos percursos da história, do sujeito e da língua é “irremediável e permanente”, como diz Orlandi (2015, p. 7). Para Pêcheux, os diferentes processos de significação ideológica se materializam na língua. Essa, como dito em *Semântica e Discurso* (1975),

[...] se apresenta [...] como a base comum de processos discursivos diferentes, que estão compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos discursivos (PÊCHEUX, 1975, p.91).

Para Pêcheux, os processos ideológicos têm como base material a história e simulam os processos discursivos nas práxis. Nessa perspectiva, é a partir da compreensão material do simbólico que o discurso é definido como *práxis*, relação teórico-prática (sujeito-objetividade) que determina a ação e o dizer.

Por materialidade ontológica entendemos a perspectiva da centralidade do trabalho nos diferentes modos de produção e reprodução social (MARX, ENGELS, 2009; LUKÁCS, 2013). Por materialidade histórica das sociedades de classes, entendemos a perspectiva da divisão sexual e racial do trabalho, estruturantes das relações de exploração (STOLCKE, 1980; MAGALHÃES; SILVA, 2015).

Essa é a articulação teórico-metodológica na qual se ancora nossa pesquisa. A perspectiva ontológica é fundamental para pensarmos a história, o sujeito e o discurso. Como fundamento dessa leitura, consideremos que,

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio [...] (MARX, 1996, p. 297).

Assim, a dialética sujeito e objeto permite a atividade humana, ser social que se constitui ontologicamente diferente do ser da natureza. O ser [do que é] social é o movimento de leitura, conhecimento e projeção que opera a transformação material e cria o simbólico, inexistente na natureza. Mesmo quando o ser social parece repetir, trata-se de um movimento de (re)produção, (re)criação, porque é da lógica do seu ser interpretar e imaginar, pensar para poder fazer. Essa

é a marca da ontologia social, a história não se repete, como afirma Marx na célebre abertura de *O 18 Brumário*,

Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. (MARX, 2011, p. 25).

O *gesto de leitura* de Marx – expressão teórica de Eni Orlandi –, acerca do funcionamento do ser social, resulta na elaboração do materialismo histórico-dialético e este, por sua vez, contribui com as reflexões da teoria materialista do discurso.

É importante a menção de Orlandi (2002) à liberdade filosófica de Pêcheux. No prefácio à edição brasileira de *O discurso: estrutura ou acontecimento*, a autora discute que Pêcheux “[...] não protege e não se protege em Marx” (2002, p. 9) e continua afirmando, de tal modo, que o autor francês “[...] avança forte pelos entremeios, não deixando de levar em conta a presença forte da reflexão sobre a materialidade da linguagem e da história” (2002, p. 9).

Compreendemos essa presença e capacidade de “não se proteger” em Marx ou em qualquer outro/a autor/a obra relevante como próprio da forma de conhecimento que a Análise de Discurso tem aberto às ciências humanas, estabelecendo a *contradição* e a *interpretação* em sua base teórico-metodológica. Como afirma Orlandi (2002), Pêcheux foi capaz de fundar “[...] novos gestos de leitura”, uma “[...] forma de conhecimento que se faz no *entremeio* e que leva em conta o *confronto*, a *contradição* entre sua teoria e sua prática de análise” (2002, p. 8, grifos nossos). Comparece o “contato *histórico* com o linguístico” constitutivo da “materialidade específica do discurso” como *entremeio* fundamental.

Orlandi (2002) afirma que Pêcheux propôs “[...] uma forma de reflexão que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito” (2002, p. 7), refletindo nos *entremeios* das “[...] regiões já categorizadas do conhecimento” (2002, p. 7), pois elabora procedimentos que (des)constroem o discurso a fim de percorrer “os efeitos de certeza” que aqueles conhecimentos produzem, uma vez que “[...] a reflexão nunca é fria: lugar de emoção, de debate, de opressão, mas também de resistência” (ORLANDI, 2014, p. 7). Principalmente quando nos manifestamos contra o “des-conhecimento”.

Diante do exposto, a articulação entre leitura ontológica e análise discursiva materialista é um caminho para contribuir à interpretação dos sentidos, do funcionamento de sua memória, de suas ambiguidades e de seus equívocos, ao definir a centralidade do trabalho não apenas do ponto de vista econômico, mas como fundante também da linguagem, determinante da capacidade humana de conhecer, representar o mundo e transformá-lo.

Essa articulação também complexifica a noção de formação enquanto concretude histórica, seja a formação social, seja a formação ideológica e/ou discursiva: a repetição do dizer e/ou de seus efeitos de sentido conduz ao gesto de interpretação das formações em seus nexos com determinada totalidade social. O que permite, por fim, não realizar uma descrição de discurso e sim um gesto de leitura, digamos, ontológica dos sentidos do discurso.

Entendemos que essa compreensão dialoga com a relação que Orlandi (1999) estabelece entre a língua e o discurso enquanto trabalho simbólico. Nas palavras da autora,

A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (ORLANDI, 1999, p. 15).

As representações simbólicas constituem linguagem, discurso e ideologia. Como afirma Orlandi (2015), há um *trabalho simbólico* realizado pelo discurso e que está “[...] na base da produção da existência humana” (ORLANDI, 2015, p. 15). Desse modo,

O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. [...] procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 1999, p 15).

Conforme Orlandi (1999), o discurso é trabalho simbólico neste preciso sentido: acontecimento teórico-prático em constante movimento de ida e volta no tempo e de novas produções de subjetividade e objetividade, dialeticamente relacionadas. Integra o processo das formações históricas de cada sociedade. O discurso ou os discursos, sempre heterogêneos, é/são teórico-práticos por não serem nem apenas simbólicos, nem somente materialidade linguística. Seu ser social é sempre relativo ao devir histórico e a todos os complexos sociais, econômico, familiar, político etc. Portanto, a afirmação de Eni Orlandi de que “discurso é trabalho” amplia a compreensão da centralidade da categoria trabalho no ser social quanto a importância do simbólico no funcionamento da dialética sujeito e objeto.

Quando Marx afirma que é o ser social quem determina a consciência, afirma o funcionamento humano primordial – o movimento de subjetivar (pensar, projetar, idear) a objetividade é o que possibilita representá-la e é essa mesma objetividade, as condições de um determinado tempo e lugar, que possibilita o processo de criação do novo, necessariamente material e com uma representação simbólica dele.

Dessa forma, estudamos discurso e ideologia a partir da dialética do trabalho como *protoforma do ser social* (LUKÁCS, 2013). No intercâmbio com a objetividade histórica, a subjetividade se constrói, em conjunto com a linguagem, na capacidade de projetar as finalidades e efetivá-las materialmente. Subjetivando seus resultados e realizando novas intervenções, o sujeito social é um produto de sua atividade material-simbólica; da mesma forma, tudo o mais da atividade humana, isto é, do ser social. Também o discurso está sujeito a essa relação de toda prática humana ao se materializar na língua.

Dessa maneira, compreendemos a formação dos sentidos, sendo o discurso uma práxis, pois compõe a atividade humana sensível ao integrar o processo teórico-prático fundado pela relação orgânica do sujeito com a natureza no ato do trabalho. O funcionamento do discurso acompanha a dinâmica do que Lukács chama de *protoforma do ser social*, conforme mencionado anteriormente.

A *protoforma do ser social* é o ato do trabalho, forma primária do funcionamento do ser que, diferente dos demais, desenvolve a capacidade de fazer-se a partir da natureza, criando o novo em relação a ela. Trata-se de um *salto ontológico*, na explicação de Lukács, por haver uma mudança de *modo de ser*, um processo de dependência e autonomia intercambiado como o ser natural. Assim, o *salto* representa a mudança na lógica da forma de ser; há uma capacidade de idear e realizar finalidades que não estão dentro da lógica da natureza. A mudança é o fundamento de uma nova forma de relação com a natureza, surgida no processo contínuo de intercâmbio, criando a relação conhecida como “sujeito-objeto”, aqui chamada teórico-prática, na linguagem das *Teses sobre Feuerbach*, de Marx (2009).

Retomando o fio da meada, por *salto ontológico* entendemos o processo contínuo de intercâmbio orgânico natural transformado por uma *ruptura na continuidade*, na definição de Lukács (2013), do ser natural, que se faz social ao ir tornando-se um ser de atividade, *atividade humana sensível, teórico-prática*, em conceito, *práxis*.

Se a *protoforma do trabalho*, o modo básico de funcionamento de tudo o que é social, é a práxis, podemos ler metodologicamente como integrante do *complexo do trabalho*, o que vai além do trabalho enquanto transformação material da natureza, uma vez que é posto pelos sujeitos em nexos com o *trabalho*, não ontologicamente, mas historicamente. Dessa maneira, compreendemos a linguagem – enquanto prática humana – em seu encontro com a ideologia, integrante do modo de produção social. Conforme Lukács (2018),

[...] todo fenômeno social, por isso, pressupõe, direta ou mediadamente, eventualmente muito amplamente mediado, o trabalho com todas as suas consequências ontológicas. [...] Um dos resultados mais importantes de nossas

exposições foi o necessário e ininterrupto remeter-para-além-de-si dos atos de trabalho (LUKÁCS, 2018, p. 117).

Desse modo, o que fundamenta o nexos entre linguagem e trabalho é a divisão social do trabalho. Como aponta o autor,

A linguagem, por isso, simultaneamente ao desenvolvimento do trabalho, da divisão de trabalho e da cooperação, tem de ininterruptamente se desenvolver ascendentemente, deve se tornar cada vez mais rica, flexível, diferenciada etc., com isto os novos objetos e relações que emergem podem ser tornados comunicáveis. [...] o estado de fato ontológico de que todas ações, relações etc. — e podem elas parecer à primeira vista ainda muito simples — sempre são correlações mútuas entre complexos [...]. Que o ser humano, já como ser biológico, é um complexo, não requer nenhum argumento. Igualmente é imediatamente evidente que a linguagem tem de ter um caráter de complexo. Toda palavra, apenas em conexão com aquela linguagem à qual pertence, pode possuir, de fato, um sentido comunicável [...]. Também não pode existir nenhuma dúvida de que a divisão de trabalho constitui igualmente um complexo; os atos, as operações singulares, igualmente, apenas no processo do qual tomam parte podem ser considerados com sentido; [...] Destas desdobra-se o processo de reprodução do complexo como um todo em questão e, de fato, de maneira a que também os complexos parciais — claro, apenas relativamente — se reproduzem independentemente, contudo, em todos esses processos a reprodução do todo em questão constitui o momento predominante nesse sistema multifacético (LUKÁCS, 2018, p. 119-120).

Sem a linguagem capaz de representar nossas atividades, o que nos define humanos não seria possível. A realização primordial do intercâmbio com a natureza é um processo material e necessariamente simbólico, pois o trabalho cria algo material no mesmo processo em que cria a representação simbólica do objeto criado. O momento em que transformamos a nós mesmos no ato do trabalho é um movimento do objetivo para a subjetividade, exercendo papel na constituição dos sujeitos também enquanto linguagem<sup>14</sup>.

Com essa perspectiva, podemos articular a reflexão de que, conforme Orlandi (1999),

[...] a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 1999, p. 16).

Considera-se assim, sob fundamentação em Pêcheux (1969), que a dimensão discursiva se constitui como efeito de um encontro ou interseção entre história e língua. Mas de que modo se produz esse encontro? Qual é o peso relativo desses dois fatores na explicação da emergência do sentido? Para a Análise de Discurso, o sentido é, sobretudo, sentido histórico — isto é, o

---

<sup>14</sup> Ver Benveniste (1995).

sentido sempre mostra uma determinação material-histórica na forma em que a determinação histórica é compreendida no seio da teoria marxiana. O sentido discursivo é decorrente de processos históricos de determinação do sentido.

### **3.1 Da constituição do sentido: língua, sujeito e história**

A questão do sentido pode ser a centralidade do projeto teórico da Análise de Discurso. Em seus postulados teórico-analíticos, Pêcheux (2004) estabelece uma linha de determinação da história sobre a língua, no que se refere ao processo de produção de sentido, que compreende a esta como uma espécie de campo material reflexivo dos vetores históricos de determinação de sentido e, por essa via, a materialidade linguística, subordinada à materialidade histórica, desdobra a subjetividade dos indivíduos socialmente determinados.

Durante toda a primeira metade do século XX, “[...] os linguistas hesitaram [...] em reconhecer a semântica como uma ‘parte da linguística’” (PÊCHEUX, 2014, p. 11). O campo formado nas disputas em torno à semântica diz respeito “[...] tanto às preocupações mais antigas dos filósofos e gramáticos quanto às pesquisas linguísticas recentes” (PÊCHEUX, 2014, p. 10). A semântica continua, desde então, a encontrar-se no centro das controvérsias entre linguistas e isso acontece porque a semântica ocupa-se do *sentido*, sempre histórico.

Para Pêcheux (2014), é ponto de partida a crítica a qualquer conceituação de língua que retire sua historicidade. Segundo o autor, é “formalista” definir a língua como um sistema ou uma estrutura a-histórica. A esse “estruturalismo filosófico”, Pêcheux dará lugar ao que chama de “posição histórica” (PÊCHEUX, 2014, p. 21), com “base material no interior do materialismo histórico”, o que implica “[...] a questão da gênese, da evolução, das transformações do objeto [...] como primeiro” (PÊCHEUX, 2014, p. 21).

Sendo a língua um sistema histórico, e entendendo-se a história realizada pelas ações humanas em constante transformação, o caminho para compreendê-las e explicá-las – língua e história – não pode fugir às condições materiais de suas transformações. E, embora sejam realizadas por nós, as ações determinantes da história são as ações coletivas, as quais sempre estão atravessadas por sentidos.

As ações coletivas conformam interesses de posições sociais, classes, raças, sexualidades, dentre outros, e suas ideologias identitárias. Assim, compreende-se que aquilo que define os sentidos em língua e discurso é a heterogeneidade de sentidos de cada momento histórico.

Sendo a postura histórica fundamentada em um materialismo que busca a *gênese*, a *evolução* e as *transformações do objeto*, podemos afirmar que Pêcheux (2014) entende os sentidos discursivos enquanto parte da objetividade social, sendo a língua a materialidade dos sentidos. Para o autor,

[...] a “língua” como sistema se encontra contraditoriamente ligada, ao mesmo tempo, à “história” e aos “sujeitos falantes” e essa *contradição* molda atualmente as pesquisas linguísticas sob diferentes formas, que constituem precisamente o objeto do que se chama a “semântica” (PÊCHEUX, 2014, p. 20, grifo nosso).

A proposta de Pêcheux é contribuir para o desenvolvimento dessa contradição, reconhecendo a historicidade da língua em favor do estudo do *sentido em sua base material*. Interessa para o autor de *Semântica e Discurso* (2014) refletir sobre tal contradição considerando-a “[...] no interior do materialismo histórico” (p. 21). Nessa perspectiva, Pêcheux afirma que sua posição deve ser compreendida como uma posição histórica, pois

[...] só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar ‘as práticas linguísticas’ inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada [...] (2014, p. 22, grifo nosso).

A partir do exposto, compreende-se que a *posição histórica* referida pelo autor, quando tratada no âmbito dos estudos da linguagem, implicará na defesa de uma teoria materialista do discurso. Isso acontece porque a língua está ligada à história e aos *sujeitos falantes*, de modo que o estudo teórico deve considerar esses elementos em suas combinações e contradições. A articulação proposta por Pêcheux leva em consideração, de um lado, que os sujeitos não podem ser a-históricos, uma vez que são produtos da história. Aqui é importante lembrar que a Análise de Discurso considera que “[...] a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos) [e que] a história tem sua materialidade, o homem faz a história, mas ela não lhe é transparente” (ORLANDI, 2002, p. 19-20). Por outro lado, considera que a contradição, por sua vez, é posta em funcionamento na e pela ideologia, pelas relações poder e relações de força que se materializam na prática discursiva.

Em seu processo de constituição, a Análise de Discurso, conforme destaca Orlandi (2002), coloca questões importantes a três domínios disciplinares: a ciência Linguística (questiona-se a língua); as tradições no interior do marxismo (questiona-se método); e os estudos em psicanálise (o sujeito). De acordo com a autora,

[...] desse modo, se a Análise de Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento - Psicanálise, Linguística e Marxismo - não o é de modo servil e trabalha uma noção - a de discurso - que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise (ORLANDI, 2002, p. 20).

Nessa perspectiva, ao refletir sobre a questão da unidade da língua, compreende-se que ela comporta uma divisão discursiva contraditória: o par comunicação/não comunicação cuja divisão “[...] preenche [diversas funções da] formação social capitalista” (PÊCHEUX, 2014, p.25). Nas palavras do autor, podemos notar “[...] em todo lugar sua presença” (2014, p. 25):

[...] no próprio interior das condições materiais da produção capitalista: necessidades de organização do trabalho (...) que impõe uma *comunicação* sem equívocos – clareza ‘lógica’ das instruções e diretivas (...). – comunicação que é, ao mesmo tempo, através da divisão social-técnica do trabalho, uma *não comunicação* que separa os trabalhadores da organização da produção e os submete à ‘retórica’ do comando (PÊCHEUX, 2014, p. 25).

Assim, o autor francês propõe uma redefinição das determinações e limites do objeto nos estudos da linguagem, tomando suas contradições como “[...] efeitos derivados da luta de classes hoje em um *país ocidental*, sob a dominação da ideologia burguesa” (PÊCHEUX, 2014, p. 22, grifo nosso). É importante observar aqui o funcionamento das condições de produção no que se refere ao autor e à França das décadas de 1960-70. De lá para cá, muito embora as inúmeras transformações, há uma continuidade fundamental: as formações sociais nas quais vivemos têm aprofundado as contradições históricas de classe, raça, gênero e sexualidade.

No pensamento do autor, a contradição de classes é o ponto de partida teórico-metodológico que coloca em funcionamento as contradições da comunicação e seu par, a *não-comunicação*. A base material do processo de significação se estrutura numa determinada formação social inscrita na história. E a formação social, tal como propõe Pêcheux (2011), pode ser compreendida

[...] por meio do modo de produção que a domina, da hierarquia das práticas das quais necessita esse modo de produção, dos aparelhos mediante os quais se realizam essas práticas, as posições que lhes correspondem, às representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que dependem dessa formação social (PÊCHEUX, 2011, p. 72).

A partir das palavras do autor, toma-se conhecimento de que as práticas históricas de cada formação social correspondem às posições ocupadas pelo sujeito no processo de produção de sentidos. Dialeticamente, a lógica de determinada formação social estabelece sentidos que

são postos em circulação e funcionam ideologicamente na sociedade, produzindo efeitos para o sujeito na história.

O materialismo desenvolvido a partir da crítica de Marx e Engels (2009) à filosofia idealista hegeliana – que mantinha suas análises da história na determinação do campo das ideias, da consciência humana – coloca a existência material como determinante da consciência. Portanto, liga a história e o sentido ao mundo do ser social, enquanto produtor das suas condições materiais – as condições econômicas de produção de uma sociedade e as contradições delas decorrentes.

Ao produzir um discurso o sujeito se posiciona social e historicamente, assume uma posição ideológica. Ao situar-se ideologicamente, limita e direciona seu discurso, fala dentro dessa posição, orienta-se por concepções que tendem a ser cifradas nos discursos com os quais convive. Desse modo, compreende-se, a posição ocupada no processo de produção do discurso, o lugar social da produção do discurso e sua forma de estruturação determinam o efeito de sentido.

Diante dessas colocações, para a Análise de Discurso o sujeito é, sobretudo, um *sujeito ideológico*: um sujeito determinado, “identificado” com as coordenadas discursivo-ideológicas de sua época. É um sujeito determinado socialmente e que fala de acordo com aquilo que a formação discursiva determina. Conforme Orlandi (1999, p. 24), o sujeito “[...] é materialmente dividido desde sua constituição [...] é sujeito à língua e à história”, apenas se constitui quando sofre os efeitos do simbólico, quando se vê atravessado pela história e pela linguagem.

Como esclarece Pêcheux (1975), os sujeitos são possuidores de uma existência histórica, remetendo às formas de inscrição do sujeito na determinação dos modos de produção e da estrutura social como um todo. No que se refere a essa forma de existência histórica, Pêcheux e Fuchs (1975, p.237) afirmam que

[...] não se deve projetar as formas burguesas de interpelação sobre as formas anteriores. Não é evidente, por exemplo, que a interpelação consiste sempre em aplicar sobre o próprio sujeito a sua determinação. A autonomia do sujeito como “representação da relação imaginária” é, de fato, estritamente ligada à aparição e a extensão da ideologia jurídico-política burguesa. Nas formações sociais dominadas por outros modos de produção, o sujeito pode se representar sua própria determinação como se impondo a ele na forma de uma restrição ou de uma vontade externa, sem que, para tanto, a relação assim representada deixe de ser imaginária.

A partir do exposto, para a Análise de Discurso o sujeito é determinado sócio-historicamente. Nessa perspectiva, o sujeito não é a origem do seu dizer, uma vez que sua produção discursiva está diretamente relacionada à posição por ele ocupada, à formação

discursiva na qual se inscreve e com a qual se identifica. Embasada no materialismo histórico-dialético, a Análise de Discurso relaciona ideologia e sujeito como indissociáveis, dado que o sujeito se apresenta sempre em processo de constituição. Ou seja, o sujeito somente se constitui ao interagir com o outro, ao se encontrar mergulhado no social que o envolve.

### 3.2 A língua na Análise do Discurso

Iniciamos esta seção trazendo uma citação Mazière (2011), o qual reitera a concepção de língua utilizada pela Análise de Discurso. Segundo o autor,

[...] o que a AD revela da língua é ao mesmo tempo o caráter contornável dos sistemas particulares, “o que não se pode dizer”, como sublinhava Jakobson [...] e, contraditoriamente, mas constitutivamente, a inconsistência em si dos sistemas, o fato que sua consistência advém a partir da discursividade acumulada e da discursividade própria dos gramáticos que “reduzem” os discursos na língua (MAZIÈRE, 2011, s. p.).

Nesse sentido, discurso é a língua funcionando a partir de sujeitos posicionados historicamente. De acordo com Pêcheux (1969), o discurso é determinado pelo curso dos acontecimentos sociais, econômico e políticos, que são condições de produção dos efeitos de sentidos entre os locutores. Funcionando nas condições de produção, a memória discursiva, o interdiscurso, é um saber discursivo partilhado, ou ainda, aquilo que fala antes, de modo independente em outro lugar (PÊCHEUX, 1969) produzindo outros dizeres, que são intradisursos no momento em que estão sendo ditos. Esses dois eixos de constituição da memória (inter) e de formulação da atualidade (intra) confluem no processo de significação, de acordo com Orlandi (2015) e Courtine (2014).

Desse modo, ressaltam Idursky e Ferreira (2005, p.13), “é no discurso, precisamente, que se concentram, se intrincam e se confundem, como um verdadeiro nó, as questões relativas à língua, à história e ao sujeito”. E a memória discursiva atua no movimento de sentidos enquanto um saber discursivo que possibilita todo dizer, em um movimento que retorna como o já-dito que possibilita o dizível, discute Orlandi (2015).

A memória discursiva está relacionada às formações ideológicas que interpelam o sujeito e remetem a sua constituição ideológica. As formações ideológicas são materialmente condicionadas pelas relações de classes constituindo as formações discursivas. De acordo com Pêcheux (2014) e Orlandi (2015) os sentidos ideológicos indicam o que sujeito pode e deve dizer, estabelece uma formação discursiva, em situação dada em uma conjuntura dada.

A partir do exposto é possível compreender que, no processo discursivo, como descrito anteriormente, os sentidos são múltiplos e instáveis. Eles apontam para a incompletude da linguagem, para sentidos que não são ditos, mas podem aparecer a qualquer momento, pois constituem a sustentação da relação entre os discursos. Conforme Orlandi (2001), o sentido é antes de tudo uma questão filosófica que não é fluída e dinâmica. Esta abertura do simbólico possibilita compreender que o “sentido é o ponto nodal em que a Linguística tem a ver com a Filosofia e as Ciências Sociais” (ORLANDI, 2001, p. 22).

A produtividade dessa questão do sentido permitiu à autora, por exemplo, uma reflexão inovadora sobre o processo de significação posto em funcionamento no e pelo silêncio. Na obra *As formas do silêncio, no movimento dos sentidos*, Orlandi (2007) afirma que o silêncio tem *sentido* – em outras palavras, o silêncio é condição do significar. Isso posto, compreendemos que significar, dar *sentido*, é constitutivo do sujeito, segundo Orlandi (2001), destinado a interpretar. Nessa perspectiva, ao tratar do silêncio, a autora esclarece

1. há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras;
2. o estudo do silenciamento (que já não é silêncio, mas “pôr em silêncio”) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do “implícito” (ORLANDI, 2007, p.11-12).

Como podemos observar, no centro do funcionamento do *sentido* há uma relação do dizer com o não-dizer – comunicação/não comunicação, nos termos de Pêcheux. Contudo, o não comunicado, o não dito, tem efeito de sentido. Orlandi (2007) afirma que o silêncio é, por vezes, remetido a um caráter de incompletude da linguagem, mas o silêncio é “o fôlego da significação”, “respiração” do significar, para que “o sentido faça sentido”, pois permite o movimento do sujeito.

Movimento, mas também relação incerta entre mudança e permanência se cruzam indistintamente no silêncio. Nem um sujeito tão visível, nem um sentido tão certo, eis o que nos fica à mão quando aprofundamos a compreensão do *modo de significar do silêncio* (ORLANDI, 2007, p. 13, grifo nosso).

O modo de significar do silêncio é o princípio, o fundante do sentido (ORLANDI, 2007). O não-sentido é, por outro lado, silenciamento: “[...] onde ele [o não-sentido] mostra que é ameaça”, afirma Orlandi (2007, p. 14). O que não quer dizer que não haja sentido no silenciamento. Em sua reflexão, Orlandi nos conduz a compreender que, em seu funcionamento, tanto o silenciamento quanto o silêncio trabalham incansavelmente no limiar da interpretação,

operando os limites das formações discursivas e determinando as fronteiras do dizer (ORLANDI, 2007).

Considerando que as palavras são “[...] cheias de sentidos a não dizer” (ORLANDI, 2007, p. 14), a autora vai direcionando sua reflexão ao “jogo das palavras”. O “jogo” é a dimensão do significar reveladora de nossa relação com as palavras em Análise de Discurso: estamos nas palavras para falar com elas e não “delas” ou “de seus conteúdos”. Na perspectiva discursiva, “[...] as palavras já são sempre discursos, na sua relação com os sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 15).

Assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio “fala” por elas; elas silenciam. As palavras são cheias de sentidos a não dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas (ORLANDI, 2007, p. 14).

Orlandi (2007) atenta ainda para as noções de imaginário, real e simbólico em Análise de Discurso, articuladas à ideologia e à determinação histórica dos processos de significação, não ao inconsciente, como definido na psicanálise. A autora se refere ao que a Análise de Discurso trata no campo do imaginário e dos efeitos de evidência próprios dos mecanismos ideológicos. Ou seja,

[...] a Análise do Discurso critica a prática das Ciências Sociais e a da Linguística, refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua (ORLANDI, 2015, p. 15).

Isso nos leva a pensar, como destacamos anteriormente, que o sujeito é destinado a interpretar. De acordo com Orlandi (2004), a interpretação é constitutiva de toda e qualquer manifestação de linguagem. Daí a designação de que a Análise de Discurso pode ser compreendida como dispositivo teórico-analítico de interpretação que se inscreve como um domínio de entremeio para investigar questões sobre a linguagem funcionando na sociedade e na história. Em outras palavras, a Análise de Discurso busca

[...] problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. [...] A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar (ORLANDI, 1999, p. 9).

Ao estarmos sujeitos à linguagem, estamos sujeitos a seus equívocos, sua opacidade, seu jogo de memória, seus esquecimentos. Orlandi (1999) dá continuidade a essa reflexão afirmando ser esta uma contribuição da Análise de Discurso, que, longe de cair “[...] na ilusão de sermos conscientes de tudo” (p. 9), orienta que sejamos “[...] menos ingênuos com a linguagem” (p. 9). Posições estão subjacentes às teorias e práticas, aos dizeres e ações, à práxis do conhecimento, porque à práxis humana. De modo que, em AD, a busca pela materialidade do dizer está entrelaçada com a busca pela história do sentido, sua conformação, seus efeitos, sua processualidade.

#### 4 DISCURSO SOBRE FAMÍLIA E RELAÇÕES DE CLASSES

De acordo com os fundamentos materialistas já expostos, nosso *corpus* constituiu-se, inicialmente, de enunciados acerca da família patriarcal em circulação a partir do golpe político de 2016, que retoma e explicita uma disputa ideológica em torno do modelo de família burguesa, discursivizado de maneira universal, numa perspectiva moralizante.

Nosso ponto de partida para as análises aqui apresentadas foi o enunciado “*Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar.’*” (LINHARES, 2016), publicado um dia depois da votação de abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (2016), demarcando os sentidos dos papéis que definem o arranjo familiar defendido na ordem social vigente, como podemos inferir na *sequência discursiva (SD)* a seguir<sup>15</sup>:

**SD 1:** Michelzinho, de 7 anos, cabelo tigelinha e uma bela janela no lugar que abrigará seus incisivos centrais, é o único filho do casal (Temer tem outros quatro de relacionamentos anteriores). No fim do ano passado, Marcela pensou que esperava o segundo filho, mas foi um alarme falso. “No final, eles acharam que não teria sido mesmo um bom momento para ela engravidar, dada a confusão no país, conta tia Nina, irmã da mãe de Marcela. Ela se refez do sobressalto, mas não se resignou – ainda quer ter uma menininha. No Carnaval, Marcela planejou uns dias de sol e praia só com o marido e o filho e foi para a Riviera de São Lourenço, no Litoral Norte de São Paulo. Temer iria depois, mas, nos dias seguintes, o plano foi a pique: o vice ligou, dizendo que estava receoso de expor a família, devido aos ânimos acirrados no país. Pegou Marcela, Michelzinho, e todo mundo voltou para casa (LINHARES, 2016)<sup>16</sup>.

Na SD acima, é importante observarmos algumas opções vernaculares adotadas pela revista ao referir-se à família do próximo presidente. O nome do filho, por exemplo, está sempre no diminutivo, Milchelzinho, um menino de sete anos que está na muda dos dentes. Essa forma de falar sobre o menino pode ser vista de dois sentidos principais: a) uma ironia sobre um garoto, visto como mimado; b) uma forma de mostrar o afeto da mãe pelo filho. A SD 1 também representa Marcela como cuidadora do bem-estar da família quando declara: “[...] Marcela planejou uns dias de sol e praia só com o marido e o filho e foi para a Riviera de São Lourenço, no Litoral Norte de São Paulo”. Marcela é apresentada como uma mulher que gosta da maternidade e espera ter mais filhos, principalmente se for uma menina.

<sup>15</sup> Em acordo com Courtine (2014, p.114), adotamos como conceito de *corpus* discursivo “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido com referência a um certo estado das condições de produção do discurso.”

<sup>16</sup>Ibidem.

Consideramos esse texto um marco simbólico que conforma a ascensão conservadora discutida no primeiro capítulo. Tal marco retoma um processo de significações da rede de memória patriarcal sobre família, que define um lugar para as mulheres fora da política, fora do espaço público. Em contrapartida, o discurso mobiliza sentidos que remetem à abertura do processo de *impeachment* de uma mulher em concluir seu segundo mandato como presidenta da República. As justificativas dos deputados federais destacam exaustivamente que votaram sim ao *impeachment*, por suas “famílias”, por “deus” e pela “pátria”.

Como apontam Prandi e Carneiro (2018), no artigo “*Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff*”,

[...] valores universais comuns que lastreiam muito do comportamento na vida cotidiana das pessoas, como família, vida, esperança e fé, foram fartamente usados pelos deputados, que de certo modo se puseram na posição de prestar contas a seu eleitorado. Desses temas, a família é aquele a que a população brasileira, em pesquisa de opinião, atribui a maior importância em suas vidas. Pesquisas do instituto Datafolha, ao longo do tempo, mostraram que a população brasileira situa a família no posto mais elevado, quando comparada com trabalho, estudo, religião, dinheiro, lazer e casamentos. Na votação da admissibilidade do *impeachment*, foram citadas tanto a família do deputado como a família de um lugar, do Brasil, ou simplesmente “a família”, como conceito (PRANDI; CARNEIRO, 2018, p. 5).

Nesse sentido, o significante “família” nos enunciados dos deputados e na matéria da *Veja*, corresponde à mesma formação ideológica, cujo funcionamento discursivo silencia a relação reprodutiva da propriedade privada a partir do silenciamento da divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, do trabalho doméstico. Essa interseção entre o discurso sobre família e o discurso da divisão sexual do trabalho será explicitada ao longo do capítulo.

A partir desses elementos de significação, a constituição do *corpus* incluiu outras materialidades que se referiam à divisão sexual e racial do trabalho, a ser analisada posteriormente. Assim, nosso movimento de análise partiu do significante “família”, com referência às condições de produção de ascensão de uma memória discursiva que relaciona um modelo familiar subalterno a um poder político e econômico comandado pelo sujeito masculino, ao passo que essa família é o lugar que caberia à mulher na sociedade.

A particularidade dessas relações no Brasil nos conduz a inferir que há, na materialidade da *Veja*, um silenciamento da totalidade dessa estrutura familiar, qual seja, o trabalho doméstico herdado da *ordem escravocrata senhorial* (SAFFIOTTI, 2013). Através de um intradiscursos com sentidos de classe dominante, em movimento político para ter mais poder, o não-dito, o golpe político, movimenta efeitos de sentido de evidência referentes ao interdiscursos

neocolonial dessa estrutura familiar. Com esse *gesto de leitura* (ORLANDI, 2015), a construção de nossos *corpora* implica que

[...] tal concepção não considerará um *corpus* discursivo como um conjunto fechado de dados dependentes de uma certa organização; fará, ao contrário, do *corpus* discursivo um conjunto aberto de articulações cuja construção não é efetuada de uma vez por todas no início do procedimento de análise: conceberemos aqui um procedimento de AD como um procedimento de interrogação regulado por dados discursivos, que prevê as etapas sucessivas de um trabalho sobre *corpus* ao longo do próprio procedimento. Isso implica que a construção de um *corpus* discursivo só possa estar perfeitamente acabada ao final do procedimento (COURTINE, 2014, p. 115).

Nesse momento, portanto, inicia-se o caminho percorrido para a constituição dos *corpora*, considerando desde as condições de produção do discurso, as posições do sujeito, a memória discursiva, as formações ideológica e discursiva até a articulação com temas como trabalho doméstico e racismo estrutural (ALMEIDA, 2020). Lançaremos exatamente aquilo que Courtine (2014) tem chamado de conjunto aberto de articulações.

#### **4.1 Posição histórica: das condições de produção à posição sujeito**

O dispositivo analítico proposto por Pêcheux (2014) mobiliza a posição histórica para a noção de condições de produção. No Brasil, essa noção foi desenvolvida por Eni Orlandi (2002) e vem sendo compreendida pelos analistas como central à constituição dos sujeitos e dos sentidos em determinada situação de discurso. Para a autora, as condições de produção compreendem “[...] fundamentalmente os sujeitos e a situação”. Assim,

[...] podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (ORLANDI, 2002, p. 30).

As amplas condições de produção do discurso sobre família e relações de classes, no contexto do golpe de 2016, estão circunstanciadas pela crise estrutural do capital, conceito de Mészáros (2002). O filósofo apoia-se na história para refletir sobre o cenário econômico, discutindo que, após a Segunda Guerra (1939-1945), as promessas de revitalização da economia mundial não se consolidam. Ao contrário, as crises se aprofundam. Em suas palavras,

Após a Segunda Guerra Mundial, [...] as personificações do capital prometeram as iluminadas relações sociais e econômicas de um mundo radicalmente diferente, reiterando absurdamente, mesmo após a dramática implosão do sistema soviético, suas promessas de uma “Nova Ordem Mundial”. [...] Ao contrário, dadas as premissas

e os imperativos operacionais necessários do capital como um modo de controle, tudo o que o sistema poderia realizar seria transformar uma das suas crises periódicas mais ou menos temporárias e conjunturais em uma crise crônica, afetando diretamente, pela primeira vez na história, toda a humanidade (MÉSZÁROS, 2002, p. 632-633).

A esse respeito, as consequências são graves, e

[...] basta pensar na tremenda discrepância entre o tamanho da população dos Estados Unidos – menos de 5 por cento da população mundial – e seu consumo de 25 por cento do total de recursos energéticos disponíveis. Não é preciso grande imaginação para se ter uma ideia do que aconteceria se os outros 95 por cento adotassem o mesmo padrão de consumo e tentassem retirar dezenove vezes 25 por cento dos restantes 75 por cento (MÉSZÁROS, 2002, p. 40).

Nas condições de produção da formação social capitalista, podemos observar o processo de produção de sentidos posto em funcionamento no *ranking* global de bilionários, publicado anualmente pela revista *Forbes*. Durante a pandemia (2020-2021), apareceram dez brasileiros que se tornaram bilionários<sup>17</sup>. No mesmo período, duplicou o número de pessoas em situação de extrema pobreza no país, se comparado ao ano de 2009, atingindo 19 milhões de pessoas<sup>18</sup>. Aqui é importante observar as *condições de produção amplas* (a pandemia mundial) e as *estritas* (as circunstâncias da enunciação sob o impacto contraditório da pandemia nas relações de classes), bem como o processo de constituição dos sentidos e sujeitos na sociedade. As crises econômica e sanitária, embora de caráter global, incidem distintamente sobre cada classe.

A articulação das condições de produção amplas e restritas de nosso *corpus* tem como base material a dinâmica *neocolonial*. Conforme Macías Chávez (2015),

[...] se puede entender por neocolonialismo una nueva forma de colonia. Es decir, la dependencia económica, política, cultural, ideológica e, incluso, educativa, de un país con respecto a otro. Sin embargo, a diferencia del colonialismo tradicional, el neocolonialismo tiene la particularidad de que el país neocolonizado no está ocupado físicamente por fuerzas del país dominante [...]. (CHÁVEZ, 2015, p. 8)

E, nas palavras de Mézáros (2002),

[...] certamente, de acordo com a sua linha de menor resistência nas circunstâncias, a exploração neocolonial, muito protegida pela extração de mais-valia absoluta, serve perfeitamente aos interesses do “capital metropolitano” e seu apetite insaciável por superlucros facilmente repatriáveis. Entretanto, não se pode esquecer que a “modernização” neocolonial do sistema capitalista de produção, que mantém no “Terceiro Mundo” a reconhecida preponderância anacrônica da mais-valia absoluta,

<sup>17</sup> Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/brasil-tem-10-novos-bilionarios-no-ranking-de-2021>. Acesso em: 10 abr. 2021.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020>. Acesso em: 6 abr.2021.

também vem a servir aos interesses do capital “subdesenvolvido” e à sua linha de menor resistência no estágio de desenvolvimento dado (MÉSZÁROS, 2002, p. 675).

Assim, do ponto de vista das condições de produção amplas, o sentido de globalização não horizontaliza posições sujeito; ao contrário, cria condições de produção estritas de classe, portanto, de sentidos estritos, materialmente ligados e ideologicamente interessados na reprodução das relações de poder que forjaram as posições sujeito do discurso.

Diante do exposto, a noção de posição histórica desenvolvida por Pêcheux (2014) traz ao debate teórico a questão da posição sujeito, articulada ao conceito de formação social de classes. Assim, no âmbito da teoria materialista do discurso, o conceito de posição sujeito relaciona os fenômenos discursivos às formações sociais onde ocorrem (PÊCHEUX, 2014). Ao refletir sobre a noção de posição sujeito, Orlandi (2002) considera que,

[...] ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (ORLANDI, 2002, p. 53).

As condições determinadas de que fala a autora constituem a historicidade da posição sujeito que as enuncia, sempre mobilizando uma memória discursiva. A memória articula justamente o que está sendo dito, o intradiscurso, ao já dito, pré-construídos que definem o interdiscurso. Nesse sentido, o saber discursivo é um *poder e dever dizer* produtor da formação discursiva, a partir das injunções ideológicas que, como disse Orlandi (2002), constituem a *práxis* das formações ideológicas.

A posição-sujeito do discurso de nossa análise pode ser identificada, inicialmente, a partir da leitura de como a materialidade discursiva da revista *Veja* veio a lume. Com ênfase nas manifestações *pró-impeachment*, a revista publicou sua cobertura em edição extra, com a capa reproduzida na Figura 4.

FIGURA 4 – Capa de revista *Veja* sobre votação pró-*impeachment*



Fonte: Revista Veja, 2016a.

Embora este número da revista *Veja* esteja disponível apenas para assinantes (em 2020), a matéria “*Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’*”, que compõe a edição, encontra-se disponível para acesso gratuito na internet (até este momento, em 2021). O número extra da revista foi publicado no dia 18 de abril de 2016, um dia após a votação da abertura do processo de *impeachment*. Nesse sentido, torna-se inquietante que o texto sobre Marcela Temer já estivesse pronto para publicação, considerando sua função, nos dizeres da revista, de apresentar a “quase primeira-dama”. Essa inquietação nos conduziu a buscar a capa da edição anterior, exibida abaixo.

**FIGURA 5 – Capa de Revista *Veja* sobre abertura do processo de *impeachment***



Fonte: Revista Veja, 2016b.

Esta capa é da edição semanal, número da revista que sairia normalmente na semana seguinte, mas foi antecipado para 14 de abril de 2016, três dias antes da votação da abertura do processo de *impeachment*. Traz a manchete “Fora do baralho” que, juntamente a sua legenda, trataremos como uma sequência discursiva (SD 2).

**SD 2:** Fora do baralho. Com ou sem vitória na batalha do *impeachment*, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se, e a presidente, abandonada pelos aliados, não mais comanda o Brasil (VEJA, 2016b).

Discursivamente, a revista trata a crise política como jogo, nesse caso, de cartas, parafrazeando o lugar da Presidência da República como lugar passivo de uma carta de baralho, sem poder, pois a presidenta não se encontra na condição de jogadora. A manchete traz o efeito de sentido de impotência do rito democrático, pois “[...] com ou sem vitória na batalha do *impeachment*, Dilma já perdeu a batalha do poder” (VEJA, 2016b).

A presidenta em exercício, aguardando saber se o processo seria aberto ou não para julgamento futuro, é julgada nessa sequência discursiva, que continua nos dizeres “[...] seu

governo esfacelou-se, e a presidente, abandonada pelos aliados, não mais comanda o Brasil” (VEJA, 2016b). O efeito é de que a eleição do governo não garante o governo e os “aliados” de outrora decidem “o jogo” desse poder. Assim, o processo de *impeachment* recebe efeito de sentido de descarte do que já está “julgado” pelos “aliados”. O sujeito de discurso da *Veja* tem relação com o sujeito discursivo dos “aliados” que “jogam” e “julgam”? Esse sujeito é o sujeito de poder no Brasil?

Quem tem o lugar da Presidenta da República em suas mãos e “comanda o Brasil” (no dizer da sequência discursiva) tanto quanto o comando de um jogador sobre suas cartas? Essa sequência discursiva está saturada de sentido sobre a estrutura da dinâmica política e econômica no Brasil.

Se a Presidência da República é uma carta, quem mais compõem esse baralho? Apenas os políticos? Inferimos que não. O marco fundamental dessa estrutura de poder é a divisão de classes sociais no Brasil, uma divisão sexual e racial do trabalho. As posições sujeito de discurso estão nessa estrutura e podem ser percebidas no sujeito de discurso da revista. Será possível discutir essas questões ao longo da análise das demais sequências discursivas de *Veja* e em discursos de outras materialidades encontradas na mídia *on-line* adiante.

Esses sentidos discursivos nos conduzem a uma leitura de que a revista ocupa posição sujeito análoga à dos deputados e manifestantes defensores da interrupção do mandato de Dilma Rousseff. Consideramos importante analisar essa posição sujeito pelo que foi dito pela revista e pelas cenas descritas na apresentação deste trabalho. Nesse sentido, não se trata apenas da relação política que esses sujeitos apresentam entre si: articulação de *marketing*, propaganda e poder financeiro.<sup>19</sup> Na AD pecheutiana interessa compreender o funcionamento discursivo da posição sujeito para discutir, assim, o sujeito ideológico do discurso – não sujeitos individuais – e chegarmos à formação discursiva em produção e/ou reprodução. Com essa reflexão teórica e metodológica, tomemos os dizeres de capa da edição extra sobre o *impeachment* (Figura 4), quais sejam:

**SD 3: IMPEACHMENT: SIM 367 x 146 NÃO;**

**SD 4: Isabela M., 13 anos, na segunda manifestação popular de sua vida. Avenida Paulista, domingo, 17 de abril de 2016 (VEJA, 2016a).**

<sup>19</sup> A edição extra da *Veja* sobre o *impeachment* (figura 4) traz propagandas da campanha da FIESP e estampa seu pato amarelo ao longo da edição; juntamente a um marketing jornalístico de que é uma revista que diz “a verdade”. Em AD “a verdade” é sempre ideológica e de classe. Não tomamos, portanto, o caminho da análise do discurso jornalístico, nem da relação financeira entre a *Veja* e a FIESP.

A SD 3, em conjunto com a imagem da jovem com punho em riste (Figura 4), apresenta mais uma vez, paráfrase com sentido de jogo – mais especialmente de “fim de jogo” para o recém-aberto processo de *impeachment*. O uso da bandeira, além do verde e amarelo em toda a composição gráfica, bem como a imagem da jovem com a camisa da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em ato de grito, confunde manifestação política pró-*impeachment* com manifestação do país, através do recurso ao imaginário esportivo. Imaginário reforçado pelos garrafais “SIM x NÃO”. O “sim” é saturado de efeito de sentido de “representatividade política”, de “vitória”, “vitória do Brasil”, “vitória popular” (SD 4) enquanto “torcida nacional”. O “não” é relegado ao não dito sobre a heterogeneidade política de classe, raça, gênero, sexualidade e demais interseccionalidades silenciadas pelo efeito de sentido de evidência produzido pela saturação do “sim”. Assim, os mesmos recursos de imagem dessa capa poderiam ser ilustrar a torcida brasileira em uma final de Copa do Mundo.

Na SD 4, o sentido da adjetivação “popular” neutraliza as heterogeneidades de classes e universaliza como nacional uma posição política específica, qual seja, a da classe economicamente dominante. O uso político dos símbolos nacionais, nesse sentido, é um recurso frequente das manifestações políticas da direita brasileira.

Articulados aos enunciados “pátria”, “Deus” e família” (conforme os dizeres dos deputados), os símbolos nacionais remetem à memória discursiva do golpe civil-militar de 1964. Dizeres insistentemente repetidos nas falas dos deputados que votaram “sim”. Esse recurso foi utilizado na eleição do governo Bolsonaro (2018) e continua em uso.

Esses efeitos de sentido veiculados pela revista *Veja* não pertencem, contudo, às individualidades dos editores. A teoria materialista do discurso pecheutiana (PÊCHEUX, 2014) compreende que o sujeito não é fonte de sentido; na verdade, reflete a posição sujeito da formação ideológica que produz o “sim”. Essa formação ideológica corresponde ao lugar histórico e econômico que aprovou, pós-golpe, as seguintes reformas: do teto de gastos, prevendo vinte anos sem investimento no serviço público; da consolidação das leis de precarização do trabalho e da seguridade social, já referidas.

Os equívocos compõem a dinâmica das processualidades discursivas. É ilustrativo o equívoco de Michel Temer quando da posse como presidente interino, em 12 de maio de 2016, em seu dizer, que muito circulou à época:

**SD 5:** [...] é urgente pacificar a nação e unificar o Brasil (É URGENTE, 2016).

A urgência do conflito a ser pacificado e da unificação de determinada divisão nos remete ao acirramento da luta de classes que sofre a uniformização das palavras “nação” e “Brasil”, com os verbos *pacificar* e *unificar* agindo como silenciadores do antagonismo (a contradição inconciliável) dos interesses atravessados pelas desigualdades sociais. Além disso, admitir a existência de algum tipo de conflito e divisão no contexto de 2016 é equívoco a toda a significação de que o *impeachment* foi “popular”, como quer a *Veja*. Adiante destacamos imagens que dizem sobre a divisão de posições.

A Figura 6, a seguir, mostra como o *impeachment* de Dilma constituiu uma forma de desmontar as regras da democracia. Em 2020 a presidenta foi inocentada de todas as acusações, o que deixa a ver um golpe que fere a Constituição brasileira. O texto acompanhando a imagem constituiu nossa SD 6:

**SD 6:** No Brasil somos 54 milhões de Dilmãs!!! (UBES, 2016).

#### **FIGURA 6 – Cartaz contra o *impeachment***



Fonte: União Brasileira de Estudantes Secundaristas, 2016

Na figura 7, outra imagem de estudantes mostra o que faltava na primeira e aponta: toda política foi manobrada por um golpe político para retirar a presidência e o Partido dos Trabalhadores (PT) da política nacional. Enquanto a capa da edição extra da *Veja* (figura 4) traz a imagem de uma jovem (Isabela M., 13 anos) defendendo o *impeachment*, afirmando (SD 4) ser “[...] a segunda manifestação popular de sua vida”, vemos outros estudantes chamando a memória das manifestações populares contra o golpe de 1964, que acabou com a democracia até o final da década de 1980. O texto que acompanha a imagem constituiu a SD 7:

**SD 7:** Estudantes contra o golpe, 1964 nunca mais! (UBES, 2016).

**FIGURA 7 – Cartaz contra o *impeachment***



Fonte: União Brasileira de Estudantes Secundaristas, 2016.

Na Figura 8, igualmente, nota-se que o povo não estava unido, sem divisões, apoiando o processo de *impeachment* como a grande imprensa colocava. E que, inclusive, uma imagem de família dentro dos “padrões” da grande imprensa (pai, mãe, filha e filho, brancos) estava a fazer uma leitura de que a democracia estava sendo atacada, no dizer do cartaz:

**SD 8:** Quem votou Dilma quer que ela fique (Manifestantes contra o *impeachment*, 2016).

**FIGURA 8 – Cartaz contra o *impeachment***



Fonte: Jornal El País, 2016.

As Figuras 9, 10 e 11, a seguir, relacionam outras posições sujeito que contradizem o efeito de evidência do discurso da *Veja* sobre a popularidade do golpe e a suposta unidade do país. As imagens trazem outros sentidos do significante popular: a presença de movimentos

sociais (com destaque ao de mulheres, Figura 11) e sindicatos, representados nas bandeiras de centrais sindicais de trabalhadores – os quais não se eximem de carregar cores diferentes das cores da bandeira do Brasil. Fazem um registro simbólico de classe ao usar as bandeiras das entidades e de posicionamento político, de cor vermelha, no interior de sua classe, pois não tem posicionamento único. Difere, desse modo, da ambiguidade do discurso político do sindicato patronal, representado pela FIESP (Figura 2, apresentada no início deste trabalho), que se posiciona com discurso geral “contra a corrupção”, trazendo um pato amarelo inflável como objeto e imagem, com dizeres também gerais, como “não vamos pagar pelo pato”, enquanto faz e financia a campanha pró-*impeachment*.

As imagens a seguir compõem as Figuras 9, 10 e 11 e a SD 9:

**SD 9:** Em defesa da DEMOCRACIA! Dilma Fica! (Movimentos sociais contra o *impeachment*, 2016).

#### **FIGURA 9 – Cartaz contra o *impeachment***



Fonte: Noticiário de Brasília – Notibras (IMPEACHMENT, 2016).

O discurso da imagem na Figura 9 mobiliza a memória da luta por democracia no período da Ditadura Militar de 1964, ao trazer a imagem de Dilma Rousseff em sua militância à época. Os posicionamentos políticos produzidos pelas diferentes leituras do processo de *impeachment* expressam bastante a compreensão de cada grupo acerca do representativo da democracia brasileira. A seguir, a Figura 10 ilustra a análise realizada anteriormente sobre a manifestação política de sindicatos de classes trabalhadoras nesse processo:

**FIGURA 10 – Manifestação contra o *impeachment***



Fonte: Noticiário PROTESTOS, 2016.

**FIGURA 11 – Manifestação contra o *impeachment***



Fonte: Rede Brasil Atual - Manifestação de organizações feministas, dentre elas a Marcha Mundial de Mulheres, em São Paulo, após a abertura do *impeachment*, 2016.

Outro aspecto discursivo das significações na capa da edição extra de *Veja* é a rede de memória do movimento “Caras pintadas”, protagonizado pela juventude em apoio ao *impeachment* de Fernando Collor. A memória da queda de Collor, em 1992, como vontade

popular da juventude é manipulada como vontade nacional atual, apagando as diferenças históricas, as posições de direita, centro e esquerda dos dias de 2016.<sup>20</sup>

É importante compreender que não atribuímos à *Veja* o poder de produzir esse discurso. O que fazemos é analisar sua posição na processualidade discursiva dos acontecimentos políticos daquele ano, para contextualizar a polissemia e as ambiguidades de “[...] bela, recatada e ‘do lar’” e demais materialidades. A posição sujeito da revista é um lugar discursivo construído pelo movimento de apoio ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, com a FIESP à frente, como discutimos anteriormente. Ademais, é pública a listagem de organizações empresariais viabilizadoras das manifestações (MACIEL, 2016). Esse lugar é reproduzido pela revista *Veja* como um ato de maioria nacional, logo, vontade nacional, conferindo efeito de sentido de realização popular aos deputados que votaram “sim”, como já discutido. Há uma necessidade de criar a concepção de pressão popular para a realização de todo o processo de *impeachment*, produzindo um imaginário social de movimento “popular” de fora para dentro do Congresso Nacional, dando ao “sim” um sentido de símbolo nacional.

Retomando a análise sobre esse efeito de transparência e evidência, a revista *Veja* compõe a processualidade de significações de classes sociais do golpe, que escapa não apenas em seus dizeres – pois o sujeito não controla o discurso –, mas pelos registros das manifestações pró-golpe divulgados na internet.

A seguir, apresentamos uma sequência de materialidades que adensaram o *corpus* de análise, das quais depreendemos as seguintes SDs.:

**SD 10:** “Ela pode decidir a eleição”.

**SD 11:** Nordestina, 27 anos, educação média, 450 reais por mês, Gilmara Cerqueira retrata o eleitor que será o fiel da balança em outubro. (VEJA, 2016, Figura 12, à esquerda).

**SD 12:** Gêmeos idênticos, Alex e Alan foram considerados pelo sistema de cotas como branco e negro, é mais uma prova de que Raça não existe. (VEJA, 2007, Figura 12, à direita).

---

<sup>20</sup> Observação de registro autoral: a despeito de publicações anteriores à publicação de nossa tese (em AD, sobre o *impeachment* de 2016, no âmbito da UFAL), nossa análise de discurso da capa da edição extra da Revista *Veja* (figura 4), data de abril de 2020, quando de nossa qualificação de tese. Compuseram esta banca, as professoras Maria do Socorro Aguiar e Lígia dos Santos Ferreira e o professor Sóstenes Ericksson. Sob orientação da professora Belmira Magalhães.

FIGURA 12 – Capas de *Veja*

Fonte: Revista *Veja* (2016c, 2017).

FIGURA 13 – Família de manifestantes a favor do *impeachment*

Fonte: Metrôpoles - portal de notícias, 2016.

Retomando a processualidade de significações que nos trouxe até a imagem acima (Figura 13), notamos que o discurso de capa da edição extra da *Veja* – “*Impeachment: sim 367 x 146 não*” –, ao recorrer à metáfora de placar, deixa escapar o sentido da existência de posições

sociais e políticas diferentes sobre o *impeachment*, as quais são movimentadas por outras leituras e outros registros sobre o processo. Isso nos leva à figura 13, com a família de manifestantes a favor do *impeachment*.

Na imagem podemos observar uma cena atípica em manifestações políticas, de forma geral, e bastante distante do comum em movimentos sociais populares, de forma específica. Explicamo-nos: a imagem apresenta manifestantes brancos, vestidos de verde e amarelo, acompanhados pela babá, Angélica Lima, de 45 anos à época<sup>21</sup> – uma mulher negra empurrando sozinha os carrinhos de bebê enquanto o casal segue à vontade, passeando com um cachorro. Essa imagem é, portanto, o retrato dos elementos constituintes da estrutura de classes no Brasil e acrescenta outros efeitos de sentido ao processo político em questão.

Assim, o discurso de classe e raça da posição sujeito da *Veja* recupera os sentidos da formação ideológica conservadora neocolonial no Brasil sob o mito da democracia racial, que estampa uma mulher branca como “quase primeira dama” e uma mulher negra em um texto que adverte: “ela pode decidir a eleição”, descrevendo cada um de seus condicionantes de classe e raça com efeito de sentido questionador de seus direitos políticos em “pode decidir a eleição”, reforçado por “o eleitor que será o fiel da balança”. Por isso não podemos ler o ano de 2016 como o início da ascensão conservadora no Brasil, mas como marco político de uma luta de classes na qual o poder dominante não defende nenhuma política de reparação ao povo negro. Esse discurso também está presente em outra SD apresentada anteriormente “Gêmeos idênticos, Alex e Alan foram considerados pelo sistema de cotas como branco e negro, é mais uma prova de que Raça não existe”.

Além disso, a metáfora de “jogo democrático” aparece no texto que enunciou os votos como um placar de pontuação, com efeito de sentido de vitória. A imagem da jovem branca aparece imediatamente como torcida vitoriosa e, com a bandeira nacional ao fundo, traz o sentido de que o Brasil estava jogando pelo “sim”, que exerceu sua vontade e, indiscutivelmente, ganhou. Afinal o jogo era tão importante que os jovens participaram das “primeiras manifestações de sua vida” no dito da revista, produzindo um efeito de obviedade. Conforme Soares e Recuero,

[...] o que se percebe é que no núcleo dos discursos estão os conceitos relacionados com seus estados de origem, com o Brasil, com o povo, e com as suas famílias. Há

<sup>21</sup>A imagem de Angélica circulou ao ponto de ser procurada pela mídia para ser entrevistada sobre a cena, e declarou posicionamento político contra o *impeachment*, embora a favor da liberdade de expressão dos manifestantes. A entrevista foi dada à *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/baba-clicada-em-foto-polemica-defende-manifestacoes-mas-e-contra-o-impeachment-da-presidente?amp>. Acesso: 20 nov. 2020.

ainda com alta frequência a referência a Deus e aos partidos dos deputados, bem como ao fato de que representam a vontade “do povo” (SOARES; RECUERO, 2018, p. 76).

Assim, partindo de enunciados que justificam o “sim” e de seu contraste com os argumentos do “não”, é possível construir um *corpus* de análise de um acontecimento discursivo sobre família que, desvelado, pode contribuir para o entendimento dos sentidos em circulação na crise social atualmente vivenciada.

#### 4.2 Bela, recatada e “do lar”: ambiguidades

Consideradas as condições de produção amplas e restritas, analisamos o que foi dito em “[...] bela, recatada e ‘do lar’” na dinâmica do capital em crise, que interpela a classe trabalhadora a um modelo conservador de relações familiares patriarcais que não necessita dos direitos sociais frontalmente atacados. O recorte reproduzido abaixo (figura 14) apresenta a continuação das sequências discursivas em análise.

**FIGURA 14 – Matéria de *Veja***



Fonte: Linhares, 2016.

A seguir, apresentamos a transcrição das SDs recortadas, que têm como referencial geral os efeitos de sentidos produtores de moralidade, equívocos, silenciamentos e ambiguidades nas ações e reações sociais de gênero, classes e raça, como analisamos no decorrer desta tese.

**SD 13:** “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’” (LINHARES, 2016).

**SD 14:** “A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice”;

**SD 15:** “Marcela, mulher do vice, Michel Temer: jantares românticos e apelidos carinhosos”;

**SD 16:** Marcela Temer é uma mulher de sorte. Michel Temer, seu marido há treze anos, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país. Há cerca de oito meses, por exemplo, o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala especial do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius, em São Paulo”;

**SD 17:** No fim do ano passado, Marcela pensou que esperava o segundo filho, mas foi um alarme falso. (...) Ela se refez do sobressalto, mas não se resignou – ainda quer ter uma menininha”;

**SD 18:** Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu curriculum vitae um curto período de trabalho como recepcionista e dois concursos de miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar. Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele);

**SD 19:** ‘Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada’, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi. “Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, conta a estilista Martha Medeiros;

**SD 20:** Marcela é o braço digital do vice. Está constantemente de olho nas redes sociais e mantém o marido informado sobre a temperatura ambiente;

**SD 21:** Sacudida, loiríssima e de olhos azuis, Norma Tedeschi acompanhou a filha adolescente em seu primeiro encontro com Temer;

**SD 22:** Amigos do vice contam que, ao fim de um dia extenuante de trabalho, é comum vê-lo tomar um vinho, fumar um charuto e “mergulhar num outro mundo” – o que ocorre, por exemplo, quando telefona para Marcela ou assiste a vídeos de Michelzinho, que ela manda pelo celular;

**SD 23:** Michel Temer é um homem de sorte (LINHARES, 2016).

Ressaltamos que a análise das SDs supracitadas não segue o padrão de repeti-las uma a uma na apresentação de suas interpretações, como é comum em trabalhos da área. Partimos da compreensão de Orlandi (2002), de que, após o gesto de leitura que recorta as sequências – em que já começa a análise –, o pesquisador desenvolve as leituras de discurso de forma mais geral, relacionando-as umas com as outras, sem interpretá-las individualmente, mas a partir do destaque dos seus elementos principais de discurso.

Identificamos a posição patriarcal nessas sequências discursivas, desde os adjetivos escolhidos e, de certo modo, ordenados na manchete. Inferimos o distanciamento de uma formação discursiva sobre a família como fenômeno linguístico e social.

Entendemos que a Análise de Discurso pecheutiana oferece olhar científico privilegiado para identificar a formação ideológica desse discurso, assentado na materialidade da língua. Dessa forma, tomemos a opacidade da adjetivação “bela”, seus sentidos e a memória discursiva evocada. A manchete é composta por um texto descritivo, em uma publicação que se autoproclama jornalística (explicativa), com desenvolvimento e conclusão de tipo textual injuntivo. “Marcela Temer é uma mulher de sorte”, “Michel Temer é um homem de sorte”. O adjetivo “sorte”, no início e na conclusão do texto, opera no convencimento do leitor de que o modo de vida descrito é positivo. Nossa tese é de que o discurso sobre a mulher veiculado na matéria simboliza uma posição sujeito de discurso que não é apenas sobre família, mas também sobre uma família de classe dominante; integrando as intersecções de classe e gênero. No Brasil, esta intersecção é também de raça.

Na relação que estabelece entre poder e modelo familiar branco patriarcal, *Bela, recatada e ‘do lar’* é um discurso neocolonial. O sentido de raça está implícito quando um *narrador onisciente intruso* descreve uma imagem para Marcela Temer na manchete: *Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’*. Os adjetivos escolhidos definem-na – bela e recatada, enquanto do lar, escrito entre aspas, sofre restrição. Uma fotografia de Marcela Temer está inserida logo abaixo da manchete, com efeito de ilustração dos adjetivos escolhidos para descrevê-la. Outrossim, nosso gesto de interpretação compreende uma comparação implícita com a Presidenta Dilma Rousseff. A matéria é veiculada dois dias após a votação parlamentar que aprova o processo de *impeachment* da presidenta, como já exposto. Contudo, nossa Análise de Discurso da matéria, em seu todo e suas condições de produção amplas e restritas, move a hipótese de que, ao implicitamente comparar essas mulheres, desliza os sentidos de poder e lugar para as mulheres.

O adjetivo “bela” no início da oração movimenta sentidos definidores do ser mulher para a formação ideológica da classe social interlocutora desse discurso. O atributo beleza não é uma competência para a política e o adjetivo bela é empregado para definir Marcela Temer, enquanto sua imagem é empregada para definir uma mulher bela. Ser mulher, de acordo com a imagem veiculada pela revista *Veja*, tem, portanto, a aparência física como possibilidade de adjetivo da maior importância. Ser bela ganha sinal de igual com uma aparência de mulher branca, dialogando com a memória discursiva da beleza branca como padrão consensual indiscutível. Assim, ser mulher é lugar social resolvido pela aparência, e a aparência, no

discurso da revista *Veja*, é a beleza branca e é lugar de poder. Essa é a fronteira do poder feminino de Marcela Temer: o limite da aparência. “Bela” produz um efeito de suficiência: passividade de quem é adjetivado pela aparência e não exerce fala sobre si. Como discute Orlandi (2002), de acordo com nosso gesto de interpretação, trata-se de um discurso com efeitos de sentidos que desassocia mulher e poder de decisão (sujeito político), imagem de beleza e relações étnico-raciais. Os efeitos de sentido, portanto, levam-nos a associar mulher e aparência; aparência branca e beleza.

Conforme elucidada Lélia Gonzáles (1984, p. 225), partindo de Freud e Lacan, para discutir *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, “[...]dizer mais do que sabe, não saber o que diz, dizer outra coisa que não o que se diz, falar para não dizer nada, não são mais, no campo freudiano, os defeitos da língua que justificam a criação das línguas formais”. Pois, na linguagem não há “defeitos”, e sim discurso, relações de sentidos com a história social e as ideologias em disputa. A autora relaciona noções de *consciência* e *memória* que, para nossa perspectiva pecheutiana, contribuem para explicar o funcionamento simbólico das posições sujeito, em disputa nos discursos de classe, gênero e raça.

Nessa perspectiva, adotaremos a noção de memória dessa autora, que, por sua posição como intelectual negra, ajuda-nos a pensar o discurso em análise. Reproduzimos as palavras da pesquisadora por elucidar a forma como estamos pensando:

[...] por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o *não-saber que conhece*, esse lugar de inscrições que restituem uma *história que não foi escrita*, o *lugar da emergência da verdade*, dessa verdade que se estrutura como ficção. *Consciência exclui o que memória inclui*. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das maneadas do discurso da consciência (GONZÁLES, 1984, 226-227, grifos nossos).

Fazemos a leitura de que os adjetivos (“bela”, “recatada” e ‘do lar’) presente nas SDs recortadas da matéria em análise compartilham discurso em comum, na *consciência* que ‘esquece, mas é um saber’ – conforme Lélia Gonzáles (1984), “[...] é por aí que o discurso ideológico se faz presente” –, bem como na *memória*, que opera de modo inverso à consciência, é um “não-saber que conhece” (GONZÁLES, 1984). O discurso patriarcal-racista funciona na consciência como um ‘saber esquecido’, sua força de verdade “estruturada como ficção” (GONZÁLES, 1984); funciona na *memória*, que “[...] restitui uma “história que não foi escrita”

(GONZÁLES, 1984, p. 225). O discurso é consciente na medida em que é dominante, pois o dito é um saber. Porém essa consciência esquece que é ideológica, pois a ideologia emerge dessa *memória* de “verdade estruturada como ficção” (idem), que “inclui o que a consciência exclui” (ibidem). Daí o sentido que a autora dá ao seu conceito de *consciência*, em nossa leitura, enquanto “saber esquecido” (GONZÁLES, 1984, p. 225).

Relacionando o debate de Lélia Gonzáles (1984) aos conceitos pecheutianos de *esquecimento número um* e *esquecimento número dois* (PÊCHEUX, 2014), à noção gonzaliana de *consciência* (1984) aproxima-se o conceito de *esquecimento número dois* (PÊCHEUX, 2014, p. 161),

[...] pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase -- *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.* (PÊCHEUX, 2014, p. 161, grifo do autor).

“Selecionar” “formas e sequências” discursivas em Pêcheux (2014) relaciona-se, a nosso ver, ao “saber esquecido” lido na noção de *consciência* em Lélia Gonzáles (1984). O “sistema de enunciados” “bela”, “recatada” e “do lar” são saberes de uma formação ideológica que na “[...] conjuntura dada determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]” (PÊCHEUX, 2014, p. 147, grifo do autor), no momento histórico da crise política marcada pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2016), defendido predominantemente pela posição sujeito de homens heterossexuais brancos da ou ligados à *consciência* da classe dominante brasileira e sua *memória* (GONZÁLES, 1984).

Esta por sua vez, a *memória*, em Gonzáles (1984), relacionamos ao *esquecimento número um* de Pêcheux (2014, p. 162),

[...] que dá conta de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento n° 1* remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que [...] esse exterior determina a formação discursiva em questão (PÊCHEUX, 2014, p. 162, grifo do autor).

Por exterior Pêcheux (2014) refere-se ao funcionamento da ideologia e do inconsciente. Na leitura orlandiana (2015), o desenvolvimento da conceituação de *esquecimento número um* (PÊCHEUX, 2014) pertence à “instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia” (ORLANDI, 2015, p. 33). Ao dizer, ao enunciar, temos “[...] a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes”

(idem). Os sentidos não se realizam em nós porque nos representam, são “[...] determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua, e na história [...]” (idem). Este é o *esquecimento número um* (PÊCHEUX, 2014), porque nosso dizer parte imediatamente da *memória* da posição sujeito que ocupamos no mundo social, nos marcos de classe, gênero, raça, sexualidade etc. Dialeticamente, partem da *memória* histórica, “estruturada como ficção” (GONZÁLES, 1984) em nosso inconsciente, operado pela ideologia dominante da posição sujeito na qual nos inscrevemos.

Começemos pelos efeitos de sentido: “bela”, no Brasil, movimenta o imaginário da relação entre beleza e racismo por definir o que seja “belo” ao associar o vocábulo à imagem de uma pessoa de pele branca, dentre outros padrões corporais de mercado (biotipo, cor e textura de cabelo etc). Estampadas pela mídia, as imagens geralmente são discursos com esse efeito de sentido. Retomando Gonzáles (1984), “[...] na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade” (1984, p. 226-227). Nessa perspectiva, ao ser dito “bela” como descrição da imagem da “quase primeira-dama”, não se faz apenas uma comparação patriarcal implícita com a presidenta Dilma Rousseff, tem-se o efeito de sentido de “retorno”, legitimado pelos marcadores sociais e discursivos da imagem de Marcela Temer. Recordemos: a memória mais oculta na formação ideológica da classe dominante, no Brasil, é o racismo.

O adjetivo “recatada”, por sua vez, traz os limites do discurso na descrição que se faz da vida de Marcela: dedica-se ao marido e ao filho. O “homem de sorte” tem ao seu lado uma mulher, 43 anos mais jovem, com a ambição de servi-lo e reproduzir seus filhos. O “homem de sorte”, 43 anos mais velho, é quem está prestes a ocupar o lugar que estivera ocupado por uma mulher que é deslegitimada: a presidência da república, um lugar deslocado no que a matéria destacou do “ser mulher”, a partir da maneira como descreveu Marcela Temer. “De sorte” – por ocupar lugar ambicionado –, “bela”, “recatada” e “do lar” não são atributos que competem à presidência da república; são adjetivos que, por oposição, descrevem o discurso patriarcal: ser homem com sinal de igual para poder, para o espaço público. Há ainda um discurso de representatividade do pátrio poder e de um feminino definido pela passividade a esse poder – um contraste importante com a imagem de uma mulher ocupando lugar de poder político no funcionamento da formação discursiva patriarcal, que questiona o equilíbrio, a calma e a sensatez das mulheres que expressam suas ideias. Assim, encontramos, discursivamente, em uma capa da revista *Istoé* (Figura 15), a seguinte imagem Dilma Rousseff com dizeres (em caixa alta) que constituíram mais uma SD:

SD 24: As explosões nervosas da presidente (Istoé, 2016).

FIGURA 15 – Capa da Revista *Istoé*



Fonte: Revista *Istoé*, 2016.

No processo de análise da heterogeneidade da formação discursiva abordada, lemos que a memória oculta do racismo é posta em operação, na nomeação recatada, por meio de um contraste oculto importante. A afirmação está comunicando (ao não comunicar) a existência de mulheres “não recatadas”, não comedidas, não disciplinadas e descompostas. Ao longo do texto há sentidos fazendo alusão às roupas que Marcela Temer prefere usar, para defini-la como recatada, “saias até os joelhos” e “cores claras”. Desse ponto de vista, os diferentes lugares discursivos sobre as mulheres brasileiras estão inicialmente divididos por raça e esta define a formação imaginária, historicamente conservada pelo neocolonialismo, da estética das classes sociais. Dessa maneira, a imagem hiperssexualizada da mulher negra na mídia brasileira é a memória oculta do discurso presente na nomeação “recatada”.

Sobre o adjetivo “do lar”, tomamos também como referência outra materialidade discursiva que contribui para a análise da ambiguidade do não dito em “lar” e do não dito nas aspas da *Veja*. Um periódico suíço comparou Marcela Temer a Maria Antonieta. Da reprodução que circulou na mídia brasileira (FÓRUM, 2016), destacamos que a comparação decorreu do argumento de que “‘A rainha francesa ostentava, enquanto o povo governado por seu marido passava fome’, publicou o periódico *Tagesanzeiger*, que fez questão de ressaltar a vida de compras e viagens de luxo da esposa de Michel Temer” (Fórum, 2016). Como SD, recortamos:

**SD 25:** A matéria destaca que a esposa de Michel Temer conta com 50 empregados na residência oficial às custas do Estado, ostenta uma rotina de compras e viagens de luxo e é apontada como o reflexo de um governo que não dá protagonismo às mulheres (FÓRUM, 2016).

“Conta com 50 empregados” e “reflexo de um governo que não dá protagonismo às mulheres” é um discurso oposto ao da *Veja*, um equívoco sobre a imagem discursiva de Marcela Temer. Isso nos conduz ao reforço da leitura de que as aspás em “do lar” são uma falha da contradição de classe na formação ideológica burguesa – no Brasil, neocolonial – a interpelar a mulher como ser pertencente ao lar. Contudo, em nossa formação social isso significa que ela não apenas serve ao marido, mas também é servida pelas trabalhadoras domésticas.

Realizamos esse momento da análise incluindo o conceito de *colonialidade do poder*, de Aníbal Quijano (2005). De acordo com nossa leitura do conceito, entendemos que a formação do capitalismo no Brasil tem como base ideológica a classificação do mundo em brancos superiores a indígenas, negros e mestiços, o que nos possibilita ponderar o conceito de raça enquanto singularidade histórica para pensar classes sociais na modernidade e, especificamente, na formação social brasileira.

A *Colonialidade do poder* precisa ser pensada, a nosso ver, também com o conceito de divisão sexual do trabalho. O controle social do corpo feminino tem como plano de fundo o controle de sua sexualidade e define um papel social às mulheres na sociedade de classes. A mulher “bela e recatada” tem um lugar na manchete do artigo jornalístico da *Veja*: “ser ‘do lar’” – bem como nos conflitos de classe, gênero e raça, com função especial no capitalismo. Lugar de divisão desigual da construção do que é ser mulher e do que é ser homem, a partir da hierarquização entre produção (do espaço público) e reprodução social (do espaço privado).

No sistema capitalista, a formação discursiva patriarcal ganha maior complexidade devido à característica da força de trabalho ser tornada mercadoria e exigir uma reprodução gratuita através do trabalho doméstico não pago ou mal pago, dinâmica que contribui ao menor custo de produção para os capitalistas – ideia estudada em nossa dissertação de mestrado em Sociologia (SILVA, 2013). No Brasil, o silenciamento desse trabalho se confunde com o silêncio do trabalho doméstico herdado das relações coloniais de poder, da lógica “casa grande e senzala”.

Como discute Quijano (2000),

[...] en el resto del mundo, el colonialismo primero, y más duraderamente la colonialidad, así como la menor o nula presencia inmediata del capital como relación social, sin perjuicio de su dominio global, han trabado continuamente las posibilidades de obtener las mismas condiciones de negociar entre dominantes y

dominados los límites de la dominación. De esas determinaciones proceden las necesidades y posibilidades de los procesos de democratización-/nacionalización de sociedades y estados en cada particular espacio de dominación (QUIJANO, 2000, p. 43).

Ao discutir silêncio e sentido em *Terra à vista*, Orlandi (2008) afirma que o silêncio, como vertente do não dito, constitui-se de forma particular “[...] no fato de que a linguagem é política e que todo poder se acompanhada de um silêncio, eu seu trabalho simbólico” (p. 57). Por conseguinte, conjuntamente à noção de colonialidade do poder de Quijano (2000, 2005), que contribui para pensar a nossa formação social, adotamos o conceito de silêncio constitutivo criado por Orlandi (2008) a partir da noção de “política do silêncio”. Nas palavras da autora,

[...] o silêncio constitutivo, ou seja, a parte do sentido que necessariamente se sacrifica, se apaga, ao se dizer. Toda fala silencia necessariamente. A atividade de nomear é bem ilustrativa: toda denominação circunscreve o sentido do nomeado, rejeitando para o não-sentido tudo o que nele não está dito (ORLANDI, 2008, p. 57).

Nessa perspectiva, reforçamos aqui a análise dos adjetivos até então discutidos enquanto nomeações da formação ideológica burguesa e neocolonial presente no Brasil, por recorrerem discursivamente, ao longo da materialidade, de silêncios constitutivos de um patriarcado cuja formação discursiva parte da memória e do imaginário de sentidos em movimento desde a antiguidade europeia – veremos em Aristóteles (2011). Além disso, enfatizamos que essa ideologia se mantém branca no racismo estrutural brasileiro (ALMEIDA, 2020), constituindo, portanto, a particularidade dos efeitos de sentidos da posição sujeito da *Veja* no contexto do golpe político de 2016.

Lemos nos escritos econômicos de Aristóteles (2011) o que Orlandi (2003) compreende por “discurso fundador”. Discursivamente, em Aristóteles (2011), há enunciados fundadores do patriarcado da civilização europeia clássica que se encontram em pleno funcionamento no conjunto histórico das sociedades de classes no Ocidente. É importante notar que a compreensão de Orlandi (2003, p. 7) do discurso fundador não se encontra pré-definida, “[...] mas antes como uma categoria do analista a ser delimitada pelo próprio exercício da análise dos fatos que o constituem, observada sua relevância teórica”. Parafraseando a autora, os discursos fundadores são referência básica no imaginário, por funcionar estabilizando uma determinada memória, contribuindo para perceber a aparência de “[...] controle e de certeza dos sentidos porque as práticas sócio-históricas são regidas pelo imaginário, que é político” (ORLANDI, 2003, p. 7). Para a pesquisadora, o enunciado “independência ou morte!” é exemplar de um dos

discursos fundadores da formação brasileira, assim como “terra à vista”, que dá título a uma de suas obras.

Nessa perspectiva, concluímos que a caracterização semântico-histórica em Aristóteles (2011), no emprego da palavra “recato” como lugar da mulher na administração do *oikos* – “casa”, “economia” – é um discurso que funda, junto à antiguidade europeia, a práxis material e discursiva do que “pode e deve ser dito” sobre o lugar da mulher na organização social da propriedade privada – divisão social do trabalho dela advinda, ainda em funcionamento no século XXI. Recortamos sequências discursivas que indicam a regularidade do sentido e a repetição do emprego do léxico em análise:

**SD 26:** [...] a beleza não depende do exotismo das roupas, nem a abundância de ouro atrai tanto a virtude feminina como o recato em tudo que se faça e a inclinação para uma vida honesta e bem ordenada (ARISTÓTELES, 2011, p. 55).

**SD 27:** Não seja nem esquecido nem rigoroso: esses sentimentos são próprios da meretriz e do seu amante, ao passo que a mulher livre deve portar-se junto do próprio marido com respeito e recato, mostrando, a um tempo, amor e receio (ARISTÓTELES, 2011, p. 61).

**SD 28:** Homero não quis, de maneira alguma, celebrar a amizade e o receio que não se fizessem acompanhar do recato, mas recomenda que se ame sempre com modéstia, recato e com o mesmo receio de Helena [...] (ARISTÓTELES, 2011, p. 62).

Na ordem das SDs, o substantivo “recato” aparece com os sentidos de virtude feminina, honestidade, receio, respeito, amor e modéstia. Essa regulação do comportamento da mulher, especialmente na condição de esposa e mãe, tem como prerrogativas que a mulher

**SD 29:** [...] deve esforçar-se em obedecer ao marido, sem prestar atenção aos assuntos da cidade [...];

**SD 30:** [...] deve em tudo obedecer ao marido, com ele refletir e inclinar-se para as decisões que ele tomar, com a consciência de que é menos chocante para um homem intervir nos assuntos domésticos que para uma mulher indagar sobre o que fora de casa acontece (ARISTÓTELES, 2011, p. 56).

Nessas sequências lemos o esforço de uma sociedade escravista na transição de comportamentos, estabilizando discursivamente um lugar que prive a mulher das decisões políticas criadas naquele momento histórico. O controle da sexualidade e da maternidade ideologicamente regulado. No enunciado “em tudo obedecer ao marido” funciona a práxis patriarcal cotidiana de que as mulheres não prestem atenção “aos assuntos da cidade”. Nesse

movimento de sentidos, compreendemos a discursividade da Grécia antiga como fundadora da memória constitutiva do imaginário patriarcal em análise em nosso estudo. Lemos esse imaginário na posição sujeito da revista *Veja* e na memória muito marcada no enunciado da manchete.

Em “do lar”, que está entre aspas na referida revista, lemos uma falha, enxergamos um não dito e um conflito. Inferimos que se trate da contradição contemporânea da ideologia patriarcal: como afirmar que o lugar primordial da mulher seja o lar, se a maioria das mulheres trabalha e enfrenta duplas ou triplas jornadas laborais?

Diante de tal quadro, relacionamos a colonialidade do poder, a memória discursiva patriarcal desde a antiguidade, no dizer de Aristóteles, e a particularidade da formação social brasileira capaz de produzir o discurso que pode ser lido na *Veja*.

“Marcela Temer é uma mulher de sorte” é a primeira linha do corpo da matéria e “Michel Temer é um homem de sorte” a última. Até chegar a ela, o texto descreve, defende e ovaciona a divisão sexual de papéis a partir da defesa do lugar ocupado por Marcela Temer: jovem, com 43 anos de diferença de idade do homem que foi seu primeiro namorado, levada até ele pela própria mãe, uma “mulher de sorte”, pois, em meio à “convulsão política que vive o país” (SD 16), “o vice”, há um dia de tornar-se presidente, a fez “vice-primeira-dama do lar” (SD 18) e a leva para jantar em sala especial de “sofisticado, caro e badalado restaurante” (SD 16). É preciso “justificar”, a partir da formação ideológica de mercado, valorando e evocando o consumo burguês como ideal de vida. Nas palavras de Marx e Engels, em 1848: “[...] a burguesia rasgou o véu comovente e sentimental do relacionamento familiar e o reduziu a uma relação puramente monetária” (MARX; ENGELS, 2008, p. 13).

O acirramento da disputa burguesa por uma realocização da política econômica neoliberal é silenciado, mas escapa o dizer “convulsão política”. O golpe de 2016 é silenciado por uma imagem da vida privada de Michel Temer, pela práxis do casamento burguês. A nosso ver, isso é um conceito-chave para refletir a formação ideológica do discurso da *Veja*, que busca universalizar o sentido do contrato monogâmico burguês de divisão sexual de papéis, constituindo uma condição feminina passiva e a busca por hábitos burgueses de consumo, naturalizando a divisão de classes.

O “desconhecido” vice tem na revista *Veja* a construção de um intradiscurso que o apresenta poderoso, por uma via segura, porque, aparentemente, nada política: aos 75 anos, casado há 13 anos com uma mulher de 32, “bela, recatada e “do lar”, um “homem de sorte”. Seu maior feito nos limites do texto: um jantar de imagem cinematográfica aos desejos burgueses com uma “mulher de sorte”. A sorte dela, enquanto efeito de sentido, é o poder

público dele. Já a dele é o “recato” dela em relação ao seu poder político, público. Marcela representa, na formação discursiva patriarcal, o espaço privado.

Entendemos que dentre as instituições sociais mais úteis ao contexto de crise econômica e política encontra-se centralmente a família monogâmica burguesa: nuclear e patriarcal, a qual move os interesses mais fundos da propriedade privada e sua hereditariedade masculina e branca. Essa, por sua vez, precisa de formações discursivas variadas e contraditórias para impor-se como espelho universal às trabalhadoras e aos trabalhadores atuais e futuros, à juventude.

Não à toa, o campo discursivo é o espaço no qual a moderna sociedade de classes mais investiu tecnologia de operacionalização massiva para renovar a aparência do sistema (“sustentabilidade”, “flexibilidade”, “nova política”, dentre outros), e assim conseguir novo fôlego a cada ciclo de crise. Convencer a trabalhar mais e consumir mais, a partir da década de 1970, foi se tornando uma tensão cada vez maior, deflagrada a crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002). A intervenção do capital tem sido necessária em todas as relações de poder, mudando governos, pondo regimes políticos cada vez mais inéditos, porém sob velha roupagem: ações ditatoriais para a retirada de direitos. Para tanto, é necessário à burguesia ancorar-se, nesse momento, nas conformações institucionais mais conservadoras das relações que sustentam o mercado capitalista e suas mazelas: desemprego estrutural, violência urbana e no campo, empregos completamente desregulamentados, maior controle e pauperização da população feminina, negra e lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, *queer* e intersexo (LGBTQTQI+), trabalho infantil, ampliação do cárcere, monopólio midiático, quebra dos serviços públicos, carestia.

Outrossim, inferimos que o discurso moralizante sobre família opera como silenciador dos interesses de classe nesse processo político. Nos processos discursivos, podemos compreender as tomadas de posição que marcam essencialmente o funcionamento do político na linguagem. Conforme destaca Orlandi (2001), o político na linguagem deve ser tomado sempre como uma divisão do sentido porque as ideologias são produzidas, reproduzidas e transformadas – parafraseando Pêcheux – a partir das posições materiais, historicamente dinâmicas.

O discurso e a materialidade das diferentes posições e ações sociais produzem, reproduzem e transformam a sociabilidade. Toda ação social possui finalidade, sentido discursivo. As relações sociais acontecem no mesmo momento em que produzem, reproduzem ou transformam sentidos discursivos ao intervirem na práxis. Transformar implica tensão

constante entre modo de produção e relações de produção, a luta de classe presente sob as mais variadas formas de resistência no século XXI.

A família burguesa, por sua vez, traz em seu discurso que ocupar-se do lar é uma escolha, discursivizada como uma opção “natural” pelo “amor” e realizada pela mulher – conforme discutiremos adiante. O lugar social da família trabalhadora coloca todos os membros em condição de passar a vida sendo trabalhadores para outra(s) família(s),<sup>22</sup> relações sociais que vão formando, em cada bairro ou cidade da periferia do capital, um tripé capital-trabalho-Estado no qual algumas famílias extraem, concentram e centralizam as riquezas naturais e um poder político legitimado pela força e pela dissimulação. Esse processo ocorre por meio da ressignificação constante da moralidade, que vai regulando e normatizando as relações de classe entre as famílias dominantes e dominadas.

As pesquisas sociológicas sobre família têm mostrado que os arranjos familiares estão cada vez mais diversos e não se resumem absolutamente ao arranjo patriarcal, de monogamia feminina e heteronormativa. A materialidade da divisão social hierárquica do trabalho (MÉSZÁROS, 2002) produz formações ideológicas antagônicas e formações discursivas heterogêneas, por sua vez afetadas pela ideologia que, em determinadas condições de produção, estabiliza dadas posições de força e poder e/ou de resistências.

Inferimos que o capital em crise estrutural necessita re-moralizar a família trabalhadora, especialmente nos países periféricos, interpelando-a a um modelo de lugar feminino subjugado ao espaço doméstico, diante dos cortes de direitos em educação e saúde, tão centrais à demanda de cuidado com os filhos, à qualificação profissional dos jovens e das próprias mulheres.

O mercado, por sua vez, tem construído a imagem do sujeito “empreendedor” e da “mulher empreendedora” da classe trabalhadora como resposta à naturalização da crise. Mas, contraditoriamente, precisa manter viva a ideologia patriarcal de naturalização do trabalho doméstico não remunerado da mãe que acumula duplas, triplas jornadas de trabalho. Para tanto, é útil universalizar sua visão de mundo e seu modelo de família, válido à hereditariedade da propriedade privada, mas inválido às demandas coletivas de direito ao cuidado da classe trabalhadora.

Essa divisão sexual de papéis pode ser compreendida como uma divisão desigual de trabalho materializada pelo trabalho do cuidado e trabalho doméstico não pago (ou horas extras de trabalho não pagas). Lembremos que a totalidade das relações de produção está determinada pelo modo capitalista de produção em crise estrutural; no interior de uma formação social de

---

<sup>22</sup> É importante ressaltar que assumimos o conceito de classe articulando produção e reprodução de estruturas familiares e econômicas.

economia periférica, dependente de acordos internacionais com o grande capital imperialista, que caracteriza a colonialidade do poder.

### 4.3 Discurso, família e classes: silenciamentos

A etimologia da palavra família tem relação histórica desde as primeiras civilizações escravistas: servidão/escravidão e raça/estirpe. O sentido de pátria para lar, que tem semelhante sentido para casa e família, relacionamos ao discurso que ocupa o poder político no Brasil: associa-se um tipo de arranjo familiar ao imaginário de lar, que também carrega sentido de lugar legítimo, originário, natural.

Compreendemos que as sociedades de classes são fundadas pela divisão hierárquica entre trabalho manual e intelectual, estabelecida pelas primeiras formas de exploração do trabalho. Essa relação funda a propriedade privada da força de trabalho, dos instrumentos e do território.<sup>23</sup> À relação social que domina e escraviza — apropriação privada de sujeitos — deu-se o nome primordial de *famulus* na antiguidade clássica, termo que, segundo Engels (1975), significa

[...] escravo doméstico, e *família* é o conjunto de escravos que pertencem a um só homem... esta expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo corpo social, cujo chefe possuía uma mulher, filhos e um número de escravos submetidos a ele e sobre os quais possuía, de acordo com a lei romana, o direito de dispor de sua vida e de sua morte (ENGELS, 1975).

Eis a contradição do *conjunto de famulus*, resultante de uma luta entre finalidades antagônicas: a) do sujeito que busca apropriar-se privadamente do trabalho de outrem; e b) a resistência histórica de não ser dominada/dominado. Essas finalidades resultam em posições e sentidos inscritos pela linguagem discursivamente e marcam um imaginário que relaciona família e patriarcado da antiguidade com os arranjos familiares do imaginário patriarcal da modernidade. Essa materialidade e esse campo simbólico colocam em funcionamento a “[...] forma-sujeito histórica capitalista que corresponde à da sociedade atual que representa a contradição” (ORLANDI, 2002, p. 50). Nesse sentido, é importante destacar que

[...] “as ideologias têm uma história própria”, uma vez que elas têm uma existência histórica e concreta, a “Ideologia em geral não tem história”, na medida em que ela se caracteriza por “uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não histórica, isto é, *omni-histórica*, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história, no sentido

<sup>23</sup> Em *A Ideologia Alemã* (2009), Marx e Engels apresentam esse processo histórico.

em que o *Manifesto* define a história como ‘história da luta de classes, ou seja, história das sociedades de classe’ (PÊCHEUX, 2015, p.137).

Nos dias atuais, a processualidade discursiva dessa contradição é de grande complexidade histórica e funciona sob a ideologia de liberdade sem limites de poder e escolha. Parafraseando Orlandi (2015), podemos compreender essa forma-sujeito moderna em uma posição que se entende livre e, ao mesmo tempo, em posição de uma “submissão sem falhas”, pois “[...] pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la” (2015, p. 48). Nessa perspectiva, submeter-se à língua compreende não escapar aos seus já-ditos, à rede de memória discursiva, com seus equívocos e ambiguidades.

Posições de submissão são sempre materiais e ao mesmo tempo simbólicas, bem como o conjunto das posições históricas. Nesse sentido, os condicionamentos de classes não encerram as disposições de poder e contribuem para legitimar simbolicamente a diversa teia de desigualdades políticas.

A definição do que é trabalho, de acordo com a ideologia patriarcal, associa trabalho e poder ao masculino e natureza domesticada ao feminino. Essa ideologia afirma a divisão sexual de papéis, opera contradições de sentidos, silenciando o significante trabalho, o caráter político da divisão social de papéis. Indagamos: por que o discurso sobre família é sobre “espaço privado”? Como é fundado o discurso sobre público e privado?

Ao fundar a divisão hierárquica entre trabalho manual e intelectual, a escravidão cria a propriedade privada da força de trabalho, dos instrumentos e do território outrora compartilhados coletivamente. A relação social que escraviza criou uma contradição social insolúvel e antagônica: a contradição de classe e seu espaço privado. Como já mencionado, à apropriação privada de sujeitos, instrumentos e território deu-se o nome primordial de *famulus*, na Grécia de Sócrates, Platão e Aristóteles.

A instituição da escravização é um processo de domesticação de seres humanos. O discurso é fundamental para a estabilização de sentidos que funcionem à estabilização de sociedades de classes, operando esquemas de pensamento inferiorizadores para justificar a violência de se pôr superior e privatizar os meios de produzir, a terra, os instrumentos disponíveis desenvolvidos pela comunidade e a força de trabalho dos outros.

*Família* é a síntese primordial da relação histórico-dialética entre a dominação do trabalho (erroneamente chamada trabalho intelectual) e sua realização material (o trabalho denominado apenas manual, também erroneamente). O que Marx e Engels conceituaram *luta de classes* consiste nas posições políticas nas quais os sujeitos se inscrevem materialmente e

discursivamente. Na teoria materialista do discurso, chamar-se-á *posição sujeito*, considerando aqui a posição sujeito basilar, das dinâmicas das sociedades de classes.

Considerando o exposto, podemos relacionar a posição ocupada pelas mulheres no trabalho doméstico (seja não pago ou mal pago) com seu tempo determinado pelo tempo do capital, e os processos de significação patriarcal por meio das contradições ideológicas de classe e raça, em se tratando do Brasil. A materialidade do imaginário patriarcal está, dentre outros, profundamente determinada pelo tempo social da família trabalhadora e os lugares de mulheres e meninas na produção das refeições, da higiene da casa, do cuidado com crianças e idosos – para citar algumas das atividades diárias e não detalhar os demais sujeitos que precisam do trabalho de cuidado.<sup>24</sup>

Família é a instituição basilar ao desenvolvimento das necessidades mais úteis à materialidade e às noções das classes em luta. Em outras palavras, seus arranjos mais essenciais guardam as determinações mais reprodutivas do trabalho explorado, enquanto a humanidade segue ampliando a sociedade de classes. A família é um complexo da reprodução social com autonomia relativa ao trabalho, entretanto, profundamente ligada às disputas entre e intraclasses. Ela define, em todas as formações sociais determinadas pela exploração do trabalho, uma divisão sexual hierárquica deste.

Para Ricardo Cicerchia (2009), historiador das sociedades latino-americanas,

[...] o que caracteriza historicamente a família é a organização de certo número de indivíduos, livres e não livres, em um grupo submetido ao poder paterno do chefe; seus traços essenciais são a incorporação dos forasteiros e o comando paterno; por isso, a família romana é o tipo perfeito dessa forma social. Relembremos que *famulus* significa escravo doméstico e a família como *patrimonium* (ou seja, herança), se transmitia por testamento. Em outras palavras, a invenção de um organismo cujo chefe tinha sob seu poder, a mulher, os filhos e certo número de dependentes, através da pátria potestade, e o “direito de vida e morte” sobre todos eles. Marx assinalava que a família moderna é um embrião, não só de escravidão (*servitus*), mas também de servidão, e ali encerrados, *in miniature*, todos os antagonismos que realizam-se mais adiante nas esferas pública e privada (2009, p. 117).

No léxico brasileiro, as palavras *família*, *lar* e *doméstico* estão associadas ao sentido de espaço privado. Se atentarmos para a dicionarização dessas palavras, observamos como são dissociadas de qualquer sentido de público. *Família*, *lar* e *doméstico* opõem-se ao sentido de fora, estranho, estrangeiro. O sentido da palavra *doméstico* em nosso léxico silencia que o espaço “privado” é produzido e legitimado (mesmo pelo silêncio) no espaço público; processo

---

<sup>24</sup> Conceito amplamente desenvolvido, dentre outras estudiosas, pelas sociólogas Helena Hirata e Nadya Guimarães (2012).

dialético de produção e reprodução entre casa e rua, rua e casa. Contudo, com uma regência, um determinante que fica na rua: as relações de poder fundamentadas nas relações de produção, exigindo tempo e função à casa em cada classe, reproduzindo a classe e as condições de produção do sistema capitalista.

Mirla Cisne (2014), em *Feminismo e consciência de classe no Brasil*, discute que

[...] há ainda a importante função ideológica que a instituição familiar cumpre, função não menos importante que as demais. como nos alerta Mézáros (2002, p. 271), a família nuclear “não deixa de ser profundamente autoritária devido às funções que lhe são atribuídas num sistema de controle metabólico dominado pelo capital que determina a orientação de indivíduos particulares por meio e seu sistema incontestável de valores”. Para conseguir manter esse “sistema incontestável” de valores, a família conta com a ideologia de que é o “lugar de aconchego e paz”. Na verdade, isso não passa de um mito “que mascara a prática da violência em suas diversas formas; violência física, psicológica e sexual e maus-tratos contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos(os)” (Plataforma Feminista, 2002, p. 26). Com essa idealização da família, o crescimento da violência no cotidiano é encoberto, dificultando, portanto, o necessário combate (2014, p. 82).

A práxis contemporânea silencia que a interioridade doméstica é também cultural, política e econômica, sendo pertencente ao domínio público, portanto, o que ali se processe – são corresponsáveis pelas ações e relações em ambos os espaços. O que as paredes de uma casa guardam que a rua não saiba ou não legitime? Quais relações sociais a vizinhança silencia porque legítima, ao ouvir através das paredes e reativá-las nos comentários nas calçadas e batentes, escadas e esquinas, cotidianamente? A violência contra as mulheres é um exemplo cabal disso.

Desse modo, são todas as demandas do espaço doméstico demandas domésticas e restritas aos limites da responsabilidade da família e ao tempo do lar? As demandas domésticas têm cortes sociais, coletivos, de classe, gênero e raça. Todas as famílias que trabalham o fazem, direta ou indiretamente, para as famílias dominantes. Qual a importância de percebermos dialeticamente o corte de família nas classes?

Entendemos que pensar as noções ideológicas de família em discursos de classe pode contribuir com a compreensão dialética das relações trabalho-capital-Estado-racismo-patriarcado: as classes sociais no Brasil são culturalmente formadas a partir da família monogâmica patriarcal. De acordo com o conceito de colonialidade do poder de Quijano (2000, 2005), podemos inferir que a formação familiar no país delimita as classes sociais. Os setores econômicos fundamentais têm um corte familiar colonial que busca discursivizar-se hegemônico e moralmente natural.

A burguesia colonial universaliza discursivamente relações sociais marcadas pela dependência que se atualiza no individualismo do discurso neoliberal, mas sem apresentar-se enquanto família econômica e família política, mantenedoras do controle hereditário da apropriação privada das riquezas naturais do país.

Desse ponto de vista e retomando as condições de produção do discurso em análise, em 2017, 1% das propriedades rurais detinha quase metade da área no Brasil, enquanto as pequenas propriedades apenas 2,3% da terra. Os dados são do Censo Agro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Essa é uma materialidade histórica, colonialidade do poder de uma posição sujeito, dominante de “quase metade da área no Brasil”.

Essa posição constitui a formação ideológica que movimenta os significantes de classe no discurso sobre família da *Veja* em 2016, cuja formação discursiva *pode e deve dizer* “sim, pela minha família” ao *impeachment*. Ao usar o pronome possessivo “minha” em momento de decisão institucional sobre os rumos políticos de um país, ocorre a saturação dos sentidos de posse de poder político e econômico, condizente com a materialidade histórica de 1% de propriedades tomarem “quase metade” das terras do país. Dialeticamente, a materialidade da língua, o dito e o não dito do discurso, tece a formação ideológica neocolonial e seus fios raciais e patriarcais em formação discursiva, constituindo o golpe de 2016 – masculino e branco.

Se o percurso da civilização (da história escrita) é a história das lutas de povos com a finalidade de conformar classes e a de povos resistindo à espoliação e à pilhagem, o discurso é, junto ao uso da força, de importância cada vez mais irreversível à manutenção e transformação da atual sociedade de classes. Assim, os sentidos das ideologias são discursivamente produzidos por interesses materiais, historicamente determinados, de modo que os interesses de classe expressam-se na relação entre formação ideológica e formação discursiva, conforme Pêcheux (2014). Os entremeios da subjetividade à objetividade e o movimento contrário são configurados pelas contradições históricas entre os interesses grupais e/ou individuais possíveis em cada época, legitimados ou não por cada sociabilidade.

Retomando Lukács (2013) para pensar ideologia e capitalismo, lembremos que a forma *restrita* de ideologia correspondente às posições de classe resulta do desenvolvimento inicial da linguagem na divisão social do trabalho, desenvolvendo a *posição teleológica primária* – das necessidades de comunicação no intercâmbio das comunidades com a natureza – para a *posição teleológica secundária* que, como discute Giovanni Alves (2013), refere-se à ação dos sujeitos sobre outros sujeitos, “[...] sobre suas consciências, para pôr em movimento posições teleológicas [desses mesmos sujeitos] seja no sentido de conservar, seja no sentido de transformar a realidade existente” (ALVES, 2013, n/p).

As formações ideológicas e discursivas determinam historicamente a posição teleológica secundária, essencialmente marcada pela divisão de trabalho que a originou. Conforme Lukács (2013), é efeito dos atos teleológicos secundários a “arte da persuasão”, a destreza, a astúcia – valores puramente sociais que ampliam o círculo de valorações, os quais ganham maior espaço social, “caráter institucional”, maior influência decisiva.

E como discute Pêcheux (2014), a ideologia se faz nos processos de disputa, não sendo prévia aos sujeitos e nem às classes, por isso a formação discursiva depende da história concreta. Ainda de acordo com o autor francês, as determinações econômicas condicionam “em última instância” a reprodução-transformação das condições de produção de uma formação social. O conceito de reprodução-transformação designa a contradição de todo modo de produção cujo princípio é a luta de classes. Esta atravessa a ideologia e a constitui e, por sua vez, não é “o espírito de uma época”, mas formações de classes. Como dissemos, as relações patriarcais ganham maior complexidade a partir do capitalismo devido à força de trabalho ser tornada mercadoria. É preciso um trabalho reprodutivo/de cuidado da força de trabalho ativa e da futura força de trabalho (prole/filhos). Convencer a sociedade de que alguém é naturalmente responsável por esse trabalho, como sinônimo de amor e de afetividade, traz como significante que é “imoral” cobrar pelo mesmo. Forjar esse papel social biologizante implica controle social do corpo com marcadores sociais específicos para o comportamento sexual, para a imagem individual, para os interesses pessoais, etc.

É a contemporaneidade do discurso patriarcal, em confluência e contradição com o discurso de mercado, que desemprega especialmente as mulheres em suas crises de acumulação, condicionando-as ao lugar privado como primordial, de modo a estabelecer sentidos de poder e convencimento que invisibilizam toda a legislação aprovada no pós-golpe de 2016, discutida no início da apresentação deste estudo.

Dessa forma, a materialidade da linguagem tem uma produção a partir de posições sujeito que são heterogêneas. No capitalismo, essa heterogeneidade é atravessada pela contradição de classes e a formação social do capital no Brasil, fundada pela colonização escravagista. Por sua vez, essa contradição se constitui interseccionada por desigualdades de raça e gênero, de modo que a formação de sentidos no léxico trabalho se opõe à “casa”, “lar”, “doméstico”, “privado”. Trabalho doméstico, trabalho reprodutivo, quando não remunerado, não pago, não é significado como trabalho por nenhuma instituição social (família, Estado, escola etc.).

Por esse caminho, as adjetivações que “domesticam” as mulheres – como em “[...] bela, recatada e ‘do lar’” – constituem um discurso que orienta, regula e normatiza um gênero privado

de poder político, afirmando um estereótipo e moralizando o corpo. Para tal efeito de sentido, esse discurso silencia a atividade laboral que caracteriza esse lugar e seu papel na produção e reprodução do espaço público e, embora esse lugar seja, de maneira geral, preconizado para as mulheres, o silenciamento de seu labor produz efeito de sentido para as mulheres trabalhadoras. Elas são as interlocutoras fundamentais nesse funcionamento discursivo, posto que são “do lar” na medida em que ocupam as atividades desse lugar em suas moradias e, ao mesmo tempo, não podem ser efetivamente de seu lar, pois reproduzem as famílias das “mulheres de sorte” – metáfora da revista *Veja* para mulheres da elite política e econômica. Por isso, lembramos que a linguagem

[...] é um instrumento de fixação do reconhecido e de expressão da essência dos objetos existentes em uma multiplicidade que cada vez mais intensamente vem à luz, um instrumento para a comunicação de *modos de comportamento* cada vez mais multifacéticos e mutáveis dos seres humanos [...] (LUKÁCS, 2018, p. 118-119, grifo nosso).

Além de fixar comportamentos pelos processos de significação, a linguagem, e mais precisamente o discurso, funciona também para transformar os comportamentos, reafirmando ou refutando as memórias de sentidos, como desenvolve a perspectiva discursiva, superando qualquer leitura da linguagem como comunicação, pois constitutiva dos mecanismos ideológicos que incluem a *não comunicação* (PÊCHEUX, 2014), conceituação acionada em distintos momentos de nossa análise.

Inferimos, por fim, que a materialidade discursiva da revista *Veja* reproduz sentidos e produz efeitos de sentidos em constante tensão: o bom e o ruim do condicionante “bela”, redimido pela normatização do ser “recatada”, resignado pelo papel social “do lar”. Dessa reflexão partimos a pensar discurso, divisão racial-sexual do trabalho e trabalho doméstico. Todos esses complexos sociais acontecem, neste exato momento, em incessante *produção-reprodução-transformação*, nas palavras de Pêcheux (2014), por serem realizados por sujeitos, seres sociais histórico-individuais em relação, em sociedade.

#### 4.4 Família neocolonial e discursos de resistência

*A palma de uma de suas mãos doía.  
Tinha sofrido um corte, bem no meio,  
enquanto cortava o pernil para a patroa.  
Que coisa! Faça a laser corta até a vida!*  
(EVARISTO, 2018, p. 40)

Metaforicamente, a “faca a laser” do conto “Maria”, de Conceição Evaristo, fez um corte na vida de Mirtes Souza Santana – a quem dedicamos este trabalho – e à memória de seu filho, Miguel Otávio Santana.

A dedicatória assenta nossa tese de que o discurso sobre família e classes, na ascensão conservadora no Brasil, silencia duplamente o trabalho doméstico: 1) o trabalho subjacente à monogamia feminina, um silêncio constitutivo (ORLANDI, 2008) do discurso patriarcal no Ocidente; e 2) o trabalho doméstico reprodutivo da classe dominante no Brasil, um silêncio local (ORLANDI, 2008), pertencente “[...] a um grupo social determinado de uma de sociedade específica” (ORLANDI, 2008, p. 57).

A partir de Courtine (2014), identificamos que a formação discursiva do patriarcado tem no Brasil um interdiscurso racista e neocolonial<sup>25</sup> contornando os sentidos ditos e não ditos da política de austeridade econômica e de hostilidade à igualdade de direitos. A formação discursiva analisada recupera sentidos de memória antiquíssima do patriarcado ocidentalizado, particularizado pelos sentidos neocoloniais estruturantes das relações de poder no Brasil, trabalhando simbolicamente o funcionamento discursivo de ataques à democracia, ao serviço público, à seguridade dos direitos trabalhistas e da previdência. Nesse ínterim, entendemos que a destacada resistência, material e discursiva, das mulheres negras nos últimos anos desencadeia a circulação do enunciado “lugar de fala” (RIBEIRO, 2019), sobre uma autoridade enunciativa a partir de seu lugar social, de sua posição sujeito. Como discute Courtine (2014), tal processo pode ser pensado como a atualização de uma memória discursiva por meio de novos enunciados.

---

<sup>25</sup> Para a conceituação neocolonial, ver Mészáros (2002).

Desse modo, a SD que dá título ao nosso trabalho movimenta uma atualização conservadora importante para a compreensão da formação discursiva em análise. Nosso interesse em pesquisar o interdiscurso dessa materialidade nos trouxe ao encontro das orientações filosóficas de Aristóteles sobre a obediência da mulher ao homem, senhor dos escravizados na *pólis* grega. Dando prosseguimento, a análise nos conduziu ainda a inferir sobre o discurso aristotélico sobre mulher e família como fundador do discurso patriarcal, notadamente a partir da regularidade da nomeação “recatada”, empregada pelo filósofo, estabilizando os sentidos que privam a mulher da política. No moderno movimento desses sentidos, essa privação se torna cada vez mais contraditória, mas dinamizada pela colonialidade do poder que estrutura a modernidade, valendo-nos aqui das conceituações de Quijano (2000, 2005) e Rodrigues (2009).

Com base nos referidos autores, compreendemos a modernidade como projeto de poder de raça que conforma as desigualdades. Entendemos esse projeto como intrínseco à formação da propriedade privada, que tem nas famílias proprietárias a constituição das classes dominantes e o controle da sexualidade feminina, transformada em força de trabalho pelos sistemas escravagistas. Em Rodrigues (2009) lemos que

[...] as origens desse fenômeno se encontram no período da assim chamada acumulação primitiva de capital – o longo processo de separação de trabalhadores e trabalhadoras de seus meios de produção – que teve no sistema colonial e na escravidão negra moderna um de seus principais métodos de acumulação, possibilitando assim a emergência e consolidação do modo de produção capitalista propriamente dito, ou seja, o capitalismo industrial. A violência e o trabalho manual compulsório negro (escravidão) estão no “DNA” do capitalismo, não apenas na sua origem e, justamente por isso, ao passo que ele se desenvolve, esta divisão racial se desenvolve e se aprofunda conjuntamente (RODRIGUES, 2019, p. 01)<sup>26</sup>.

Historicamente, as formações ideológicas das classes dominantes silenciam o trabalho explorado, base material de seus privilégios. Esse funcionamento ideológico incorpora, discursivamente, o silêncio do trabalho, atribuído pelos homens às mulheres como uma função de sua “natureza”. É uma disputa de sentidos, de convencimento, no processo da divisão social do trabalho.

---

<sup>26</sup> Texto publicado por Rian Rodrigues, estudioso das questões raciais, no canal do Movimento por uma escola popular, em 2019.

As noções de silêncio constitutivo e silenciamento político, em Eni Orlandi (2008), e de memória oculta, em Lélia Gonzáles, nos permitiram a análise de que os discursos patriarcais da ascensão conservadora em questão afiliam-se ao movimento dos sentidos do mito da democracia racial, nos ditos que relacionam os interesses de famílias brancas a interesses nacionais, populares.

A seguir, descrevemos o movimento de sentidos da formação discursiva em análise, tendo em vista o atravessamento de sentidos em Aristóteles, que nos conduziu a nomeá-lo como discurso fundador do patriarcado. Assim, discriminamos as oposições que associam discursivamente os sentidos dos léxicos a seguir, ditos ou não ditos, a depender da materialidade que se analise. Quais sejam:

- Homem – produção x Mulher – reprodução;
- Produção – trabalho x reprodução – natural (não é trabalho);
- Trabalho – produtivo x Não é trabalho – improdutivo;
- Produtivo – razão x Improdutivo – emoção;
- Razão – dominante x Emoção – dominada;
- Dominante – intelectual x Dominada – manual;
- Intelectual – proprietário x Manual – propriedade;
- Proprietário – patriarca x Propriedade – *famulus*;
- Patriarca – político x *famulus*: Mulher/Escravos – apolítica;
- Político – público x Apolítica – privada;
- Público – civilizado x Privada – domesticada;
- Civilizado – cidadão x Domesticada – selvagem;
- Cidadão – homem x Selvagem – mulher/estrangeiro/diferente;
- Homem – branco x Mulher/Indígenas/Negras: “*O outro do outro*”.

Os sentidos em oposição partem da dominação do “outro” e, na formação social brasileira, posicionam a mulher negra como “outro do outro”, conforme Djamila Ribeiro (2019). A lógica de escravizar mulheres, sejam do próprio território, sejam estrangeiras, movimenta o sentido de escravização do “diferente”, ideologizado/discursivizado como “selvagem”. Esse sentido, por sua vez, funciona em oposição ao homem, não ao gênero humano, de modo que em “selvagem” encontra-se tudo que está fora da inscrição do gênero masculino branco.

Em seu texto “Lugar de fala”, Djamila Ribeiro (2019) discute a origem da noção de diferença. Parafraseando a autora, interpretamos que, do ponto de vista ocidental, a ideia emerge de que o outro (que não sou eu) pode ser dominado por mim por não ser meu espelho. A mulher negra nas Américas, e particularmente no Brasil, é “o outro do outro” (RIBEIRO, 2019). A pirâmide social na qual vivemos foi construída relegando aos povos não-brancos o trabalho extenuante para a produção em larga escala, para acúmulo e concentração de riquezas, e para um modo de vida ainda devedor do absolutismo monárquico: famílias terem servos. No caso brasileiro, pessoas escravizadas.

É a vida da classe trabalhadora que produz a) os bens e b) os serviços de usufruto desses bens. Essa tensão fundamental de classe só pode ser lida a partir do racismo estrutural (ALMEIDA, 2020), se considerados os sentidos de racialização das classes, possíveis em nossa leitura da materialidade discursiva de publicação da *Folha de São Paulo* (2018), abaixo

**SD 31:** “Quarto de empregada torna-se raro em projetos, mas banheiro resiste”.

**SD 32:** “Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Luiza Pereira afirma que são comuns queixas de má iluminação, falta de ventilação e alergias causadas por tralhas e produtos de limpeza acumulados no cômodo”.

**SD 33:** “Mas diz que, hoje, uma minoria das trabalhadoras dorme no serviço. “Os patrões têm que pagar adicional noturno e hora extra, então muitos abriram mão de ter o cafezinho pronto logo cedo.”.

**SD 34:** “Nathalie Rosário, advogada do sindicato das empregadas domésticas de São Paulo, concorda que é raro achar domésticas que ainda durmam no trabalho. “Quem passa a noite são cuidadores e babás.” (ZAREMBA, 2018).

Nos dizeres “banheiro resiste” (SD 31) – texto da *Folha* – e “má iluminação, falta de ventilação e alergias causadas por tralhas e produtos de limpeza acumulados no cômodo” (SD 32) – texto da sindicalista – estão os sentidos da família neocolonial, sua arquitetura ideológica é estruturalmente composta pela senzala. Todavia, a processualidade da luta de classes é dinâmica e o movimento de seus sentidos pode ser lido nos dizeres das sindicalistas: “os patrões têm que pagar adicional noturno e hora extra, então abriram mão de ter o cafezinho pronto logo cedo” (SD 33) e “Quem passa a noite são cuidadores e babás”. Aqui estão os conflitos da manutenção desse modelo familiar. Como efeito de sentidos, constatamos que o trabalho doméstico é uma questão política, cultural e econômica para as trabalhadoras e as famílias empregadoras, âmbito em que funciona o patriarcado racializado. Para Almeida (2020),

[...] o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais (ALMEIDA, 2020, p. 63).

Conforme o autor, o “[...] racismo como ideologia molda o inconsciente” (ALMEIDA, 2020, p. 64). Entende-se, portanto, que ideologia “[...] não é uma representação da realidade material, das relações concretas, mas a representação da relação que temos com essas relações concretas” (ALMEIDA, 2020, p. 66). Conceituação que contribui ao conceito de formação ideológica de Pêcheux (2014), na medida em que lê os sentidos das representações.

Adiante, analisamos outras sequências discursivas sobre a relação da elite brasileira com o trabalho doméstico, recortadas de uma materialidade publicada pela *Revista Fórum*:

**SD 35:** Brasileiros ricos em Portugal exigem apartamentos com ‘dependências de empregados.’.

**SD 36:** Um levantamento mostra que em 2019, 176 brasileiros transferiram R\$ 617,6 milhões para a aquisição de vistos *gold*. Esta operação está ligada à compra de imóveis de alto padrão, que custam mais de R\$ 2 milhões, o valor mínimo para ter concessão do governo português para que estrangeiros tenham esse tipo de residência.

**SD 37:** ‘Os brasileiros estão mais habituados que os portugueses a áreas de serviço equipadas e dependências de empregados. E preferem condomínios com segurança e serviços comerciais’, diz Luís Lima, presidente da Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal’ (FÓRUM, 2019).

O discurso de classe é dito tanto pela adjetivação usada pelo jornal, no dizer “brasileiros ricos” (SD 35), quanto pelos números e pelo sentido de “imóveis de alto padrão”, na sequência posterior. Na última sequência “os brasileiros estão mais habituados que os portugueses a áreas de serviço equipadas e dependências de empregados”, lemos que o comparativo dos hábitos entre brasileiros e portugueses, nesse quesito, mobilizou um sentido de elitização maior, dependência maior de serem servidos – eis o peso dos séculos na formação escravista brasileira na memória interdiscursiva desse dizer, a colônia “superou” os hábitos da “metrópole”. A Lei do Trabalho doméstico (2015) esperou quase 130 anos desde a abolição (1888) e, no ano seguinte, ocorreu o golpe político de 2016.

Nessa perspectiva, a mulher negra pode ser a mãe que cuida das crianças brancas (antes ama de leite ou ama seca, hoje babá), mas não pode usar o banheiro da casa – “resiste o banheirinho” (SD 31) –, não pode tomar água em qualquer copo, comer sem pedir e nem ousar pedir. Paradoxalmente, acerca da empregada doméstica, é dito que “é mesmo que ser da

família”, costumeiro ouvir no Brasil. Inclusive, a palavra babá tem origem africana, “para alguns estudiosos originária do quimbundo, e para outros do idioma iorubá” (SAGATIBA, 2015), línguas nativas do continente africano.

A área de serviço da burguesia e da classe média brasileira tem, como dissemos, a arquitetura material e ideológica da senzala e da favela. Para que esse modo de vida luxuoso exista, é necessário que o Brasil tenha “6,158 milhões de trabalhadoras(es) domésticas(os), dos quais 92% [são] mulheres”, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, s.d.). E “[...] apenas 42% destas(es) trabalhadoras(es) contribuem para a previdência social [pois] só 32% possuem carteira de trabalho assinada” (OIT, s.d.).

O racismo estrutural, discutido por Silvio de Almeida (2020), conforma a dinâmica do capital no Brasil, que busca a todo tempo impedir a mobilidade social das mulheres negras e da classe trabalhadora de conjunto. Por essa razão, é preciso trazer a mulher negra e o trabalho doméstico não pago e mal pago para a centralidade do debate econômico, político e cultural, pois é esse trabalho que reproduz a produção capitalista. De acordo o autor,

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. [...] Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. [Pois,] O racismo como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados (ALMEIDA, 2020, p. 50-51).

No discurso da ascensão conservadora sobre família, observamos um efeito de sentido de poder de gênero, sexualidade e, imagetivamente, de raça. O efeito de sentido desse poder é reforçado pelo silenciamento do significante trabalho. Ao silenciar a divisão de papéis enquanto forma de dividir um trabalho, o efeito geral é: não há trabalho nesse arranjo familiar. “Marcela Temer é uma mulher de sorte”, esta é a primeira frase do texto – aqui tomado como materialidade discursiva, em acordo à teoria pecheutiana. Destaquemos o efeito de sentido de que, ao se tratar de sorte, não há desigualdade na divisão de papéis do discurso que segue. O mesmo no enunciado da manchete, pois em “bela, recatada e ‘do lar’” não há ofício.

O trabalho demandado por qualquer modo de arranjo familiar será realizado por alguém. No arranjo familiar discursivizado pela revista *Veja*, observamos que essa demanda aparece no limite do que é primordial para tal discurso: perto do cargo executivo máximo do país, mulher é primeira-dama e, primordialmente, uma mãe presente. O pai ausente que acompanha o filho por vídeo é justificado como “quase presidente”, justificando ao mesmo tempo o golpe político

sofrido pela mulher então ocupando a cena como presidenta do país – ver declaração de Temer assumindo o golpe (CONGRESSO EM FOCO, 2019).

O discurso de família que se auto elege ao poder opera com efeitos de sentido para a divisão do trabalho e do poder, por classe, gênero e raça, em virtude das condições de produção desse discurso no interior do *real histórico* de sua formação social.

O projeto de pactuação política de classes predominante nos governos do PT (2002 a 2016) teve seu limite nos episódios de crise econômica que o capital não assume, devido ao seu movimento sociometabólico, como afirma Mészáros (2002) em *Para Além do Capital, a crise estrutural do capital*. Contudo, parafraseando Marx e Engels (2008), sendo a luta de classes o motor da história das sociedades de classes, é a resistência das trabalhadoras e dos trabalhadores uma constante central para entendermos o caráter reativo da política da classe dominante.

A crise da exploração do trabalho no capitalismo encontra o limite do consumo das mercadorias no limite que impõe às trabalhadoras e aos trabalhadores que as produzem. Por sua superprodução ser uma das formas mais fundamentais de buscar aumentar a mais-valia e os lucros, produz formas de baixar os custos da produção: desregula as condições de vida da maioria, desregulamentando e precarizando a vida do trabalhador.

Nessa perspectiva, quando as mulheres se entendem sujeitos políticos, a família pode ser discursivizada como parte da sociedade, não como espaço privado de política. O lugar político de uma “primeira-dama”, retomando aqui nosso percurso de análise, está determinado pelo imaginário do “recato” no discurso fundador de Aristóteles. É a esposa e mãe do sujeito político, seu marido a “quem deve obedecer” (ARISTÓTELES, 2011). O lugar político de uma presidenta ou de uma vereadora é lugar de sujeitos políticos, assim como é também fora da política parlamentar, na atuação dos movimentos sociais, das organizações não governamentais (ONG’s) etc.

Na mesma temporalidade histórica, enquanto revistas de circulação nacional estampam “quase primeiras-damas” e o “nervosismo” da ex-presidenta em 2016, acontecem os dizeres de Mirtes Santana em 2020, que questionam discursivamente os efeitos de evidência dos discursos da ascensão conservadora no Brasil. Em entrevista televisionada, disse:

**SD 38:** Se fosse eu, meu rosto estaria estampado, como já vi vários casos na televisão. Meu nome estaria estampado e meu rosto estaria em todas as mídias. Mas o dela não pode estar na mídia, não pode ser divulgado”, disse Mirtes [em entrevista divulgada na TV Globo em 4 de junho de 2020] (BRITTO; SANTOS, 2020).

Mirtes se refere à impunidade sobre a morte de seu filho. Ao dizer “se fosse eu”, está partindo de duas posições sujeitos interseccionadas no Brasil – a posição da população negra e a posição das trabalhadoras domésticas. Mirtes perdeu seu filho pela negligência de uma patroa branca, primeira-dama da cidade de Tamandaré, Pernambuco. No Brasil, o lugar econômico dominante e sua colonialidade de poder é a cor da pele, dito no intradiscurso da trabalhadora, repetidas vezes: “meu rosto estaria estampado”, “meu nome estaria estampado”, “meu rosto estaria em todas as revistas”. Dessa forma, há um interdiscurso de resistência ao mito da democracia racial, ao acessar a memória da criminalização cotidiana sofrida pela população negra e da impunidade aos sujeitos em posições de dominação, de forma geral, a população branca e rica.

Fazemos a mesma Análise de Discurso de Luiza Batista, presidenta da Fenatrad e do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pernambuco, quando diz

**SD 39:** Nós lamentamos o ocorrido e nos somamos a todos os grupos que pedem por justiça por Miguel, mas a gente vê que estamos vivendo um momento de impunidade no mundo. Qual será o próximo passo? Qual será a punição? Claramente foi um homicídio doloso. E se fosse o contrário? (FENATRAD, 2020).

Nessa SD a “impunidade” é dita, diretamente questionada. A indagação “e se fosse o contrário?” indica o sentido latente do antagonismo da luta de classes. Na formação colonial brasileira, o que temos é a instituição casa-grande-senzala, discursiva e materialmente, como herança em nossas relações familiares, de raça, gênero e sexualidade. O que “pode e deve ser dito” e também os “não ditos” dessas práxis sociais têm intimidade com as relações de poder de dominação e resistência.

O discurso de família e poder no Brasil é atravessado pelo discurso do capital da formação social brasileira, propaga a divisão de papéis com o efeito de sentido de um poder de gênero e sexualidade, enquanto tira de cena o trabalho reprodutivo. O discurso patriarcal de que trabalho do cuidado e doméstico não é trabalho aparece no silêncio da “sorte” de Marcela Temer, segundo a *Veja*. “Sorte” é a metáfora do sentido de classe social desse arranjo familiar. Sua memória discursiva está correlacionada à escravidão no Ocidente, data da Antiguidade Clássica na Europa, no discurso de Aristóteles.

Processualmente, ao fundar a apropriação privada dos meios de produção, as sociedades de classes fundam as oposições de sentidos acima descritas, sendo a conformação do *famulus* a

protoforma<sup>27</sup> da propriedade privada. Nesse sentido, propriedade privada e sua classe dominante perpetuam-se em endogamia, via monogamia feminina, como já mencionamos. Ademais, conforme Verena Stolcke,

[...] na sociedade de classes a mesma espécie significa a mesma classe. A manutenção da supremacia de classe requer o casamento endogâmico de classe e o controle da sexualidade da mulher dentro dele, através da monogamia O que requer o controle da sexualidade feminina é a crença, profundamente arraigada na ideologia burguesa, de que a identidade social é igual à identidade genética. [...] A imposição de fidelidade sexual às mulheres visa a evitar a bastardia. Mas é a bastardia social, vista como biológica, que é considerada a verdadeira ameaça ao domínio de classe (STOLCKE, 1980, p. 97-99).

“Família”, portanto, é a instituição basilar da propriedade privada. Essa é a base material do patriarcado, que “justifica” a escravização do tempo do outro, aprisionando-o à atividade que “lhe cabe” no espaço, no lugar que demanda a atividade. Assim, na complexificação das sociedades de classes, o processo de divisão social hierárquica do trabalho (MÉSZÁROS, 2002) ganha contornos estruturais do sexismo e do racismo (GONZÁLES, 1984). No Brasil, as mulheres negras executam o trabalho do arranjo familiar neocolonial.<sup>28</sup>

Compreendemos, assim, que o golpe político de 2016 se processou movimentando a formação ideológica neocolonial das famílias política e economicamente dominantes no Brasil, cuja práxis fundamental tem sido a formação discursiva patriarcal e racista que acabou por constituir o processo de *impeachment* como um acontecimento discursivo de ascensão do conservadorismo.

É nesse acontecimento discursivo que temos vivido a austeridade econômica das reformas, como exposto no início deste estudo, e a austeridade política imposta às mulheres – não por acaso as mais prejudicadas economicamente pelas mesmas reformas e atacadas no processo de significações do golpe. Nesse processo, destacamos a próxima SD (figura 16):

#### **SD 40 “Quem mandou matar Marielle?”**

<sup>27</sup> Tomamos de Lukács (2013) o sentido de protoforma como modo de funcionamento primordial.

<sup>28</sup> Nesse momento, integramos a noção neocolonial como necessariamente patriarcal, construída ao longo deste trabalho.

**FIGURA 16 – Cartaz “Quem mandou matar Marielle?”**



Fonte: Carvalho; Sodré, 2020.

Lemos essa SD como um discurso de resistência ao qual podemos definir como contrastante ao discurso da Veja (figura 17) e SD 41, a seguir:

**SD 41:** A quem interessava matar esta mulher? (VEJA, 2018).

**FIGURA 17 – Capa da Revista Veja, 2018**



Fonte: Revista Veja, 2018.

Marielle se apresentava politicamente, em seus dizeres, como mulher negra, mãe, lésbica, socióloga e 5ª candidata a vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro em 2016, como afirma a primeira página do Instituto Marielle Franco (figura 18), a seguir:

### FIGURA 18 – Quem é Marielle Franco?



INSTITUTOMARIELLEFRANCO Quem somos? O que fazemos? Ações ▾ Contato 2020 ▾ Q Apoiar

## Quem é Marielle Franco?

Conheça mais sobre a história da vereadora do Rio de Janeiro que se tornou gigante e transbordou fronteiras.

**Marielle Franco é mulher, negra, mãe, filha, irmã, esposa e cria da favela da Maré.**

Socióloga com mestrado em Administração Pública.

**Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro, com 46.502 votos.**

Foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara.

**No dia 14/03/2018 foi assassinada em um atentado ao carro onde estava.**

13 Tiros atingiram o veículo, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes.

**Quem mandou matar Marielle mal podia imaginar que ela era semente, e que milhões de Marielles em todo mundo se levantariam no dia seguinte.**

Fonte: Instituto Marielle Franco, 2019.

Ao enunciar “esta mulher”, a posição discursiva da *Veja* opera um apagamento do significante político do acontecimento. Assim, lemos o acontecimento discursivo do golpe, na processualidade das significações marcadas nos dizeres dos deputados e da revista *Veja*, no desencadear da abertura do *impeachment* – um alinhamento discursivo de ataques públicos às mulheres, enquanto sujeitos políticos e trabalhadoras (reformas). O “sim, pela *minha* família” dos deputados precisa ser dito pela formação discursiva patriarcal que rege aquele espaço, cujo poder foi organizado, naquele momento, para instalar rapidamente a austeridade de que já falamos, mas, posicionados na formação discursiva em tela, não basta atacar uma presidenta, ataca-se uma mulher que não está no recato da casa.

Maria Gabriela Hita (2014), estudiosa de redes domésticas negras na Bahia, ao longo de 20 anos, publicou um estudo no qual

[...] as experiências estudadas apontam, pois, para um conjunto de especificidades históricas, regionais, econômicas e culturais no que refere a um modo de organização familiar e divisão de trabalho entre os sexos: o tipo de arranjo familiar que denomino de matriarcal, em famílias negras no Brasil [...] (HITA, 2014, p. 31).

Grupos (redes) de extenso matriarcal parentesco, estudados por Hita (2014), descrevem famílias tomadas como exemplo para análise da “matriarcalidade” e do princípio relacional da matrifocalidade, que representa o conjunto de valores ou “ideologia subjacente” de arranjos e práticas familiares também presentes em “arranjos familiares não matriarcais da sociedade baiana”. Herança cultural africana, portanto, que sofre profundo silenciamento discursivo quando o assunto é família na discursividade do conservadorismo brasileiro.

A autora conceitua “matriarcalidade” como “centralidade da relação Mãe-filhos” e as relações de parentesco dela produzidas, o que não significa

[...] afirmar que nas famílias como as estudadas exista ausência de homens e abundância de mães. Os homens existem e ocupam posição privilegiada neste modelo: a de filhos [...] O modo de organização familiar matriarcal é apenas um dentre outros dos arranjos empíricos [encontrados pela pesquisadora] Ele é o LOCUS por excelência onde se atualiza, ou melhor, se visualiza a presença e atuação do princípio relacional da matrifocalidade [...] (HITA, 2014, p. 25).

Assim, a autora defende que os arranjos familiares matriarcais encontrados na Bahia também são encontrados em todo o nordeste brasileiro, berço da colonialidade do poder no Brasil, tendo como matriz cultural os grupos afrodescendentes.

O discurso da ascensão conservadora tem efeito de sentido estabilizador das condições de produção do trabalho doméstico mal pago e não pago no Brasil, lugar imposto à mulher negra na dinâmica colonizadora, como papel central na produção e reprodução das mercadorias, no ciclo da mão de obra escravizada, no ciclo do latifúndio e na práxis da casa-grande.

O serviço doméstico foi o “[...] foco das ansiedades entre as elites em virtude da abolição, ele ressaltou a falta de preparação [ideológica e discursiva] dos criados(as) domésticos(as) no Brasil” (COWLING, 2012, p. 220). A Escola Isabel, no Rio de Janeiro, foi fundada no período para tornar “prendadas” ao serviço doméstico as jovens negras libertas, aprendiam a “[...] lavar e passar roupa, cozinhar e preparar doces e bebidas (COWLING, 2012, p. 220). Eis a institucionalidade do trabalho doméstico no Brasil, que materializa historicamente o funcionamento discursivo da “família tradicional”. Ainda nas palavras do autor,

[...] o ventre virou um conceito fundamentalmente ligado à escravidão e à emancipação [...]. O desenvolvimento de uma linguagem abolicionista ‘feminina’ provia um espaço discursivo para argumentos emocionais em favor da liberdade de mulheres e crianças. [...]. [ao priorizá-los para a libertação], [...] os vereadores usavam seus próprios conceitos racializados de gênero e de cidadania, vendo as mulheres libertadas como criadas domésticas ou imaginando-as atingindo *status* de ‘mães de família’, geralmente reservados para mulheres de elite” (COWLING, 2012, p. 224).

A necessidade colonial de invisibilizar a mulher negra no funcionamento do modo de vida burguês permite salários mais baixos ao conjunto dos trabalhadores – eis o funcionamento material do discurso que silencia a reprodução da produção. Conseqüentemente, o discurso sobre família que se coloca normatizador, assim o faz por conta da relação existente entre tal modelo familiar e o trabalho reprodutivo. É um discurso que silencia o trabalho porque silencia a demanda, quem o executa e a forma como o faz. Em síntese, o discurso da “família tradicional” não se sustenta na história.

A mercantilização do corpo via escravização produz a essência do enunciado “[...] bela, recatada e ‘do lar’”, define uma formação discursiva patriarcal racista por ser a “família que pode e deve ser associada ao poder”, porque é a família do sujeito de poder no Brasil: o homem branco heterossexual.

Pelo exposto, é que lemos, portanto, que as aspas em “do lar” silenciam o trabalho, entrada de nossa análise da contradição no discurso sobre família e classes. O avanço da visibilidade política dos arranjos familiares distintos desse imaginário contribui para a crise desse “modelo”. O patriarcado e o racismo estão em crise profunda no mundo. No Brasil, particularmente, há uma crise da colonialidade, do ponto de vista do avanço dos movimentos sociais negros.

## 5 CONCLUSÃO

Realizamos um percurso que segue desde a compreensão da categoria trabalho como fundante do ser social, a partir de Marx e Lukács, discutindo o fenômeno da linguagem, da ideologia e do discurso com Pêcheux, Courtine, Orlandi. Esse foi o caminho teórico metodológico que orientou nossa análise sobre o discurso patriarcal racista estruturante do golpe político de 2016. Assim, o *corpora* conduziu-nos às categorias família, mulher, patriarcado, classe e raça.

Assumimos a perspectiva materialista histórico-dialética. Nessa leitura metodológica, a atividade material, especialmente nas relações de transformação da natureza, é responsável pela base objetiva que possibilita as ideias, em um movimento dialético e histórico. Nesse processo, as relações sociais, inicialmente ancoradas nas finalidades de transformação da natureza, seguem consolidando-se e erguendo o complexo da cultura. O trabalho simbólico da linguagem (ORLANDI, 2002) é a mediação fundamental da reciprocidade entre modo de produção e este complexo, estabilizando-se e transformando-se dialeticamente.

Abordamos as condições de produção amplas a partir da constituição histórica da família de monogamia feminina, patriarcal, fundada pela propriedade privada através do controle da sexualidade feminina. O patriarcado, nesse sentido, se apresenta como a protoforma da propriedade privada. Seu discurso fundador pode ser encontrado nas obras econômicas de Aristóteles, visto que moraliza o comportamento da esposa do senhor dos escravos, indicando que seu papel deve ser o de “recatada e do lar”. Este é o interdiscurso do enunciado “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”, indicando a retomada dos sentidos da família patriarcal tradicional – os sentidos da reprodução social da ordem dominante ou conservadora.

Para a teoria materialista do discurso, toda posição discursiva enuncia interesses relacionados às formas de produção e reprodução da vida material. Os interesses formatam os sentidos do encontro da língua com a ideologia, cuja análise contribui para ampliar as leituras sobre o funcionamento das significações das formações sociais, ideológicas e discursivas.

Nessa perspectiva, a família “que pode e deve ser dita” pela posição sujeito na qual a revista *Veja* se inscreve é a família branca, de formação ideológica neocolonial, representada pelo imaginário patriarcal do enunciado “[...] bela, recatada e ‘do lar’”. Esse imaginário funciona com um silêncio constitutivo dos sentidos laborais por esse lugar reserva à mulher; contudo, esse silêncio ganha contornos de silêncio local, a depender da posição de classe desse discurso.

Dessa maneira, refletimos sobre o processo de significação mobilizadora da memória discursiva fundada pela estrutura casa grande-senzala e seu mito da democracia racial. Sentidos políticos que não constroem suportes públicos ao trabalho doméstico imposto às trabalhadoras negras por mantê-lo sob a lógica da servidão da mulher ao patriarcado, ao “poder do pai”, que, no Brasil, tem na “casa grande” sua arquitetura material, simbólica e discursiva.

O trabalho doméstico não é tratado socialmente como tema econômico, mesmo quando nos referimos ao trabalho reprodutivo pago (emprego doméstico). Na discursividade sobre o trabalho doméstico não pago, entram em cena as filiações de sentido inscritas no enunciado “dona de casa”, do espaço privado, onde “não há trabalho”. A contradição desse processo de significação está no descolamento ideológico e discursivo entre lar e trabalho.

O trabalho de transformação da natureza para a realização do cuidado perde sua relação comunitária e seu poder de transformação da natureza quando é domesticado, privado do espaço comunitário, público. É transformado em trabalho doméstico, lugar de transformação da mulher em trabalhadora da reprodução das classes dominantes e dominadas – inclusive biológica e contemporaneamente, no caso das colonizações e dos assalariados, respectivamente.

Para a mulher da família trabalhadora que esteja sem atividade remunerada, denominar-se dona de casa esvazia imediatamente seu lugar de classe: subjetivamente e estatisticamente. E inferimos que, por extensão, esvazia os sentidos de classe da condição familiar. Assim, o outro lado da exploração do trabalho é a exploração do lugar do “feminino”, mediado pelo controle de classe desse lugar, realizado pelo Estado.

De acordo com Marques (2013), “[...] nas cidades brasileiras do Império, os serviços domésticos eram realizados por mulheres, e chamadas de “criadas do servir”. (SILVA, 2011, p. 177). No Brasil, esse trabalho nasce, portanto, na “casa grande” como trabalho escravo, numa versão diferente da Grécia de Aristóteles. Difere também do trabalho doméstico nascente pós-Revolução Industrial (1760). De modo que, na contemporaneidade, o trabalho doméstico remunerado continua a ser reproduzido sob os sentidos do trabalho doméstico colonial, como explicitamos em nossas análises.

Não se trata apenas da compreensão das mulheres no espaço doméstico enquanto espaço natural, ideologia nascente e movente das sociedades divididas em classes sociais (STOLCKE, 1980). Trata-se da analogia do processo de trabalho à escravidão, em suas relações de tratamento das trabalhadoras, remuneração, uso de seu tempo, tarefas às quais são direcionadas e as várias formas de violência e de controle.

Assim, a memória discursiva agitada pelo enunciado “[...] Bela, recatada e ‘do lar’” compõe a mesma rede de sentidos que encontra a estabilidade necessária à consecução das políticas que retiram direitos, hoje atingindo especialmente as mulheres trabalhadoras negras, como discutimos no início do trabalho.

Para Quijano (2000, p. 107), há “[...] uma colonialidade do poder com relação à história da América Latina”. O eixo da ideia de raça “[...] provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido [enquanto] elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico” (QUIJANO, 2000, p. 107).

Na particularidade brasileira, a vida das mulheres negras está na base da reprodução social do capitalismo, marcando sua dinâmica neocolonial, baseada nas relações de poder de raça de que fala Quijano (2000, 2005), as quais colocam a mulher negra como empregada doméstica e arquétipo de reprodução não remunerada da classe trabalhadora no Brasil, além de mal remunerada para reproduzir a classe média e a burguesia.

A condição social estrutural da mulher negra no Brasil de hoje possibilita o modo de vida do capitalista. A centralidade da produção de mais-valia precisa ser pensada com a centralidade da divisão sexual-racial das classes sociais, não se pode tratá-la como contingência histórica, pois ela está no âmago do antagonismo capital-trabalho no país.

A composição salarial, principalmente com a precarização, não computa em seu cálculo o serviço doméstico. A classe trabalhadora ocupa seu tempo com longas jornadas de trabalho apenas para a produção de mercadorias. Em última instância, as relações modernas atendem à produção de mercadorias padronizadas com a finalidade de acumular e concentrar riquezas. A realização dessa forma de trabalho se dá por meio da exploração da produtividade, tanto no tempo quanto na intensidade, em processos de extração de mais-valia absoluta e mais-valia relativa, como discute Marx em *O Capital* (1985).

A jornada de trabalho para a extração de mais-valia é reproduzida socialmente pela jornada de trabalho de a) quem executa todo o trabalho de cuidado como “servidão voluntária”, como discute Helena Hirata (2012); e b) por ‘servidão contratada’, parafraseando Hirata, considerando seu lugar neocolonial.

Entendemos que há uma crise estrutural na divisão social do trabalho, que comporta não apenas o antagonismo de classes, mas também fissuras contemporâneas na divisão sexual-racial deste, calcada na contradição labor manual *versus* intelectual. Esta, por sua vez, antagoniza a vida de mulheres em todo o mundo, inscrevendo-as no processo de reprodução da vida do capital, mas, discursivamente, fora do espaço do capital. Sob o poder do ritmo de suas relações de produção, contudo, as mulheres trabalhadoras negras encontram-se na base de sua reprodução.

Entendemos que a classe detentora dos meios de produção silencia o caráter do trabalho produtivo de mais-valia, é “trabalho contratado”, “emprego”, “profissão”, “ocupação” ou “empreendedorismo” terceirizado na versão neoliberal. Mas ao operar esse funcionamento discursivo ao trabalho doméstico, silencia-o também enquanto produtor de valor de uso social. Dessa forma, o silenciamento sobre a necessidade desse trabalho o constitui discursivamente como “não-trabalho”, “improdutivo”, “não-profissão”, “a-político”, “individual-privado”, “natural”, assim encaixado em todas as vicissitudes da ordem do que é servidão. A formalização tardia (BRASIL, 2017b) do trabalho doméstico no Brasil revela o violento controle neocolonial sobre esse trabalho.

Para que seja possível a realização da mais-valia, há indissociabilidade entre capitalismo e padrões de modos de viver. É também nesse sentido a manutenção de uma divisão do trabalho oposta ao incentivo da diversidade de indivíduos conscientes de sua complexidade e com condições materiais e subjetivas de seguir pleno desenvolvimento.

A padronização das mercadorias é uma necessidade imperativa para maiores possibilidades de extração da mais-valia. O sentido “positivo” de moderno, ligado à ideia de “algo novo” e necessariamente “avançado”, se dá em contraposição aos modos de vida chamados pela ideologia moderna de “tradicionais”, “bárbaros” e “selvagens”. Esse sentido tem origem na busca colonial por denominar selvagens os povos violentados, o qual acompanha a todo o tempo a classe dominante brasileira, silencia, nega ou defende a escravidão, inferioriza, explora ou mata negros e indígenas e afro-indígenas. E para onde quer que vá, leva consigo seu modo de vida que, como analisamos, não quer executar trabalhos manuais e nega a mobilidade social das pessoas negras – que mantém, portanto, como força de trabalho, criando uma ideologia de que o outro é coisa, objeto, assim como se relacionam com a natureza, como coisa, como objeto.

O amadurecimento do capitalismo só é possível mediante crimes contra a humanidade, séculos a fio. A história europeia, baseada na história da propriedade privada, inventa a sociedade de classes e alcança a sociedade de classes capitalista, avançando em sua violência em outros continentes enquanto tenta produzir riqueza transformando gente em mercadoria escravizada – acumulando a riqueza produzida sob sequestro, tortura e assassinato –, transformando os camponeses expropriados das terras europeias no proletariado.

Nas colonizações, os europeus impuseram às mulheres de outras etnias o lugar de mercadoria reprodutora do espaço doméstico inventado juntamente à indústria, a produção separada da moradia. Assim, a indústria de larga escala faz surgir demandas inéditas na reprodução da vida: quem cuidará das crianças? Quem vai preparar os alimentos?

O processo de mercantilização e escravização de africanas e africanos no Brasil, movido pelos europeus, garantiu a estabilização da produção de cana em larga, criando o espaço doméstico para ser servido. A violência de poder comprar e vender pessoas, portanto, inventou a particularidade do lugar que o europeu impôs à mulher negra – o de reprodutora biológica de mercadoria e reprodutora social do modo de vida capitalista colonial (ser servido a todo o tempo, não amamentar ou cuidar dos próprios filhos e nem limpar sua própria sujeira). Por fim, o patriarcado europeu violentou sexualmente mulheres indígenas e, sistematicamente, as mulheres negras.

Estabeleceu a estrutura material da casa grande na senzala, reproduzida materialmente pelas mucamas, amas de leite ou amas secas, significantes que são produtos da violência colonial. O discurso costumeiro, direcionado às empregadas domésticas – “ela é o mesmo que ser da família” – desvaloriza o trabalho doméstico na articulação de sentidos discursivos do patriarcado, que considera que trabalho doméstico é da mulher e não é trabalho, e do racismo, que associa a mulher negra e seu trabalho ao escravo.

Eis a arquitetura do racismo estrutural brasileiro, como analisamos a partir dos fios da memória discursiva da família patriarcal no país, no neocolonialismo das minúsculas áreas de serviço e do caminho de volta para casa, para o lugar periférico de luta cotidiana e resistência à polícia militarizada, ao sistema prisional e à perseguição religiosa e sexual.

Assim, o trabalho doméstico não pago reproduz o trabalhador atual e os futuros trabalhadores, o trabalho doméstico mal pago garante o modo de vida da burguesia brasileira e libera a mulher “[...] bela, recatada e ‘do lar’” para uma mobilidade social no interior das demandas do patriarcado. Estas são as condições de classe que produzem esse discurso.

As teorias revolucionárias desses modos de vida não resumem as teorias sobre a compreensão das opressões para sua superação. Se reduzíssemos nosso olhar à essencialidade da extração de mais-valia, jamais perceberíamos a dupla jornada feminina na vida da classe trabalhadora. A visibilidade do trabalho doméstico se deu nos estudos que se esforçaram em pesquisar a rotina das mulheres e, no Brasil, a visibilidade das duplas, triplas, jornadas de trabalho na vida das mulheres evolui para o caráter racial dessas, mas também sobre os modos de vida dos sujeitos.

Se o feminismo permitiu desvelar a relação produção-reprodução do ponto de vista da divisão sexual do trabalho, estruturante dessa relação, a intelectualidade antirracista tem possibilitado visualizar a força da ideologia no fazer científico. O *standpoint* (RIBEIRO, 2019) foi a noção subjacente às análises que realizamos neste trabalho, permitindo refletir sobre a dialética do racismo estrutural no Brasil com a divisão sexual do trabalho. De modo que, diante de nossas condições de produção territoriais, ideológicas e discursivas, analisamos como divisão racial-sexual do trabalho a rede de significações de nossos *corpora*.

As mulheres negras têm respondido às privações das decisões públicas na exposição da política dos “assuntos domésticos”, como vimos nas materialidades discursivas da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad). Discursivamente, a posição da entidade participa da formação ideológica antagônica à da classe dominante – aqui analisada como formação ideológica burguesa neocolonial –, que situa a posição sujeito do discurso sobre família, mulher, classe e raça presente no texto da *Veja*, que indica o movimento de sentidos da processualidade do golpe político de 2016.

Assim, concluímos que as ambiguidades discursivas da ascensão conservadora relacionam as contradições de classes e o silêncio local e particular da elite brasileira sobre sua relação política com a reprodução do trabalho doméstico herdado da formação colonial. A crise da divisão sexual-racial do trabalho se opera na resistência da luta de classes, gênero e raça das mulheres negras.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE. Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. **Agencia de Notícias.ibge.gov.br**, 4 jun. 2020, 17:22. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 16 jul. 2020.

ALESSI, G.; MONIZ, G.; MARTÍN, M. Manifestações contra Dilma voltam às ruas com menos fôlego que antes. **Brasil.ElPais.com**, Rio de Janeiro, 16 dez. 2015, 06:44. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/13/politica/1450031651\\_773967.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/13/politica/1450031651_773967.html). Acesso em: 31 ago. 2021.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ALVES, G. O conceito de “trabalho ideológico”. **Blog da Boitempo**. São Paulo, 15 fev. 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/02/15/o-conceito-de-trabalho-ideologico>. Acesso em: 15 fev. 2020.

ARISTÓTELES. **Econômicos - Obras Aristóteles**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BABÁ clicada em foto polêmica defende manifestações, mas é contra o *impeachment* da presidente. **Metropoles.com**, Rio de Janeiro, 16 mar. 2016, 9:09. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/baba-clicada-em-foto-polemica-defende-manifestacoes-mas-e-contra-o-impeachment-da-presidente?amp>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BOCCHINI, B. Mulheres fazem manifestação contra *impeachment* e o machismo. **RedeBrasilAtual.com.br**, São Paulo, 27 abr. 2016, 10:04. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/04/mulheres-fazem-manifestacao-contra-impeachment-e-o-machismo-1328>. Acesso em: 27 abr. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de... Brasília, 2017a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm#art5](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm#art5). Acesso em: 1 nov. 2020.

BRASIL. **Lei do trabalho doméstico**: Lei complementar n. 150, de 1º de junho de 2015. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017b.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 13, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm). Acesso em: 12 nov. 2019.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/J74WJRdJH6sHMHC9MhSDc8Q/?lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRITTO, D.; SANTOS, M. C. S. Mãe e avó de Miguel contraíram Covid-19 e nem assim foram dispensadas do trabalho. **Ponte.org**, 5 jun. 2020, 12:06. Disponível em: <https://ponte.org/mae-e-avo-de-miguel-contrairam-covid-19-e-nem-assim-foram-dispensadas-do-trabalho>. Acesso em: 5 jun. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proposta de emenda à Constituição nº 241-A, de 2016**. Altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1495741](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1495741). Brasília, 2016. Acesso em: 16 set. 2016.

CARVALHO, I. Cinco anos após *impeachment*, protagonistas do processo respondem a crimes na Justiça. **BrasildeFato.com.br**, São Paulo, 14 abr. 2021, 07:59. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/14/cinco-anos-apos-impeachment-protagonistas-do-processo-respodem-a-crimes-na-justica>. Acesso em: 31 ago. 2021.

CARVALHO, I.; SODRÉ, L. Execução de Marielle completa mil dias sem identificação do mandato do crime. **BrasildeFato.com.br**, São Paulo, 8 dez. 2020, 07:44. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/08/execucao-de-marielle-completa-mil-dias-sem-identificacao-do-mandante-do-crime>. Acesso em: 31 ago. 2021.

CHÁVEZ, K. C. M. El neocolonialismo en nuestros días: la perspectiva de leopoldo zea. **Universitas Philosophica**, [S. l.], v. 32, n. 65, p. 81, 3 dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11144/javeriana.uph32-65.nplz>. Acesso em: 3 dez. 2015.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CONGRESSO EM FOCO. Veja o vídeo em que Temer admite 'golpe' e entenda o contexto. **CongressoEmFoco.uol.com.br**, 17 set. 2019, 10:06. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/video/veja-o-video-em-que-temer-admite-golpe-e-entenda-o-contexto>. Acesso em: 17 set. 2019.

COURTINE, J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

COWLING, C. O fundo de emancipação "o livro de ouro" e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados de liberdade na corte, anos 1880. *In*: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio. (org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

DOMINGUES, J. M. Crise da república e possibilidades de futuro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 6, p. 1747-1758, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/xMWhkzcQPHrNpCpxSKXVNI/?lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2021.

EAGLETON, T. **Ideologia**: uma introdução. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

“É URGENTE pacificar a Nação e unificar o Brasil”, afirma Michel Temer. Brasília: [S. n.], 2010. 1 vídeo (28 min). Publicado pelo canal Planalto. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=4-oLVLqNJVI>. Acesso em: 12 mai. 2016.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS (FENATRAD).

Trabalhadoras domésticas lançam campanha nacional contra violação de direitos após perderem 1,2 milhão de vagas na pandemia. **Fenatrad.org.br**, 8 out. 2020. Disponível em:

<https://fenatrad.org.br/2020/10/08/trabalhadoras-domesticas-lancam-campanha-nacional-contra-violacao-de-direitos-apos-perderem-12-milhao-de-vagas-na-pandemia>. Acesso em: 08 out. 2020.

FLORENCIO, A. *et al.* **Análise do** discurso: fundamentos & práticas. Maceió: Edufal, 2009.

FÓRUM. Bolsonaro já se gabou por ter votado contra todos os direitos das domésticas.

**RevistaForum.com.br**, 3 out. 2018, 14:18. Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/direitos/bolsonaro-ja-se-gabou-por-ter-votado-contra-todos-os-direitos-das-domesticas/>. Acesso: 3 out. 2018.

FÓRUM. Brasileiros ricos em Portugal exigem apartamentos com “dependências de empregados”.

**RevistaForum.com.br**, 1 dez. 2019, 16:26. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/brasileiros-ricos-em-portugal-exigem-apartamentos-com-dependencias-de-empregados>. Acesso em: 1 dez. 2019.

FÓRUM. Jornal suíço compara Marcela Temer a Maria Antonieta. **RevistaForum.com.br**, 3 set. 2016, 14:28. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/jornal-suico-compara-marcela-temer-a-maria-antonieta>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GALVANI, G. Mirtes Renata: ‘Não pude viver o luto por Miguel’. **CartaCapital.com.br**, 9 mar. 2021, 14:25. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mirtes-renata-nao-pude-viver-o-luto-por-miguel>. Acesso em: 31 ago. 2021.

GALVÃO, A. C.; Z Aidan, J. C. S. M.; SALGUEIRO, W. **Foi golpe!** O Brasil de 2016 em análise. Campinas: Pontes Editores, 2019.

GUILLAUMIN, C. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, V.; ÁVILA, M. B.; FALQUET, J.; ABREU, M. (org.). **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 27-99.

GUIMARÃES, J. Saiba como as mulheres serão afetadas pela reforma da previdência.

**Uol.com.br**, 24 out. 2019, 04:00. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/10/24/saiba-como-as-mulheres-serao-afetadas-pela-reforma-da-previdencia.htm>. Acesso em: 31 ago. 2021.

GUIMARÃES, N.; HIRATA, H.; KURUMI, S. Cuidado e cuidadoras: o trabalho o care no Brasil, França e Japão. *In*: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. (org.). **Cuidado e cuidadoras: as várias facetas do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec 1992.

HITA, M. G. **A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2014.

IMPEACHMENT foi golpe, e tentam agradecer Dilma. **Notibras.com**, Brasília, 9 set. 2016, 6:00. Disponível em: [www.notibras.com/site/impeachment-foi-golpe-e-tentam-passar-a-mao-na-cabeca-de-dilma-com-direitos](http://www.notibras.com/site/impeachment-foi-golpe-e-tentam-passar-a-mao-na-cabeca-de-dilma-com-direitos). Acesso em: 9 set. 2016.

INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. **Michel Pêcheux, uma relação de nunca acabar**. [S.l.]: Clara Luz, 2005.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. Quem é Marielle Franco?

**InstitutoMarielleFranco.org**, [S.l.:s.d]. Disponível em:

<https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle>. Acesso em: 31 ago. 2021.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LINHARES, J. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho om o vice. **Veja.com.br**, 18 abr. 2016, 19:14. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>. Acesso em: 18 abr. 2016.

LOWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: SINGER, A. *et al.* **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 2.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social**. [S.l.]: Veredas, 2018.

MACIEL, A. Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment.

**APublica.org**, 25 ago. 2016, 12:06. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment>. Acesso em: 1 nov. 2020.

MANIFESTAÇÕES contra o *impeachment* de Dilma neste 31 de março. **Brasil.ElPais.com**, São Paulo, 1 abr. 2016, 20:21. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/31/politica/1459435115\\_951592.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/31/politica/1459435115_951592.html). Acesso em: 1 abr. 2016

MAGALHÃES, B.; SILVA, G. Capitalismo e patriarcalismo: trabalho doméstico não-remunerado. *In*: VEDDA, M.; COSTA, G.; ALCÂNTARA, N. (org). **Anuário Lukács 2015**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

MAGALHÃES, B.; SILVA, G; LACERDA, D. Discurso, sujeito, real da história, ideologia e irracionalidade. *In*: SILVA, D. S.; SILVA, C. S. (org). **Pêcheux em (dis)curso: entre o já-dito e o novo - Uma homenagem à professora Nadia Azevedo.** São Carlos: Pedro e João Carlos, 2021. v. 2. 461p.

MARTINS, A. A. **Reflexões sobre a reforma trabalhista.** São Paulo: Scortecci, 2017.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **Teses ad Feuerbach.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAZIÈRE, F. **Análise do discurso: história e práticas.** Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2007.

MAZIÈRE, F. Análise do discurso, o político e a língua. *In*: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. (org.). **Memória e história na/da análise do discurso.** Campinas: Mercado das Letras, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho Doméstico.** [S.l.:s.d.]. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico>. Acesso em: 1 nov. 2020.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios & procedimentos.** 12. ed. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios & procedimentos.** Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. **Discurso e texto.** Formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. Maio de 68: os silêncios da memória. *In*: ARRACHAT, P. *et al.* **O papel da memória.** Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. **Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia.** Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, E. **Terra à vista - discurso do confronto**: Velho e Novo mundo. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

ORLANDI, E. (org.). **Discurso fundador**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, M. **Análise de discurso**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal? *In*: ORLANDI, E. **Análise do Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 107-119.

PÊCHEUX, M. Linguística e marxismo: formações ideológicas, aparelhos ideológicos de Estado, formações discursivas. *In*: OLIVEIRA, G.; NOGUEIRA, L. (org.). **Encontros na análise de discurso**: efeitos de sentido entre continentes. Campinas: Unicamp, 2019. p. 307-325.

PÊCHEUX, M. Metáfora e Interdiscurso. *In*: ORLANDI, E. **Análise do Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes Editora, 4. ed. 2015. p. 151-173.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

PRANDI, R.; CARNEIRO, J. Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, 5 fev. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/zz6PRYyg6VWKKpVN3PsfX6N/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2021.

PROTESTOS pró-Dilma nos 26 estados e no Distrito Federal. **DW.com**, Brasil, 1 abr. 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/protestos-pr%C3%B3-dilma-nos-26-estados-e-no-distrito-federal/a-19157161>. Acesso em: 1 abr. 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>. Acesso em: 20 abr. 2021. p. 107-130.

QUIJANO, A. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 73-90, ago. 2000.

REVISTA VEJA. Ed. esp. ano 49. São Paulo: Abril, 2016a.

REVISTA VEJA. Ed. 2474, ano 49, n. 36. São Paulo: Abril, 2016b.

REVISTA VEJA. Ano 38, n. 32, São Paulo: Abril, 2016c.

REVISTA ISTOÉ. Ed. 2417. São Paulo: Três, 2016.

REVISTA VEJA. Ano 40, n. 22, São Paulo: Abril, 2017.

REVISTA VEJA. Ed. 2574, ano 51, n. 12. São Paulo: Abril, 2018.

RODRIGUES, R. **Não há capitalismo sem racismo**. Brasília, 30 mar. 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1lcOj1elyZ5rwi87PH40xoHWdY5k1HfKU/view>. Acesso em: 30 mar. 2019.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

SAFFIOTTI, H. **A mulher na sociedade de classes - mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAGATIBA, F. Palavras de origem africana no vocabulário brasileiro. **Geledes.org.br**, 22 jul. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/palavras-de-origem-africana-no-vocabulario-brasileiro>. Acesso em: 1 nov. 2020.

SAMPAIO JR., P. A. (org.). **Jornadas de junho: a revolta popular em debate**. São Paulo: ICP, 2014.

SANTOS, F.; SZWAKO, J. Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 40, p. 114-121, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/39XCmQmVXr93ZZWwGyV84mw/?lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SILVA, G. **Jornada no plural, gênero no feminino: considerações sobre a relação entre trabalho doméstico e valor**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SOARES, F.; RECUERO, R. A argumentação dos deputados na votação do processo de impeachment de Dilma Rousseff. **Estudos em Comunicação**, [s. l.], v. 1, n. 27, 2018. p. 69-85.

STOLCKE, V. Mulheres e Trabalho. **Estudos CEBRAP**, 26. Position paper for the SSRC workshop inequality and gender hierarchy in Latin American, México (mimeo), 1980. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/45705105/verena-stolcke-mulheres-e-trabalho-cebrap>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SOUZA, M.; KOCH, I. **Linguística aplicada ao português: sintaxe**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TONET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica**. 2. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES). **Movimentos sociais saem em defesa da democracia em atos dia 24 e dia 31**. Brasília, 21 mar. 2016. Disponível em: <https://ubes.org.br/2016/movimentos-sociais-saem-em-defesa-da-democracia-em-atos-dia-24-e-dia-31>. Acesso em: 21 mar. 2016.

UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES). **Se há golpe, haverá luta! Em resistência ao *impeachment*, povo ocupa as ruas do Brasil.** Brasília, 30 ago. 16. Disponível em: <https://ubes.org.br/2016/se-ha-golpe-havera-luta-em-resistencia-ao-impeachment-povo-ocupa-as-ruas-do-brasil>. Acesso em: 30 ago. 2016.

ZAREMBA, J. Quarto de empregada torna-se raro em projetos, mas banheirinho resiste. **Folha.uol.com.br**, São Paulo, 9 jun. 2018, 02:00. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2018/06/1971353-quarto-de-empregada-e-raro-mas-banheiro-de-servico-resiste-na-planta-atual.shtml>. Acesso em: 9 jun. 2018.

ZELIZER, V. A economia do *care*. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. (org.). **Cuidado e cuidadoras: as várias facetas do trabalho do *care***. São Paulo: Atlas, 2012.